

IPEA - SEPLAN

O NOVO PACTO FEDERATIVO

A DESCENTRALILZAÇÃO EFICIENTE

Brasília-DF
18 de novembro de 1993

IPEA - SEPLAN

O NOVO PACTO FEDERATIVO

A DESCENTRALILZAÇÃO EFICIENTE

Brasília-DF
18 de novembro de 1993

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vamos dar início à nossa reunião de hoje.

Antes de mais nada, pedindo desculpas às vítimas de hoje pelo calor, dizendo ao Secretário Adolfo que ele pode tirar o paletó, porque houve um problema técnico de dificuldades de gravar e de ar-condicionado ligado ao mesmo tempo.

Então, como eu espero que a presença de todos seja longa, que ocupe o dia inteiro, eu acho melhor arregaaçar as mangas, porque a temperatura não é a temperatura dos nossos sonhos.

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma pequena apresentação, eu não ousa dizer que possa ser um resumo, porque seria impossível resumir a reunião de ontem. Foi uma reunião muito rica, muito intensa, que terminou às sete e dez da noite e então o que eu vou fazer é simplesmente trazer um pouco algumas das questões que ficaram pendentes na discussão de ontem e que eu acho que nesta manhã nós podíamos tentar organizar, mas já também com a participação dos Srs. como também especialistas de áreas da educação, da saúde, da ação social etc.

Eu acho que o que nós estamos procurando aqui é de certa maneira uma abordagem holista para problemas que são muito, que tem technicalidades muito sérias, muito complexas.

Então, na verdade o especialista, Dr. Lúcio, bom dia.

Na verdade, o especialista muitas vezes ele é obrigado a mergulhar demais nas possibilidades do seu campo e acabamos perdendo um pouco a visão de conjunto.

Eu acho que o Brasil precisa hoje é de uma bela visão de conjunto sobre a questão da descentralização, porque a Constituição antes de tratar do problema da saúde e da educação, ela trata do problema da federação.

Então, trata-se de saber dentro desta óptica de um amadurecimento institucional do País, se esses artigos da Constituição que se referem ao sistema de governo, quer dizer, a organização dos poderes e a filosofia da federação brasileira se esses artigos são satisfatórios, se ele devem ser alterados, se eles devem ser implementados, se precisamos apenas especificar as suas leis ordinárias, enfim, o que é que devemos fazer com essa filosofia de descentralização?

Ontem a discussão foi uma discussão propositalmente voltada para o "Município, o Grande Protagonista".

Nós quisemos, antes de mais nada, render homenagens àqueles que foram os pioneiros e que correram riscos políticos descentralizando as suas administrações, nós quisemos também trazer aqui a experiência viva, direta do município. O que ele é capaz de fazer? O que ele tem feito na verdade para enfrentar a diversidade e quais são as inovações que ele está produzindo?

Eu acho que foi muito interessante e também vivemos aí com eles os problemas que eles enfrentam, problemas de municípios menores, problemas de municípios pobres, o testemunho de Recife foi muito importante, muito dramático até, foi um belo contraste com a visão Curitiba, que não é uma visão rósea, mas é uma visão mais confortável.

Então, com isso acho que nós acumulamos algumas informações importantes para enfatizar um pouco essa posição, inclusive de uma

discussão da descentralização que seja um verdadeiro pacto, porque a idéia também era explorar a descentralização e o município dentro desse pacto.

O que significa trazer o município para o pacto federativo? Isso é uma inovação brasileira que foi explicada aqui ontem e que é muito original, isso não existe em nenhum lugar do mundo e essa autonomia ela tem implicações profundas do ponto de vista da organização, da relação entre os poderes, isso complica demais a relação, porque na verdade não são mais dois atores estratégicos, são três, e eu acho que ficou muito claro ontem que isso não é um problema resolvido nem pela cultura política, nem pela Constituição.

Existe uma espécie de vácuo no poder estadual, porque nós não sabemos exatamente para que serve esse poder estadual. Porque a relação do município com a União ela é problemática, mas ela é clara, ela é transparente na sua complicação. Mas a relação do município com o Estado e do Estado entre essas duas instâncias é muito complicado e eu acho que esse seria um tema importante de ser tratado, não só à luz das experiências específicas como também de um aprofundamento maior do que seja essa questão da Federação.

Eu acho que nem todas as áreas os problemas são os mesmos, inclusive lembrou-se aqui que houve retrocessos mesmo na área da relação dos Estados com os municípios, parece que no campo da educação isso está ocorrendo e exatamente em função desse fato de que o Estado é um grande mudo nessa questão toda, ele ficou com uma mediação muito complicada.

O nosso objetivo portanto é passar um pouco essas questões aí à limpo, o papel do governo estadual, o papel das áreas específicas dentro dessa conjunção de relação, educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação, transporte. Discutir também a idéia de como maximizar essas relações entre Estado e Município e Estados e o Governo Federal, como é que nós podemos dar mais racionalidade a isso? O Município quer mais poderes e ele precisa de mais poderes, porque na verdade ficou espremido entre uma declaração de amor constitucional e a prática da legislação que é muito mais dura, muito mais severa e que dificulta a sua vida em muitos aspectos na questão urbana por exemplo, isso é visível, porque o papel do município depende de uma regulamentação federal que não existe ainda. E ficou claro também que na verdade o município precisa de mais recursos.

Então, a questão que se colocou aqui é uma questão interessante, o Ibam nos lembra que o esforço fiscal que o município fez é apreciável, ele aumentou realmente as suas receitas, tudo indica, por estudos recentes, que ele aumentou também as suas despesas, portanto trata-se de perguntar qual é a parte de responsabilidade que ele pode assumir em termos de ônus se é que já não está assumindo efetivamente.

Fica também uma pergunta sobre o papel federal, é muito claro que o planejamento, o controle, o acompanhamento, não tem sido satisfatórios nunca foram satisfatórios, precisam ser muito maiores, mas há zonas ainda muito nebulosas.

Eu acho que basicamente a questão das transferências automáticas, porque a idéia é que essas transferências de certa maneira

aumentem. A reivindicação é essa e há uma tendência muito forte para eliminar as transferências negociadas, até como uma forma de cortar a corrupção etc.

Eu acho que esse é um ponto polêmico, porque eu me pergunto se uma relação verdadeiramente federal não implica de alguma forma essas transferências negociadas, não através de negociações escusas e transferências chamadas ou negociadas, ou voluntárias, mas através de orçamentos-programas.

Se o governo federal perde o direito de transferir recursos para as suas bases, isto é, para os Estados e Municípios, com medo de que esses recursos possam ser fragmentados pelo clientelismo, na verdade ele está perdendo também um enorme poder de comando e de influência positivo de criar estímulos também sobre a federação brasileira, aí eu me pergunto: o que será de nós? Porque na verdade as instituições internacionais elas dão os recursos. Então, nós vamos ficar numa situação muito estranha se nós eliminarmos completamente essas transferências e esses orçamentos, uma situação muito estranha e vendo as instituições internacionais transferindo recursos para Estados, por exemplo e o governo federal de mãos atadas sem poder fazer essa coisa normal, que é dar atendimento às Unidades Federadas.

Então, há uma questão aí que eu acho que podia ser mais discutida, que é exatamente essa de saber como sair desse modelo patrimonial clientelista e como entrar num modelo de sociedade de massas, de sociedade moderna.

Um outro ponto importante, eu acho que isso tem a ver diretamente com toda a discussão de hoje, é como introduzir nessas relações critérios e metodologias gerenciais mais apropriadas, nós temos dificuldades enormes em transferir recursos e estabelecer parcerias com o setor privado, enfim, em criar consórcios que existem legalmente, que estão protegidos pela Constituição.

Mas nós ouvimos aqui o caso do Vale do Jequitinhonha, é um verdadeiro drama em vários atos, como é que você transforma uma experiência comunitária extraordinária, que é a reunião de cento e poucos municípios com emendas apenas para aquelas áreas que dizem respeito a um processo conjunto, quer dizer, isso é a revolução que está acontecendo junto com a corrupção do Orçamento, ao mesmo tempo que nós tomamos conhecimento sobre a degradação dessas relações com o Orçamento nós tomamos conhecimento também de que existem essas iniciativas louváveis que estão sendo levadas à termo.

Então, como torná-las mais confortáveis? Como pensar inclusive, quer dizer, esse é o outro aspecto, o aspecto legal e fazer transferências se nós vamos descentralizar e repassar patrimônio, repassar a pessoal, como é que pode se fazer isso?

A gravíssima questão dos convênios foi colocada ontem, inclusive pela representante da ação mostrando que existem 15 mil convênios na área da ação social, o governo federal não tem condição nem competência de levar à cabo esse número tão grande de convênios.

Então, como seria, quais seriam as alternativas para esse tipo de situação? Como ampliar a participação do setor privado nos Estados e nos

municípios? Como desregular até economicamente, mas também como dar um tratamento adequado dentro dessa lógica as políticas sociais?

Eu acho que esses foram pontos assim importantes da nossa discussão, ficou muito claro que o grande desafio brasileiro é a heterogeneidade, quer dizer, nós temos um número muito diferenciado de perfis municipais e estaduais, Estados grandes e Estados pequenos, municípios pobres dentro de Estados pobres, isso é uma situação completamente diferente que talvez merecesse até do ponto de vista da legislação uma apreciação especial, quer dizer, o que acontece? O município pobre dentro do Estado pobre é diferente de um município pobre dentro de um Estado rico, ou então, situações mais confortáveis que são Estados prósperos e municípios prósperos e Estados prósperos. São situações onde esse protagonismo que nós discutimos ontem é um protagonismo tranquilo, confortável, esplendoroso e que nós devemos explorar às últimas conseqüências.

Então, esses são mais ou menos os termos, nós estamos hoje aqui com uma programação muito intensa e nessa primeira parte pensamos justamente em discutir os desafios e as ambiguidades da descentralização.

Temos aqui como convidados especiais o Dr. Adolfo Marinho Pontes, Secretário Nacional de Habitação e que, enfim, todo um belíssimo desempenho no governo do Estado do Ceará, na área de ação social, enfim, com as comunidades carentes, ele pode nos dar uma visão muito ampla desses problemas da descentralização.

Temos o Dr. Walfrido dos Mares Guia, Secretário de Educação, que recebeu o Prêmio Fernando de Azevedo anteontem, numa cerimônia

muito comovente que eu acho que fez jus ao pioneirismo do seu trabalho e aos desafios que tem enfrentado do governo de Minas Gerais. Diga-se de passagem, eu acho que o governo de Minas Gerais como o governo do Ceará têm se destacado assim pela inovação administrativa, nós inclusive gostaríamos de ter podido contar também com o Dr. Saraiva aqui para nos ajudar na questão sobre a saúde, mas ele teve problemas e não pôde vir, mas eu acho que Minas está muito bem representada aqui com a experiência da educação que é uma experiência extremamente rica e que nos mostra também como esse desafio, ele tem esse lado tópico, esse lado mobilizador, consensual, eu diria, ninguém discute hoje no Brasil a necessidade da descentralização, mas como é duro também, não é Dr. Walfrido? Não é fácil fazer as coisas acontecerem na conta do sistema e da eficiência desse sistema.

Então, eu acho que o nosso grande tema hoje é também esse. Como tornar a descentralização não no sinônimo de República Velha, do velho coronelismo da política dos governadores, mas uma descentralização participativa, vamos contar aqui com o Dr. Fernando Tenório, que é um grande especialista nessa matéria e que está fazendo um trabalho extraordinário por esse País afora, trabalhando justamente numa área que foi muito discutida ontem e que é um pouco nosso calcanhar de Aquiles. Se não houver sociedade organizada para dar cobertura ao governo...

Tendo o que nós não gostaríamos que fosse mais, é preciso que haja sociedade para que haja governo dentro dessa óptica, o princípio da subsidiaridade que foi ontem discutido aqui intensamente com Franco Montoro e com os nossos participantes, é um princípio fundamental e parte

justamente da idéia de que o que a sociedade pode fazer, o que o setor privado pode fazer, o Estado não precisa fazer.

Então, dentro dessa óptica, eu acho que ter, de Fernando Tenório, esse balanço de como as coisas andam, como é que elas avançam é fundamental, porque ontem nós terminamos, terminamos com muita dificuldade a nossa reunião, esbarrando nesse tema fundamental dos Conselhos.

Essa idéia mágica de que nós vamos resolver os problemas da descentralização criando conselhos, conselhos paritários, empresários, trabalhadores etc., isso não quer dizer absolutamente nada, porque esse Conselho pode ser simplesmente a cristalização do interesse corporativo.

O que pode acontecer é que as corporações se entendam, estabeleçam um conluio que não vai dar em absolutamente nada.

Então, é preciso que nós tenhamos certeza e se não temos certeza, pelo menos tenhamos mecanismos menos ingênuos, para lidar com essa situação. Então, eu acho que pensar no controle e quem controla o controlador, que eu acho que esse é o grande tema jurídico que nos atravessa, é absolutamente fundamental nessa discussão.

Eu acho que todos aqui, os participantes dessa Mesa são todas entusiastas, defensores dessa idéia da cidadania participativa.

Eu gostaria de contar também com a presença de Teodoro Lamounier, Superintendente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e mais uma vez nos traz essa complexidade de Minas para discussão. É o Estado com 756 municípios, então, é um verdadeiro País e essa foi também uma questão muito bem debatida ontem, embora não tenhamos aprofundado

muito, a idéia da proliferação dos municípios, como controlar isso, quer dizer, quais os limites que nós devemos, no fundo, estabelecer nas regras do jogo.

A questão do fundo de participação, como é que deve gastar esse fundo? É possível gastar fundo de participação para aumentar pessoal da burocracia que muitas vezes é simplesmente um abraço do clientelismo local e também essa questão da proliferação dos municípios?

Quais são as condições para que os municípios possam ser reconhecidos como tal?

Eu acho que esse é um grande tema. Então, vamos contar aqui nos debates da manhã com o Teodoro Lamounier e com o Paulo Sotero que tem uma grande experiência de como as coisas eram antigamente, não é, Paulo?

Eu acho que é fundamental nessa passagem, no traumatismo dessas mudanças que são como nós vimos ontem, é uma revolução cultural, o Jaime Lerner já colocou isso muito bem. Não se trata apenas de um caso assim, de revisão constitucional, que é um objetivo importante para nós, não importa que esta revisão seja feita amanhã, ou depois, ou no ano que vem, mas é importante que a gente esteja preparado para dar contribuição jurídica, tanto da revisão quanto da legislação ordinária, mas eu acho também que é importante pensar na cultura política. Pensar em como mudar as coisas pelas mentalidades também.

Eu acho que, para que possamos mudar as mensalidades, é preciso que tenhamos claro também, como eram os antigos municípios onde estão os focos iniciados nos velhos sistemas, para que a gente possa realmente criar um sistema novo disso tudo.

Na parte da tarde vamos ter aqui, uma discussão intensa, setorial. E o objetivo da manhã, também, não é contar apenas com os nossos participante previstos, é também poder aproveitar muito a presença de todos, inclusive se estender mais de tarde, o Dr. Lúcio Alcântara, Maria Dalva etc., para que todos possamos, juntos, avançar um pouco mais, nessas conclusões sobre o que seria uma descentralização eficiente.

Eu passo então a palavra ao Dr. Adolfo Marinho, para que nos dêem 20 minutos de uma síntese sobre as suas experiências nesse terreno.

O SR. ADOLFO MARINHO PONTES - Minha cara Aspásia, é sempre um prazer revê-la, inteligente, vivaz, otimista, encorajadora e você me dar um prazer muito grande de poder participar de uma reunião como essa, com a presença de tantas pessoas que nos honram e nos satisfaz, principalmente porque eu entendo que a minha participação aqui, é uma cota que eu estou pagando para poder participar de uma reunião que me traz uma expectativa muito grande, inclusive no plano pessoal.

Eu vou aproveitar esses instantes para poder conversar um pouco sobre a experiência que a gente vem acumulando na vida pública, uma experiência que para muitos deixou de ser desalento, mas da minha parte, deixou muita indignação, mas uma indignação que eu espero construtiva.

Nesse sentido, eu gostaria de colocar que, sem grandes pretensões, eu gostaria de dizer que o desafio não é a descentralização. Eu acredito que o desafio é a travessia do regime de ditadura para a democracia.

O desafio é a construção de um novo modelo do Estado, onde a descentralização é um dos instrumentos, um dos mecanismos, mas a descentralização não tem essa potencialidade finalística.

Nesse sentido, é importante observar que nós no Brasil estamos já há algum tempo, numa forma atabalhoada. Nem sabemos para onde vamos nem por onde vamos.

O que há de positivo nesse momento, é que a gente não quer o passado, mas não definimos qual é o presente e futuro que a gente quer e há uma dispersão de forças e vivemos nisso numa forma muito eivada de conflitos.

A verdade parece claro que o modelo de Estado que a gente deseja, é um Estado próspero. É um Estado que tenha justiça social, é um Estado que tem democracia. E, lógico, que esse novo modelo de Estado, ele tem uma referência, quer ser diferente do regime militar.

E se nós formos olhar o que é que nós estamos buscando, nós estamos buscando um novo papel do governo da economia. Não está claro até hoje, porque absolutamente confuso, até porque é muito visível que nós temos uma atuação do governo muito autoritária e desejadamente autoritária.

Nós estamos à esperança do milagre, de alguém que decida o que vai resolver.

Então, a posição do governo na economia continua ambígua ou muito parecida com o que a gente já viu e parece gostou, porque nós estamos esperando por isso. Não está muito claro também, qual é a relação do governo com a sociedade, porque muitas vezes nós estamos multiplicando Conselhos, e há uma proliferação de ONGs que em sua boa parte quer tirar o "G", quer ser governo, não se contenta com a missão fiscalizadora de auditoria, de sugerir, mas quer ela própria exercer as políticas públicas.

O Brasil, dentro do modelo militar urbano industrial, é essencialmente concentrador. Lógico que a marca nova em oposição a isso, gera essa idéia muitas vezes levada a panacéia de que o bom é descentralizar. Se antes o bom era concentrar, agora o bom vai ser descentralizar. Nesse sentido, me parece que a missão hoje é delimitar o espaço da descentralização.

A dimensão da descentralização, a potencialidade da descentralização, e aí nós temos que ver o seguinte, e essa descentralização é possível, ela é necessária, é um bem em si, como pode ser feito, para quem? Para quê? Qual é o objeto da descentralização?

Então, o que me anima nessa minha presença aqui, é discutir um pouco isso. Na verdade, é preciso observar que a descentralização se tornou possível, não como um estágio superior do conhecimento brasileiro. Isso não são etapas sucessivas e agora chegamos na descentralização. Na verdade a descentralização se tornou possível, primeiro, pela fragilidade política, houvesse ainda a fortaleza do regime que nos foi imposto, ninguém estava falando em descentralização ou antes nós poderemos ter descentralização onde sempre houve eleição para Prefeito nos municípios, exceto capital, ou seja, determinadas fórmulas de descentralização que são verdadeiras farsas.

Então, se tornou possível porque até hoje o regime democrático induz a isso. A busca da cidadania sugere, insinua essa procura.

Então, essa é uma questão séria, é uma outra fórmula de poder que se começa a exercer. Se tornou possível também porque o modelo industrial faliu.

Quando se diz que a década perdida é a de 80, eu tenho muita dúvida, eu acho que a década perdida foi a de 70, porque nós tínhamos tudo para construir um País que a gente quer, jogamos o dinheiro fora. A perda maior que o País teve foi a oportunidade de poder fazer um País justo, próspero, democrático, jogou tudo fora; nós fomos observar o modelo anterior, ele era muito restritivo, até porque a dívida externa ela foi gerada em benefício, no máximo, de 50 municípios, embora hoje pague por todo mundo. Ela foi implantada em benefício de um País urbano, industrial concentrador, na verdade nós não podemos dizer que foi tudo perdido.

O Brasil conseguiu construir nessas poucas décadas, uma dúzia talvez de cidades, que são grandes cidades no mundo. Qualquer país do mundo a gente tem pelo menos uma meia dúzia que poderiam se destacar.

O paradoxo é que, justamente nessas grandes cidades é que nós temos os bolsões de pobreza que também são "records" internacionais. Isso é o que gera o paradoxo, isso gera a falência do modelo e esgotou a capacidade de investimento. Criou-se uma classe média com ascensão social garantida e hoje essa classe média só tem direito a pagar tudo e não tem mais direito a nada, educação pública, saúde pública, hoje nem mais segurança pública, e a gente percebe que as mudanças no Brasil estão sendo conduzidas pelos consumidores de mídia impressa. A agenda nacional é ditada pela mídia impressa, que é consumida naturalmente por um grupo restrito de pessoas nos maiores centros urbanos, daí porque essa descentralização começa a ser discutida.

Haverá forças para fazer uma descentralização? Ela está se tornando possível, porque não há mais aquela condição de uma migração

intensa para os grandes centros, com a absorção da mão-de-obra, com real condição de bem-estar para muitas pessoas, na medida em que essa classe média, foi conivente com o modelo militar, porque embora ela tivesse direito de se revoltar, de falar mal, ela era importante, porque era um elo, como era a mão-de-obra especializada necessária, consumidor necessário e como a abrangência social dela, era pequena, ela não ofendia, havia um certo pacto de mediocridade na medida em que as pessoas tinham o direito a estudar de graça, alguns a morar de graça, comer de graça, ter emprego público, ter uma condição de se cometer um desatino, vai para prisão especial, se não for competente não tem problema, porque tem os Conselhos que garantem a reserva de mercado e podia falar mal do governo, só não podia muito, ter uma ação social voltada para a população mais ampla, isso aí, realmente não podia.

Então, houve a formação de uma casta, que hoje essa casta não consegue mais viver nos padrões anteriores, hoje essa casta não se reproduz mais, então, estamos contra tudo que era antigo. E aí, vamos descentralizar.

Então, ela começa ser possível, porque começa a haver uma migração na contra mão, uma migração qualificada, já que não há emprego na cidade. Percebe-se hoje, com muita clareza que na maioria das cidades do interior, há uma quantidade enorme de recém-formados que não têm mais como viver nos grandes centros e volta para casa do pai, para a casa da mãe.

Por outro lado, será necessária essa descentralização? Evidentemente que ela no plano pessoal, ela está se tornando necessária como um ajuste do orçamento.

As pessoas estão voltando, porque é mais barato morar no interior. Há ainda alguma condição de emprego. Cidade é um bem de consumo e quanto maior a cidade, ela é mais cara.

Então, isso é muito complicado e alguns acham explicação até apológica, vamos sair dos grandes centros, porque não suporto o "stress".

Então, a descentralização efetiva que ocorre, ela está ocorrendo muito mais por ajustamento em face daquela situação anterior realmente ter se depreciado.

Agora, a bem da verdade, a descentralização não é um bem em si, nós estamos no momento dos mercados comuns, o País hoje vive em cadeia, eu estou dizendo que não é um bem em si, não do ponto de vista da visão política de alguém, que é indignado, o que acontece aí, nós temos hoje que o Brasil tem cadeias de comunicação, cadeia de comunicação fortíssima, que é nossa que é nossa religião hoje eletrônica.

Toda noite nós nos prostramos aos pés do oráculo e ele dá uma mensagem que contamina o País. E a mensagem normalmente nos leva a uma alienação da própria realidade. A gente abdica da própria realidade para viver algumas coisas ditadas por essa mídia.

Então, isso é um fator muito importante na descentralização pretendida. E nós sabemos que a descentralização não pode ser sinônimo de pulverização. Há de haver uma economia de escala, há de haver uma gradação, então, não podemos dizer que o menor é o melhor, há alguns limites em tudo isso.

Agora, é evidente que em contraposição nós temos que saber que o modelo concentrador anterior de investimento, de saber, de poder, de tudo,

é injusto e ele não se sustenta de pé firme, ele necessita a expansão, o que ajuda a descentralização.

Eu estou colocando a ambigüidade tal como foi proposto aqui.

Agora, isso é viável? Não tem dúvida, porque se a gente analisar o Brasil de "per si", nós vamos dizer que o Brasil é Brasil das regiões metropolitanas, o resto está por se fazer. E a construção disso abre um espaço enorme para a prosperidade econômica, para a geração de empregos, então, há uma viabilidade nesse sentido.

Agora, como fazer dessa descentralização? Para quem? Para quê? Qual é o objeto dessa descentralização?

Gostaria de dizer que, cada um de nós vai responder essas perguntas de uma forma diferente, dependendo do seu referencial. O meu referencial é que essa descentralização deve ter como objetivo evidentemente a prosperidade, a justiça social, a democracia.

Tudo bem, mas isso é meio abstrato, como é que a gente pode projetar isso, de uma forma mais concreta?

Eu gostaria, em primeiro lugar, privilegiar o que eu penso de governo. É muito comum em salas semelhantes a essa, que a gente imagine que o governo esboça a realidade e o que ficar definido pelo governo vai ser o que vai acontecer. Eu acho que o governo influi e o papel do governo que eu imagino que deve existir, não é o governo que determina, quando muito, normatiza. E num país desigual, heterogêneo como o nosso, isso é fundamental. Mas é o governo que encoraja, que induz, que estimula, que redireciona e aí nós vamos ver que há aspectos que são mal utilizados.

Se nós formos olhar, por exemplo e eu vou me atrever a falar de um tema em que eu sou um ignorante diante de tantas personalidades aqui, a minha percepção prova que a educação é o maior fator de migração concentradora.

A educação que se faz, que eu conheço mais de perto, é aquela que exalta valores que não existem naquela cidade e faz com que as pessoas cheguem a conclusão seguinte: onde eu moro só tem uma coisa boa, um ônibus para eu ir embora, porque aqui não tem ecologia, os meios de transporte coloca aqui, me mostra o metrô.

Um dia desses eu andei num caminhão e o que é que eu vou fazer? A minha atividade é completamente desvalorizada. Nós não podemos esquecer que, nesse universo de 5 mil municípios, tem muitos municípios no Norte e Nordeste, onde a renda é do aposentado ou é PM ou o dinheiro que vem da seca. Descentralizar o que é? Que seria? Ampliar, estender o paternalismo, assistencialismo e o clientelismo, é essa a descentralização? Evidentemente que não.

Então, esta questão da descentralização, para quem? Para quê? E como é fundamental, enfim, se a descentralização não é importante. Descentralizar para levar as pessoas para um regime de educação que pode até deixar de ser analfabetos nos termos convencionais, mas vai continuar analfabeto profissional, de que adiantou? Terminou o 2º grau, não sabe nem datilografia, que é uma coisa atrasada, é um analfabeto. Termina as universidades que existem em boa parte do interior do Brasil, sabe fazer o quê? Qual é o mercado de trabalho? Nenhum!

Contribui para sua sociedade com quê? Com nada, só com a frustração. Então, não é por aí. E mais ainda, uma educação que deixa a pessoa analfabeta!

Como exercer a cidadania, como trabalhar para a democracia se nós não sabemos nem o que é esse orçamento que sai na CPI? Nós estamos discutindo mal aplicação, mal aplicação é apenas ganhar dinheiro na "loteria". Será que mal aplicação não é a gente não ter prioridade nenhuma? Não ter meta nenhuma? Isso também não é mal aplicação?

Está escrito aí que tem que ter um Plano Plurianual de Investimento, então, não se conhece no Brasil prioridade regional setorial, nem para atendimento de faixa de renda. O que existe é uma repartição de poderes, isso não é e isso tem que ficar claro que não é privilégio do poder federal. Essa história de que acertou a CPI aí e resolveu tudo, isso ainda é uma decorrência daquela nossa postura de resistência heróica dos tempos acadêmicos que se limitava a isso, porque naquele tempo era só isso, mas hoje não dá.

Então, fazer uma descentralização sem mudar os conceitos de educação, não vai haver descentralização, porque as pessoas não vão achar valor para ficar onde estão, nem vão poder resistir a reprodução de modelos atrasados que são no mínimo, inadequados.

Veja bem, eu fui visitar há pouco, uma capital que está se formando e no sobre vôo, ao chegar, percebe-se que a maior obra que existe lá é o palácio do governo, que estão prontos, secretarias estaduais que estão prontas e seis que estão em obras.

Bom, e aí? Qual é a atividade econômica disso aí? O que é que vai acontecer? As ruas estão abertas, existe a pavimentação? Que modelo de descentralização é esse? Até porque há muitos Estados onde o problema não é a descentralização, até das instituições.

A multiplicidade de municípios servem para quê? Em primeiro lugar, vamos logo definir que a máquina é grande, qualquer município criado, tem logo que ter não sei quantos vereadores, que custa não sei quanto, tem que ter, olha, pega qualquer capital e pega um bairro, a maioria desses bairros é 10, 15, 20, 50 vezes maior do que a maioria dos municípios.

Qual é o custo institucional? Qual é o custo da máquina dita gerencial naquele município e qual é o custo da máquina nos bairros?

A reprodução dos modelos de máquinas o tipo de fazer educação, de tipo de estrutura, de repente, sai uma norma dizendo o seguinte: vamos dividir o programa habitacional de acordo com os indigentes do Brasil. Espere, tem cidades que sobra cargo, tem lá muito indigente, porque está sobrando cargo, porque houve uma emigração muito forte, a perda de população, como é que eu posso de uma forma linear definir essas políticas? Complicado!

Mais ainda. E como vai resolver o problema da casa? Olhe, será que o problema não é como ele diz, muito mais de meio de vida, do que de casa?

Em suma, o que eu acho importante na descentralização que é necessária, é a gente aprofundar melhor tudo isso.

Eu não gostaria de me estender, porque eu vim muito mais disposto a ouvir e aprender, mas gostaria de finalizar, dizendo o seguinte: o

que mais me motiva vir aqui é porque eu estou vendo a emergência alvissareira do planejamento. E o que mais me decepciona e mais me entristece é perceber que além da perda do planejamento, a visão que se tem de governo, fez com que houvesse um brutal despreparo da máquina governamental. Desmotivação, ainda há exemplos raros de inteligência teimosa que continua, ou por falta de opção, ou às vezes, por abnegação continuar em governo, mas são exemplos raros e honrosos.

A máquina está despreparada e me parece que isso era um elo importante para a cadeia da corrupção que se instalou. O governo ganha mal, não consegue resistir e não tem propostas e se joga para o mundo à fora, que o problema é do servidor. Há toda uma cadeia que precisa ser vista na descentralização também, senão nós vamos reproduzir isso e o que me anima a vir para cá dentro da convicção que eu tenho, que penso para causar. E causar organização, causar proposta, causar novo modelo de Estado. Por isso eu parablenizo a você, Aspásia, agradeço por ter vindo e vim ansioso numa expectativa muito grande, que isso seja o início de uma nova era, onde essas questões todas, que hoje assola o País, o País pautado pelos escândalos, qual é a próxima preocupação do Brasil, depende do que sair na CPI? Aí, nós vamos passar um mês discutindo aquilo. E mais ainda, insisto em dizer, Brasília é uma cidade estigmatizada na medida em que os problemas do Brasil são todos transferidos para aqui, como se aqui estivesse a causa de tudo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - O para-raio.

O SR. ADOLFO MARINHO PONTES - De tudo, mas as administrações estaduais, municipais, pecam às vezes até mais, certamente

não chegam às páginas da mídia, ao espaço da mídia, porque a sua dimensão é pequena dentro do País, do escândalo, a pessoa que morre assassinada com 40 facadas hoje, não será mais objeto de notícia amanhã, tem que arranjar uma 80.

Então, não adianta, dentro dessa coisa toda, isso não transparece, mas na verdade nós temos um País para construir dentro dessa idéia, não o revanchismo, não a vingança cívica, não é por aí.

É evidente que eu não estou querendo dizer que estou compactuando com nada, agora, acho que isso é muito pobre, muito medíocre, muito humilde para as necessidades da construção do Estado que é diferente do regime militar, nós teremos que ter um novo modelo de Estado, onde a idéia, a descentralização joga um papel importante, mas não é tudo.

Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Adolfo, muito obrigada, eu acho que precisávamos começar com essa discussão sobre o Estado que foi muito aventada ontem, inclusive do ponto de vista jurídico que também é um ângulo em que nós exploramos pouco.

Esse arcabouço que você mostrou também que está incompleto o processo de desmantelamento, ele tem uma estrutura jurídica muito antiga, só não é milenar porque não existimos a tanto tempo, mas se somar a parte que cabe a Portugal, somando com a nossa, dá um milênio.

Então, eu acho que realmente a descentralização deve ser vista sob esse prisma de uma sociedade que está mudando de paradigma, uma economia que está mudando de paradigma e eu acho que isso é muito importante ser lembrado hoje, porque a questão da educação eu acho que ela

se insere um pouco dentro dessa pauta. É muito possível que as nossas crianças não consigam aprender na escola, porque esse paradigma não corresponde.

Então, talvez, se a gente conseguisse captar um pouco mais essas mensagens novas e essas estruturas novas pudéssemos andar mais rápido, eu acho que essa é uma discussão que vai voltar, certamente.

Eu gostaria de registrar aqui a presença de Ubiratan de Paula Santos, que está representando o Secretário de Governo da Prefeitura de Santos, que é uma prefeitura muito bem vinda aqui no nosso Encontro, porque nós precisamos ter um relato de como essas coisas acontecem.

Eu acho que o seu depoimento foi um depoimento importante, porque ele nos joga para a frente, um pouco para a escuridão do desconhecido que nós temos que enfrentar para transformar esse ideal de descentralização numa coisa que não seja apenas uma palavra, um "life motify" ideológico e um pouco vazio também de conteúdo.

Mas eu acho também que esse Encontro propicia a oportunidade de que a gente se intere de experiências novas que aconteceram e que seriam impossíveis dentro desse modelo dos anos 70 que você mencionou.

Eu concordo plenamente com você, eu tenho a impressão que o grande equívoco foi 64. Não naquele aspecto que todos nós criticamos tanto da ditadura apenas, eu acho que foi um modelo que foi revigorado em 64, que foi um grande equívoco.

Que 68 marca a grande mudança da sociedade envolvida com outro paradigma, o registro é claro que em 68 essa data, esse ano mágico da transformação dos grandes movimentos estudantis, da criação das empresas

flexíveis e descentralizadas, a era da descontinuidade Peter Dreker, enquanto isso nós estávamos reeditando "ipsis literis", um modelo de 30 e 64.

Eu acho que os anos 70 foi uma extensão de 64. Então, eu acho que estamos realmente pagando esse preço, mas também as coisas novas estão acontecendo, eu acho que já estamos na nova era que os contornos são imprecisos.

Então, vamos depois ouvir um pouco o Ubiratan sobre isso, dando o testemunho de Santos, que eu tenho todas as indicações, o estado de graça em que as populações à vezes se encontram quando elas recebem a bênção, de uma grande administração e descobre um que às vezes naquela mediocridade de cidades que não são pobres, mas que estão imersas na mediocridade como era o caso de Curitiba, o caso de Santos etc., tinham tudo para dar certo, só que não dava.

Então, eu acho que é um pouco de dose aqui de voluntarismo que eu estou tentando injetar aqui na discussão, porque inclusive administradores como vocês, você não falou disso, mas certamente vai falar, os pequenos milagres que você fez também ajudou a fazer em Fortaleza, eu acho que são importantes para que a gente possa criar um consenso sobre métodos sobre procedimentos e para nos dar bastante ânimo que vamos ouvir agora o Walfrido contar como é que foi possível esse pequeno milagre da educação de Minas e quais também as dificuldades que o Secretário enfrenta para implantar essa descentralização.

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Inicialmente, Aspásia, eu gostaria também de manifestar aqui a minha satisfação, o meu regozijo de estar nesse Seminário com pessoas com experiências tão variadas, tão

amplas no momento em que nós ainda temos treze meses pela frente, treze meses e quase meio pela frente ainda no atual governo para tentar consolidar definitivamente as metas que estamos implementando em Minas Gerais na questão da educação.

Eu gostei muito da colocação do Dr. Adolfo, sobretudo quando ele disse que a descentralização não tem potencialidade terminal, ela é um instrumento da travessia. Isso é uma coisa importantíssima, a gente tem isso claro, para não achar que descentralizou resolveu o problema.

Eu penso que antes de nós discutirmos que tipo de descentralização estamos fazendo na educação e não há dúvida que a educação hoje é talvez o maior fator de concentração de renda no Brasil e ela pode ser a principal saída para a justiça social no Brasil, mas antes da gente sair assim entusiasmado em descentralizar coisas, nós precisamos entender qual é o papel do Estado na educação? Não é o papel apenas institucional, mas o papel... Qual a função do Estado no gerenciamento da educação?

Lá em Minas Gerais nós discutimos essa questão com uma certa amplitude e definimos que o Estado independente dele ter uma rede enorme, ele tem uma rede de 6 mil e 500 escolas que ele administra, essa rede de 6 mil e 500 escolas tem dentro delas 3 milhões e 50 mil alunos, desde a pré-escola até o 2º grau e tem 242 ativos e 53 mil inativos.

Temos um pequeno detalhe: todo mês 400 a 500 servidores se aposentam. Então, qual é o papel do Estado? Quais são as políticas públicas que ele deve ter para que possa se responsabilizar pela educação antes mesmo de saber se ela deve ser centralizada ou descentralizada?

Nós identificamos lá em Minas Gerais 4 áreas que nós definimos, 4 políticas públicas como se fossem 4 grandes faróis pára iluminar a caminhada da gestão educativa em cada escola no seu objetivo.

Essas áreas são eqüidade e como nós vamos distribuir corretamente os recursos baseado na diversidade das necessidades, na injustiça da concentração de renda do próprio Estado que tem uma região no Sul com grandes potencialidades, uma região do Norte de Minas e no Jequitinhonha, com uma pobreza de fazer dó.

Segundo a política que nós estamos definindo como prioridade, é a política de padrões básicos que acaba sendo um subproduto da eqüidade, mas nós estamos definindo com tanta nitidez, porque na hora que nós vamos à escola como sendo a célula "mater" de onde a educação se dá, de repente mesmo descentralizando e com todos os instrumentos adequados em termos de política você não tem o mínimo necessário ali instalado para que a escola possa desenvolver a educação e o ensino.

Então, nós definimos uma segunda política pública que nós chamamos de padrões básicos da educação. Aliás, este termo até parece que nasceu no próprio IPEA a partir de um estudo que o Amaral, o Xavier e outros começaram a fazer a três, quatro anos atrás, que o termo mínimo que era o termo que estava sendo usado, padrões mínimos, nós adotamos o termo padrão básico para não dar idéia que o mínimo é aquele mínimo que nós vamos dar porque o pobre é pobre mas ue cada escola deve ter em termos de equipamentos de infra-estrutura, de instalações e, sobretudo, de gente de corpo docente e de recursos de especialistas e corpo administrativo,

o quadro de pessoal da escola, que seria portanto a segunda política, garantia de padrões básicos nas escolas.

Terceiro, a política pública, capacitação e carreira dos professores. Esta é uma política essencial para qualquer governo que pense em melhorar a qualidade da educação, ou para qualquer governo que queira fazer a educação.

A nossa Constituição privilegia a educação aqui citando onze vezes na construção a palavra educação e ensino três vezes qualificada pela qualidade. É a única Constituição que nós encontramos entre as cinquenta e tantas que nós examinamos que se chama, que diz que a educação tem que ser de qualidade. Todas as outras ou não falam em educação ou falam em ensino outra vez, a maioria não fala e quando fala, fala como uma coisa assim tão óbvia, um direito tão inalienável e tão indiscutível que já se parte da premissa que está acima da regra escrita o direito da capacitação, formação, capacitação do treinamento de professores, acoplada a uma carreira que é o único fator de motivação que o professor pode ter na sua vida, por mais salário que se pague a ele não é aí que vai se instalar a satisfação.

E, finalmente, a avaliação. É o papel do Estado indiscutivelmente ter uma resposta para si mesmo, para a comunidade, sobretudo para as escolas, de como elas estão, como o sistema está. É uma obrigação do Estado ter uma política pública focalizada na questão da avaliação. Entendido isso nós chegamos à conclusão que este é o grande papel do Estado, formulador e fomentador dessas políticas públicas.

Como que nós vamos administrar com os poucos recursos que temos, um sistema como esse que eu descrevi, de 6 mil e 500 escolas com 3

milhões de alunos, distribuídos em 756 municípios e que cada município tem uma rede estadual e também tem uma rede municipal, alguns até nem tem rede municipal e que não se conversam inclusive e, via de regra, não se entendiam.

Então, aí sim, nós conseguimos responder por que descentralizar? Para que descentralizar? E como descentralizar? Essas perguntas são essenciais e às vezes até tem uma quarta, que é quanto custa descentralizar? Muito mais custo político do que custo financeiro.

Eu tenho alguns antecessores em Minas Gerais que tentaram fazer algumas coisas que nós estamos fazendo, que não são absolutamente originais, são coisas que já são conhecidas há décadas, que foram simplesmente decaptados porque o governador não teve suficiente força política para mantermos no cargo em função de eles quererem fazer o certo em relação ao aluno e a família.

E para entender essa questão nós também discutimos além desse papel fundamental do Estado de definir políticas públicas, nós definimos também quais são os atores fundamentais da educação? É importante que a gente entenda isso, sobretudo quando e lê a Constituição e os atores fundamentais são simples mesmo, o aluno, a família, o professor e a escola. O aluno, a família, o professor se entendem é na escola, e para isso nós definimos os nossos compromissos, estão escritos nos nossos documentos, nesses documentos que eu trouxe que é um simples relato que nós estamos fazendo, os compromissos que nós temos com os alunos através da garantia do ingresso, da vaga, da permanência, da entrega de um "currículo", do direito ao sucesso na escola, da avaliação que ele tem que ter e até das

questões mais simples, que deveriam ser mais simples como merenda, material didático e atenção especial àqueles portadores de necessidades educacionais especiais.

Os pais têm obrigação de dar educação na escola e a vaga na escola pública ta ordem que eles não tomam conhecimento do ue se passa com o aluno e o pai vai ficar sabendo que ele repetiu é lá no final do ano. Depois que a doença está instalada e que o resultado está pronto é que falam: o seu menino vai ter que repetir e ele coloca aquele resultado debaixo do braço, vai embora e não sabe nem argumentar, porque não foi dada a chance que era ao longo do ano de ele até dar alguma contribuição à melhoria do desenvolvimento do próprio filho.

Então, a questão da informação da escola para o pai, da informação do desenvolvimento do aluno do seu próprio aprendizado na escola e da garantia de mecanismos de participação da família na escola, já que nós sabemos pela experiência e pelos estudos que na medida que a escola é um ser social, ela está dentro da sociedade como um todo e capta todas aquelas pressões e entradas que a sociedade tem, ela precisa também ter os seus patrocinadores fundamentais que são os pais dentro dela para ajudar o seu próprio desenvolvimento para proteger ou para garantir as coisas boas que ela eventualmente esteja fazendo e para cobrar permanentemente a melhoria de resultados, então, os mecanismos de participação da família.

Com os professores nós temos três compromissos imediatos: salário, carreira e capacitação. E esses três têm que vir juntos, é impossível que aperte o botão e essas três coisas aconteçam. O problema de capacitação demora só para ser instalado e começar a ter frutos cinco anos,

o sistema do tamanho do nosso que tem 130 mil professores dentro da sala de aula, dos quais 11 mil leigos e dos quais 416 que não têm o 1º grau completo espalhado lá no Norte do Jequitinhonha e no Norte de Minas e nós temos que identificar cada um para dar um jeito de em curtíssimo prazo resolver esse problema. Então, a questão de capacitação e formação de treinamento de professores, carreira e salário são três compromissos que qualquer governo tem que ter com os seus professores.

E, finalmente, a escola, dar a ela as condições par que ela sendo palco de onde a instrução e a educação se dê, pelo menos da maneira formal, que ela tenha condições de se organizar e ter todo apoio do aparato estatal e do aparato social par que ela bem desempenhe sua função.

Se nós tivéssemos uma pequena rede, nós talvez não tivéssemos tanta preocupação em descentralizar, mas eu pelo menos tenho uma experiência pessoal de ter vindo da área empresarial e sobretudo da área educacional com um pequena rede, a rede de 18 escolas na década de 80, no começo dos anos 80, e a experiência que eu tenho, inclusive empresarial e pessoal é que no momento em que nós descentralizamos todas as ações numa rede de escolas particulares absolutamente controlada com professores ganhando bem, com capacitação, treinamento, carreira, recursos, etc., no momento em que nós descentralizamos os resultados foram extraordinários. Isso se deu num modelo pequeno, então, num modelo que não tem tanto recurso, que não tem tanta empatia, que não tem tanta consistência, que tem tantos inimigos entrando nele o tempo todo para destruí-lo, a descentralização passa a ser mais importante ainda e na medida

em que ela se dê com consciência e com participação da comunidade ela pode ser uma tremenda alavanca da melhoria da qualidade.

Então, nós queremos, nós estamos descentralizando em Minas Gerais as ações educativas, buscando um objetivo central que é a melhoria da qualidade da educação para todos, educação de qualidade para todos é o nosso objetivo, se quisermos cumprir o que está aqui na Constituição, é só satisfazer as condições para que essa frase seja cumprida, garantia da educação de qualidade para todos. E isso é o que está escrito na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, tirada na Tailândia, na I Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde o Brasil era um dos 155 signatários dessa Declaração que explicita clara, objetivamente e mundialmente que a missão da escola básica é satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de seus alunos, isso se dá através de duas coisas: da garantia dos instrumentos básicos de aprendizagem e da satisfação dos conteúdos básicos de aprendizagem e os instrumentos nós sabemos, leitura, escrita, expressão oral, cálculo matemático, resolução de problemas, os conteúdos são os conhecimentos, os valores, as habilidades e as atitudes que é este o papel da escola.

Então, a descentralização visa para quê? Visa objetivar a melhoria da qualidade do ensino. Para quem? Para que o aluno que é o nosso objetivo fundamental e a sua família possam ter satisfeitas estas necessidades educacionais e como, levando para a escola o poder das decisões, ou seja, destruindo definitivamente o modelo centralizador que propicia aos dois inimigos fundamentais da educação o clientelismo e o corporativismo apareçam e tomem conta.

Eu, quando entrei lá na Secretaria recebi um modelo que eu considero aterrador. Estava na mão do Secretário e do governo nomear 18 mil pessoas, como é possível nomear 18 mil pessoas? Qual a inteligência desse mundo pode em um mês conseguir 18 mil pessoas para liderar o sistema? Quem eram essas pessoas? Seis mil diretoras, 8 mil vice-diretoras, 4 mil secretárias escolares, 18 mil cargos. Ora, esses 18 mil cargos eram assaltados pelo clientelismo mais hediondo, mais desrespeitador que se possa imaginar e todos nós temos conhecimento disso, porque isso não era um privilégio de Minas Gerais. Isso é um privilégio do Brasil e, sobretudo, de lugares onde a democracia ainda é claudicante.

Recebemos um sistema em que as verbas que a Secretaria dispunha e sobretudo sobre o salário da educação ficava ao bel prazer do Secretário e do Governador para fazer com ela o que quisessem, tanto é que o governador anterior tinha eleito que 97% dos recursos do salário da educação eram para construir escolas. Porque ele fez essa resolução conjunta com o Conselho Estadual em dezembro de 90, nós entramos em março de 91. E não precisava construir escolas em Minas Gerais no nível daquela situação, uma vez que a demanda estava praticamente atendida, precisava era racionalizar o sistema e organizar o atendimento escolar, mas não precisava investir uma montanha de dinheiro em capacitação e treinamento de professores e gerenciamento do sistema. E ninguém cobrava isso, ou melhor, ninguém cobrava articulada e organizadamente essa questão.

Então, nós vimos aquele modelo de que o Secretário é como se ele tivesse sentado ali naquela mesa dirigindo um veículo poderoso e

pesadíssimo, mas que ele não tinha controle, ele virava para o lado de cá e ele ia para o lado de lá, ele pisava no freio e ele continua andando, ele acelerava e não respondia, uma máquina gigantesca sem resposta, toda ela centralizada.

Uma das 6 mil e 500 escolas que tivesse que ter um contrato de aluguel renovado tinha que ir na mão do governador para assinar a renovação do contrato. A merenda era decidida em Brasília se o menino lá de Curvelo ou de Jequitinhonha ou de Pouso Alegre ou de Araxá, ia ou não comer uma comida formulada, feita em Santa Catarina ou em São Paulo e assim por diante.

Então, nós resolvemos fazer um modelo descentralizado e que fortaleça a escola como local fundamental da prática educativa e para isso nós tínhamos que estabelecer as parcerias obviamente com a comunidade no sentido de ela ser parte dessa decisão.

Então, implementamos cinco prioridades. A primeira prioridade é a autonomia da escola. Esta prioridade significa que lá dentro da escola ela seria capaz de decidir a sua questão pedagógica completa, a sua questão administrativa quase que completa, exceto aquelas que a Constituição não permite como por exemplo contratação de professores efetivos e financeiros.

A sinalização que tivemos para mostrar que esse negócio era para valer, foram duas e para que se tivesse um modelo de escola autônoma nós tínhamos que ter nesta escola autônoma, uma liderança, porque as coisas não acontecem por geração espontânea, tem que ter uma liderança, uma liderança legitimada pela comunidade, porque essa liderança sendo legitimada ela seja inclusive a fomentadora da parte da abertura das

condições da família participar do governo da escola como dizia o Fernando de Azevedo governar a escola, a função dos pais, dos alunos, dos professores e da direção da escola.

Então, nós tivemos ue dar duas sinalizações imediatas para demonstrar a vontade política do governo, porque nós tínhamos apenas 45 meses e meio de mandato nos quais 13 ainda faltam. E foram feitas duas coisas, no mês de abril nós mandamos para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais um projeto de lei que acabava com o sistema tradicional dos políticos majoritários indicarem os diretores das escolas no sistema ue vem desde a década de 20 e que foi assim assolada em Minas Gerais logo depois da Revolução de 64 e depois foi ratificado e esse desrespeito quando o PMDB, Partido do qual eu fazia parte, ganhou a eleição com o Dr. Tancredo em 83, que deu o troco igual ao sinal contrário da ARENA e ao PFL, no sentido de brutalmente arrancar das escolas todas as diretoras, apenas porque elas tinham sido nomeadas no governo anterior e foi um caos o que se estabeleceu e esse sistema vigiu o povo de 83 a 91.

Então, nós mandamos um projeto de lei e ue a diretora da escola não seria mais indicada pelos políticos, ela seria indicada pela comunidade, depois que ela passasse numa prova escrita.

Primeiro, ela tinha que fazer uma prova escrita, mostrar que tinha conhecimentos específicos e o mínimo de capacidade gerencial e passando nessa prova apenas as três primeiras de cada escola, mesmo que oito passassem, por exemplo, oito candidatos passassem, só os três primeiros passariam para a segunda fase que era perante a comunidade, defender suas idéias, as suas convicções e o plano de gestão da escola que seria

compartilhado com aquela escola seria uma defesa ao vivo de tal maneira que a comunidade foi toda convocada e todas as escolas no mesmo dia para, através de um processo de diálogo e a apresentação dos candidatos, escolher pelo voto qual seria o diretor da escola.

Isso sinalizou uma mudança tão brutal e por incrível que pareça com o apoio dos deputados, porque uma coisa como essa que corta, que quebra uma tradição de interferência de clientelismo e fisiologismo e vocês fazem nos 90 primeiros dias ou não faz, porque é onde o governo tem máxima força para cortar com machado e separar em duas partes o antes ou depois.

Se você não fizer neste momento em que o governo tem tudo na mão nós não conseguiríamos mais fazer isso. E fizemos na hora certa.

Então, em junho nós fizemos essa lei, isto para mim como eu disse anteontem foi o mesmo que nós atravessamos o Rubicon ali é que nós mostramos que nós tínhamos visto, tínhamos visto e tínhamos vencido, porque a partir dali nós sinalizamos que realmente nós não a tolerávamos mais a interferência política imediatamente nós repassamos recursos para as escolas.

Eles tinham um caso interessante, porque no momento em que a escola recebeu o recurso pela primeira vez nas últimas décadas, porque ela recebeu um recurso sim, mas era um negócio que não dava para comprar nada mais do que vassoura, pano de chão e papel higiênico e assim mesmo dependendo do tipo de recurso que ia, porque às vezes as próprias Delegacias de Ensino tomavam esse recurso para comprar vídeo, mexer no ar-condicionado para a sala da diretora da Delegacia que era tudo indicado

pelo clientelismo político, nas Delegacias funcionavam mais ou menos como consulados com o poder total para poder fazer a politicagem com o padrinho.

Então, nós mandamos o dinheiro para a escola, mas não mandamos pouco não, nós mandamos naquele momento alguma coisa como se estivesse mandando hoje dois bilhões de cruzeiros para as escolas na primeira remessa, a idéia era mandar dez dólares por aluno por ano, dando trinta milhões de dólares por ano para que a escola gastasse aquele dinheiro na conveniência delas, não era para fazer reforma, é para gastar no dia-a-dia, não é possível você ter uma entidade que tem centenas de alunos, que tem funcionários, que tem luz, tem água, tem telefone, que funciona o dia inteiro e tem um alto grau de depreciação e ela não tem dinheiro sequer para comprar uma lâmpada, trocar uma fechadura, mandar um táxi levar um menino, que se acidenta no hospital, comprar um mercúrio cromo, os materiais de limpeza, os materiais de consumo da escola, giz etc.

Então, passamos esse dinheiro e isso foi visto assim como uma coisa hedionda, porque de repente não tinha mais um padrinho para levar o dinheiro, porque um pequeno microfone, o retroprojeter num vídeo cassete era levado pelo político que estava de plantão com faixas, com palmas e com notícias, só faltava levar o cheque do salário no final do mês e dizer: olha, eu consegui que você recebesse o seu salário, o resto tudo estava clientelizado da maneira mais hedionda que se possa imaginar, a ponto até de extensão se série o aluno está na 4ª série hoje e o ano que vem tem a 5ª série, até esta extensão se série precisava ter um padrinho para que ela saísse, sem dizer uma coisa, que custa 300, 400 mil dólares que é a construção de uma escola

de 12 salas, de 8 salas ou de 14 salas que era definida dentro do palácio do governador, não era definida pela Secretaria de Educação.

O Secretário que saiu disse para mim: olhe, o Sr. não se assuste se algumas escolas forem inauguradas daqui a uns meses sem ainda nós sabermos onde é que elas estão sendo inauguradas, porque a decisão é tomada lá no Palácio da Liberdade e não aqui, e nós ficamos sabendo depois que ela fica pronta, no dia da inauguração.

Isso é um quadro que não é privilégio de Minas Gerais para saber, mas é um quadro que está vigindo em Minas Gerais a 32 meses atrás. Isso é que eu queria enfatizar.

E nós conseguimos de fato numa coisa que eu não posso deixar de reconhecer que é a vontade política do governador, eu presumo que sem a vontade política do governador, do prefeito e do próprio Presidente da República, essas políticas não tem o poder que eles enfeixam na mão e como nós não temos o regime em que a sociedade esteja representada a ponto dessas coisas acontecerem com naturalidade essas decisões são muito pessoais, são decisões de forte vontade política e por isso mesmo elas podem não ser no outro, e no seguinte ele pode até dependendo da circunstância, fazer manobras e descontinuar essas práticas.

Então, nós sinalizamos com essas duas questões. E aí realmente começamos com a questão da autonomia.

Nós fizemos uma enorme regulamentação e uma das coisas realmente que eu gosto de contar para vocês verem o ponto que chega até que a burocracia na construção do bloqueio burocrático se dá entre a

sociedade e o Estado, e dentro do próprio Estado, entre as atividades-fins e as atividades-meio.

Nós tínhamos, por exemplo, ao passar o recurso para as escolas, esperando que as diretoras fossem comemorar aquilo, nós tivemos foi um grande clamor numa reunião que fizemos histórica, no começo de agosto de 91, lá em Araxá, as diretoras só faltaram me bater no momento em que elas diziam para mim o seguinte: o Sr. passou recurso, mas nós não podemos gastar o recurso. Aí que eu fui descobrir que elas não podiam gastar mesmo não, se não fosse para comprar vassoura, pano de chão, papel higiênico e giz, elas não podiam comprar uma carteira em frente numa marcenaria que faria uma carteira que eventualmente fizesse, porque era proibido pela burocracia da escola comprar material permanente.

Seis mil e quinhentas escolas num sistema do tamanho de Minas Gerais a carteira de uma escola lá no Jequitinhonha ou em Santa Bárbara, ou em Pouso Alegre ou em Uberlândia tinha que ser comprada em Belo Horizonte, pela Secretaria de Administração.

Então, nós tivemos que correr para trás e descobrir o seguinte: a escola não podia comprar não era só uma carteira, não, ela não podia comprar uma panela de 20 litros, porque o burocrata decidiu que a panela de 20 litros era um material permanente, mas a de 10 litros era de consumo e então ela podia comprar duas de 10 litros, mas não podia comprar de 20 litros. Isto está documentado, escrito.

Então, eu imagino como que um diretor de uma escola nestas condições podia fazer. Que motivação que os professores dessa escola podiam ter? Mesmo que tivesse ganhando um bom salário?

Então, nós conseguimos em seis, sete meses fazer uma desregulamentação rápida e eficaz e acabamos com essa questão toda no sentido da escola receber a segunda e a terceira e aí continuar a cada dois meses aqueles recursos que propiciaram a ela de fato começar a gastar miudeza, mas melhorar essas coisas que ficavam três, quatro, cinco anos atrasadas esperando um dia uma reforma que fosse feita na escola. E aprendemos também se nós poderemos passar dinheiro para a escola com tanta rapidez e com tanta simplicidade, porque não passamos também dinheiro para que ela faça as suas reformas.

E fizemos isso, o Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais exarou parecer que eu considero mais ou menos alguma coisa como a Lei Áurea dessas questões burocráticas, um parecer dizendo o seguinte: as caixas escolares que é outro problema que eu descobri pelo depoimento da Rose Neugebaner anteontem, que o Fernando de Azevedo tinha sugerido em São Paulo, em 1922 caixas escolares ou colegiais estão sendo descontadas e conselhos de escola.

As caixas escolares em Minas Gerais estão sendo criadas em 76, elas foram consideradas por um Procurador-Geral do Estado como entidade de direito privado que não estavam submetidas à leis de licitações, concorrências públicas de tal maneira que nós podíamos mandar qualquer quantidade de dinheiro para elas e elas podiam uma vez que eram dirigidas por essa diretora escolhida nesse critério. E um colegiado de pais e professores que definem as formas de gestão da escola, inclusive de gasto dos recursos que essas caixas escolares podiam fazer reformas, inclusive de valores, hoje equivalente a 10 bilhões de cruzeiros sem concorrência.

Então, nós fizemos um grande esforço, estabelecemos uma planilha base e as escolas todas de Minas Gerais propuseram as suas reformas que elas achavam que era necessário e até o presente momento das 6 mil e 500, 4 mil 630 já estão completamente reformadas pelas próprias escolas através das caixas escolares e pela gerência do diretor e do colegial.

Aí nós temos exemplos notáveis, é de reformas enormes em escolas profissionais, inclusive tombadas e que um dos pais do colegial era engenheiro, um dos pais do colegiado conhecia a questão de compras e aquisições. Então, o próprio colegiado se organizava sem nenhuma definição nossa de como eles iriam fazer para aquela reforma, para aquele dinheiro dar mais fruto e mais benefício.

Então, nós temos exemplos notáveis, em qualquer cidade hoje de Minas Gerais que você falou sem falsa modéstia, porque essa questão de reformar prédio é muito simples, tem uma história interessante para ser contada desse dinheiro que chegava e aí vinha publicitário e vinha público transparente, é publicado em Minas Gerais, o prefeito recebia um telex, os deputados da região recebiam um telex da oposição da situação, a diretora recebia um fax, um telex independente, ou um telegrama independente de ela ver em Minas Gerais que a escola dela estava sendo contemplada com uma planilha que foi aprovada pelo colegiado e que nós examinamos, fizemos um convênio e mandamos o dinheiro conforme o pedido e que aquelas reformas eram rigorosamente feitas, de 100 convênios que eu fiz com o prefeito eu tive problema em 99, não por causa da desonestidade dos prefeitos, porque o dinheiro entra no bolo e naquele bolo muitos gastavam depois não tinha como prestar conta na obra, porque a obra não foi feita, o que dá inadimplência.

com os municípios, outros até faziam bem feito, mas a prestação de contas que as prefeituras têm em geral com o Estado são todas elas quase todas problemáticas, ao passo que aquele dinheiro na mão da comunidade, um dinheiro iluminado, um dinheiro santo, ele é exclusivo, específico e ela dá tudo para conseguir a melhoria.

Com esses procedimentos iniciais ficou muito sinalizado que nós vamos caminhar realmente para fortalecer a escola, dar todo o instrumento de fortalecimento da escola.

Então, a autonomia começou a ser conquistada e vivenciada não somente pela liderança, a diretora do diretor pela criação do colegiado com poder deliberativo, o colegiado é eleito a cada fevereiro de cada ano, com mandato de um ano, seis pais e seis professores, ou aluno com mais de dezesseis anos e esse colegiado tem um tremendo poder deliberativo de decidir calendário, currículo básico, currículo pleno, plano de capacitação de professores, tomar conhecimento da avaliação externa da escola, aprovar o projeto pedagógico da escola, aprovar a avaliação e desempenho do professor e sugerir a saída do professor da escola caso compromete esse desempenho independente dele ser efetivo, ele sai da escola, mas não sai do sistema, e assim por diante.

São 8 itens de autonomia financeira, 7 de autonomia administrativa e 9 de autonomia pedagógica.

Nós gastamos quase 8 meses para fazer esse decreto do colegiado e depois a resolução que explicita os níveis de autonomia administrativa, pedagógica e financeira. E as escolas começaram, a partir de 1992, quando as diretoras foram empossadas e um dos colegiados

funcionando, a vivenciar isso, claro que cheio de problemas, teve diretoras autoritárias que manipulava o colegiado, teve colegiados que achavam que podiam sair dando ordem dentro da escola. O Amaral acompanhou isso muito conosco lá, foi inclusive consultor de um programa que vai estar ficando pronto agora, que é o "Manual de Gestão da Escola, do Papel da Liderança e do Colegiado" e nós estabelecemos uma segunda prioridade junto à autonomia que é essa, fortalecimento da direção da escola, a direção compreendida pela diretora, liderança da diretora pelo comprometimento do colegiado.

E esse negócio nos ajudou também a deter a intromissão dos deputados e dos políticos de uma maneira geral que ainda insistiam, via movimentação do pessoal a Secretaria, imediatamente nós tomamos uma decisão de dentro da autonomia administrativa, toda vida escolar dos professores e dos funcionários que era centralizada nas Delegacias de Ensino, nas 42 Delegacias sem mandato da escola, e as escolas então, num curto espaço de tempo, dominaram aquelas questões, isso colocava em dia os direitos de professores que às vezes estavam 15, 20 anos atrasados. Professores com 20 anos de casa que ao invés de estarem na letra "B", estavam na letra "A", e as escolas fizeram isso com rapidez de menos de um ano, nós tivemos grande parte do nosso professorado com seus direitos garantidos através de um trabalho descentralizado na escola.

O passo seguinte: o concomitante foi o início do plano de capacitação dos professores. Aí eu constatei uma coisa que realmente mostra o esquecimento, o abandono do governo em relação à educação. Construir prédio é uma beleza, todo mundo quer, aí inaugura!

Minas Gerais, que é um Estado que tem 2,5 milhões de dólares por ano, do Orçamento, quanto ele gastou em média nos últimos 15 anos em educação? Gastou 400 mil dólares por ano, em média, devia ter gasto 15 a 20 milhões de dólares em capacitação de professores.

O Estado de Minas Gerais, eu peguei os últimos 15 anos, agora, eu prometo pegar nos últimos 30 pelo balanço da Secretaria, pelo balanço do Estado, inclusive contratei o IPEAD, que é da Faculdade de Ciência Econômica para pensar todo o recurso que o Estado de Minas Gerais gastou nas últimas décadas em capacitação de professores. E pasmem, não dava para treinar 2 mil professores por ano num curso de 40 horas!

Nós temos só dentro da sala de aula 130 mil. Então, quando falar em qualidade, quando falar em responsabilidade, quando falar em melhoria das condições de trabalho do professor, e sem contar os 11 mil leigos que tem.

Então, começamos um programa de treinamento, que é um programa caro, que nós já estamos conseguindo gastar com recursos próprios esse ano algo da ordem de 5 milhões de dólares, 11 vezes, 12 vezes mais do que a média, mas que a partir do ano que vem, com financiamento que conseguimos junto ao Banco Mundial, vamos passar para 30 milhões, 20 milhões de dólares por ano, 10 do Banco e 10 do Estado, de tal maneira que nós possamos treinar 35 mil professores a cada ano e treinar respondendo para quê e por quê, e avaliando o desempenho desse treinamento no sentido de corrigir ou a forma de treinar ou a forma de atuação do próprio professor, que foi um programa importante do Banco Mundial. Temos financiado, porque esse financiamento nos dá condições de satisfazer aquelas política

se as prioridades tanto na autonomia quanto na liderança, quanto na capacitação, quanto na garantia dos padrões básicos na avaliação em parceria com os Estados.

Então, essa questão da capacitação começou a se efetivar. Conseguimos parcerias notáveis: fundação, universidades estaduais, universidades federais, universidades particulares, universidade católica, treinadores individuais, professores aposentados e nós fizemos mais ou menos "tout the force", de tal maneira que todo mundo de competência instalada nós fomos lá e buscamos, e essa competência estava instalada nas pessoas ou nas instituições, mas não estava à serviço da educação. Ela não era visível, não tinha uma demanda organizada, muito menos uma oferta equilibrada e ajustada.

A quarta prioridade, a carreira foi a que nos deu o maior trabalho até agora, porque a carreira é toda corporativa, ela foi toda construída e se dependesse das populações, ela seria construída assim: ela teria anuênio, triênio, quadriênio e quinquênio, ela teria salário maior por pontualidade, por assiduidade e talvez até por educação e escolaridade.

Agora, não são essas coisas que motivam o professor, porque ele ganha anuênio, biênio, triênio, quadriênio e quinquênio, se ele estiver vivo, não morreu, ganha, não tem mérito. Se ele já entra na carreira com o nível universitário, como professor de 2º grau, por exemplo, acabou a carreira dele, porque mestrado e doutorado não existe, isso no ensino de 1º e 2º grau, de 130 mil professores que temos é capaz de não ter 100 com mestrado e doutorado na sala de aula.

Então, não adianta colocar mestrado e doutorado na carreira de ensino básico, é fundamental na carreira universitária e ali na entrega do conhecimento, do ensino nós ainda temos a pesquisa e a extensão, mas na primeira e na segunda fase do ensino básico, de 1º grau, de 2º grau e na pré-escola, isso é ineficaz, isso não existe como um fato.

Então, nós tabalhamos numa carreira, num novo componente chamado valorização funcional que depende de duas coisas que estão na Constituição: mérito e desemprego. Mérito individual, medido por prova escrita, que foi a única forma que nós tivemos para fazer com que todos pudessem ter uma medição de mérito objetivo e desempenho da escola.

Não adianta o professor ter muito mérito, ser um PhD se o aluno dele não aprende. Então, nós temos que medir se os alunos estão aprendendo, se a escola está evoluindo com relação à ela mesma e conjugar esse avanço da escola, a sabedoria do desempenho da escola com o mérito do professor, soma-se essas duas coisas aí o salário dele pode quadruplicar em 20 anos.

Você pode ter dois professores, se essa carreira estivesse funcionando há dez anos, você podia ter dois professores hoje que estava há dez anos atrás um ganhando 100 mil cruzeiros e o outro ganhando 50, porque um para trabalhar meio expediente de 2º grau, porque esse ue estava ganhando 100 ele conseguiu trabalhar numa escola onde todos lutaram pela melhoria da escola e ele aproveitou todas as oportunidades que o Estado lhe deu como uma política pública fundamental na melhoria da sua capacitação e do seu desempenho profissional. E essa carreira está indo para a Assembléia, agora depois de dois anos de negociação.

Nós conseguimos separar os vetores corporativos garantindo todos esses penduricalhos de tempo de serviço e a garantia da qualidade e do acesso, mas criando esse novo retorno, que é difícilimo de ser medido, mas que a Fundação Carlos Chagas, através de um "softer" na área de avaliação, nós estamos negociando através do Eraldo Viana, que é um especialista em avaliação, que está nos dando consultoria em Minas Gerais, conseguiu colocar isso em funcionamento a partir de 95.

Eu já estou terminando!

E a avaliação externa, como um fator fundamental como uma quarta prioridade, avaliar o sistema externamente, uma coisa que não é da cultura educacional avaliar-se. E essa avaliação realmente eu tenho até um trabalho especial, paralelo aqui que por sinal foi apresentado ontem lá em Ouro Preto, no Simpósio com o Banco Mundial proporcionou sobre a avaliação que era realmente uma coisa importantíssima que o Estado de Minas Gerais está fazendo.

Em linhas gerais, tem muitas coisas para dizer, mas talvez ao longo do debate surja oportunidade.

Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada. Nós vamos continuar com a educação à tarde.

Eu gostaria então de passar a palavra ao Fernando Tenório para nos falar um pouco sobre a sua visão de descentralização e uma síntese um pouco do que ele está observando sobre as comunidades participativas.

O SR. FERNANDO TENÓRIO - Eu quero agradecer ao convite da Dra. Aspásia participar desse Fórum e senão um trabalho que a Professora

Aspásia vem desenvolvendo lá na escola da Fundação, então, isso dá uma certa facilidade de a gente entender o porquê do Fórum.

Eu gostaria de partir para uma visão muito mais de um ambiente acadêmico do que de uma atividade, digamos assim, empírica como foi o caso dos casos anteriores apresentados. Essa visão acadêmica é uma visão lastreada evidentemente em propostas empíricas.

Nós estamos trabalhando num projeto lá na Escola Brasileira de Educação Pública, tem um projeto que já vem há mais de 10 anos, que a gente vem desenvolvendo uma atividade que na realidade chama-se um programa de estudos em gestão social e a nossa preocupação básica é fazer com que os alunos que participam da nossa atividade de ensino, quer a nível de mestrado ou de pós-graduação, que esse pessoa saia da escola com uma perspectiva ou com um perfil gerencial voltado para questões mais de natureza social.

A experiência tem demonstrado que as instituições de ensino que discutem o tema de administração pública ou da administração de uma maneira geral com exceção das escolas de engenharia e produção, há uma preocupação muito grande em discutir as questões estratégicas e gerencial e não discutir as questões ligadas ao aspecto início da gestão, quando eu disse exceção da engenharia de produção, porque é o pessoal que discute a gestão de fábrica, mas nas escolas de administração e nas escolas voltadas para discutir políticas públicas, é uma preocupação muito grande em discutir a questão a nível estratégico, então você discute as grandes políticas públicas como vão ser administradas e aquela visão mais de ministério da tecnoburocracia do que uma visão do social.

Então, nossa preocupação nesses últimos dez anos tem sido tentar colocar dentro da escola essa discussão de se discutir também o tema da administração pública, não partindo do poder público para a comunidade para a sociedade, mas sim fazendo o inverso.

Então, a nossa pesquisa tem sempre centrado na possibilidade de que a gestão pública ela seja uma gestão social, quando a gente fala em gestão social a implicação disso, isso nós temos observado em pesquisas empíricas, é uma questão fundamental, é a não existência de uma cultura técnica gerencial e aí o Secretário acabou de fazer referência a isso, de uma cultura técnica gerencial por parte do poder público a nível de município de Estado ou do sistema central, uma cultura técnica voltada ou capacitada para perceber ou estar sensibilizada para perceber a questão social.

Então, digamos, dentro desse tema ou dessa temática nossa de tentar identificar como você pode interagir ou fazer com que o poder público, qualquer que seja o nível de decisão, que a sua tecnoburocracia ela tem uma cultura técnica tão autoritária como até então.

Foi falada também numa introdução anterior de que há um viés autoritário e isso nós constatamos através de vários mecanismos de pesquisa que esse viés autoritário existe, infelizmente, apesar de toda essa propalada discussão de qualidade de flexibilidade gerencial etc., ela continua a existir.

Então, a nossa idéia central como eu estava dizendo é de tentar colocar a discussão de ensino, a discussão de que o gerenciamento do que é social ele deve ser encarado dentro de uma perspectiva aonde a sociedade

civil com as comunidades, com movimentos sociais, eles participem também do processo de tomada de decisão.

Eu acho que a experiência do Secretário de Minas Gerais colocou, ela enfoca ou vai no ponto de vista dessa questão. E quando eu digo numa preocupação já de dez anos, é uma preocupação, porque a nossa vivência em termos da EBAP na Fundação Getúlio Vargas tem projetos de consultoria, tem projetos de pesquisa, já contavam para esse distanciamento da burocracia pública que é ligada à políticas sociais como saúde, educação etc., ou não, mas era um distanciamento e esse distanciamento era até na cobrança do próprio envolvimento das comunidades ou de desenvolvimentos sociais, ou da sociedade civil na participação de projetos voltados para essas comunidades.

Então, exemplos eu podia citar vários, mas os bem pontuais, por exemplo, seriam as questões de que você pede, chama a comunidade a participar do processo de tomada de decisão, um processo colegiado, mas exige que a comunidade saiba fazer um projeto e a comunidade não está preparada para aquilo e eu me lembro bem desses casos.

Eu participei de um projeto de apoio à pequena produção, é o famoso PAP na região do Brasil, incluindo o Norte de Minas Gerais e a gente via muito isso, convidava a comunidade, a chamada estratégia da participação, convidava a comunidade a envolver-se no projeto e exigia que a comunidade estivesse capacitada tecnicamente a ela mesma, elaborar o projeto. São distorções nesse sentido que fez com que a gente começasse a repensar até a nossa grade curricular.

Uma preocupação muito mais centrada naquilo que é a idéia da transferência de tecnologia social. Essa seria, digamos assim, a nossa preocupação. E com essa preocupação de fazer transferência e tecnologia social está implícito nessa idéia a questão da gestão participativa.

A gestão social ela implica, ela tem implícito na sua idéia o tema participação e isso vai exigir o quê? Vai exigir que o perfil gerencial do funcionário público, qualquer que seja o nível que ele atue, seu perfil gerencial preparado a atuar nessas questões, não basta, não significa, não tem sentido que ele só com o envolvimento da comunidade através de conselhos, através de comissões, através de discussões de orçamento sem o perfil gerencial esteja capacitado para isso. E aí as duas posições anteriores apontaram para essa necessidade de que a exigência de um perfil gerencial e esse perfil gerencial significa aquilo que a iniciativa privada já vem sendo feito e aqui foi citado os anos 70, os anos 80 há muito tempo que é a idéia da flexibilização.

Não importa você ter, colocar um produto no mercado ou você querer discutir qualquer tema que envolva ou que atenda a necessidade da comunidade se não existe esse chamado princípio da flexibilização, que, aliás, como eu estava dizendo, é o princípio que não é novo, se fala tanto hoje em dia em qualidade e produtividade, mas é um princípio ue deixe que o teorismo existe, ele tenha sua validade, embora evidentemente com as suas adaptações, ou seja, são princípios mais coletâneos, mas de qualquer forma significa dizer é que o aspecto gerencial não fica nesse tema que é a flexibilização e vai implicar também no que significa a descentralização tanto que se a gente faz uma leitura daquilo que tem predominado ou que é uma

tendência ou de algumas práticas a nível de organizações privadas essa questão da descentralização ela chega ao ponto que o sistema operacional você tem o trabalhador, embora evidentemente sejam discutidos os grandes que ele tenha com respeito a isso, mas o saber fácil do trabalhador, ele tem envolvimento no processo de tomada de decisão com respeito a sua tarefa com as atividades a qual ele está ligado. Por que então nós também não fazemos isso junto às comunidades?

Existe um saber das comunidades, o fato do exemplo que o Secretário colocou, de você distribuir que esse conselho entre participantes, com pessoas da comunidade e com técnicos e professores, esse é o exemplo que poderia ser, digamos, trabalhado no sentido de que há um saber tácito em que esse saber deve ser incorporado ao saber da tecnoburocracia, o que ocorre é que a nossa tecnoburocracia possui uma cultura técnica que não está apta, infelizmente, claro que há exceções, a absolver esse tipo de princípio, se fala em flexibilização, fala-se em descentralização.

Então, o desafio que eu acho e daí a nossa experiência aponta é esse, é de fazer com que a nossa tecnoburocracia ela esteja, digamos assim, apta a vivenciar e apta a exercitar esse processo de transferência e tecnologia.

Quando a gente fala em transferência e tecnologia e quando a gente fala que isso está atrelado à idéia da flexibilização que essa idéia de flexibilização está atrelada ou tem uma participação e que por via de consequência, é necessário um novo perfil gerencial, nós podemos apontar outros elementos que via pesquisas que nós temos feito até o próprio interior

do Estado de Minas Gerais, tem apontado para que no campo das políticas sociais existe uma descoordenação das atividades.

Então, quando se fala, por exemplo, em educação a gente verifica que ela, eu não posso citar, digamos assim, com precisão ue os municípios de Minas Gerais são o caso, mas pelo menos a gente pode observar em alguns.

Quando se trata de educação ou se trata de saúde, por exemplo, você não verifica que há uma coordenação entre essas políticas sociais, inclusive até com perda de recursos, que há uma superposição de atividades, uma superposição de interesses, uma superposição de demandas com a qual os municípios ainda não estão, digamos assim, preocupados com esse tema da coordenação, principalmente no nosso caso que foi a nossa preocupação em torno da questão das políticas sociais.

Então, seria, digamos, um dos elementos a serem atacados na questão da descentralização que eu vejo a partir dessa nossa experiência é esse tema da coordenação interinstitucional. Fazer com que as políticas sociais, principalmente essas ligadas à questão da moradia, a questão de saúde, por exemplo, que elas sejam feitas de forma coordenada.

A gente pode verificar que muitas vezes ações e recursos são alocados para desencadear um processo de ensino pedagógico avançado, mas esse processo de ensino pedagógico ele não é acompanhado de, por exemplo, de uma questão sanitária de saúde.

Então, os desafios que eu colocaria aqui, para efeito da questão da descentralização era essa questão da coordenação das políticas sociais a nível dos municípios, seria um dos desafios.

A gente tem verificado que as coisas têm corrido paralelamente e há pouco nós estávamos aqui conversando um exemplo que ele citou, que é você fazer uma redistribuição de água, mas com uma rede de esgotos não acompanhando esse sistema de distribuição de água.

Então, o que eu quero dizer com isso é que os nossos trabalhos têm apontado para essa descoordenação do aspecto, principalmente nossa preocupação tem sido estudar os aspectos sociais em torno desse tema.

E, tentando concluir, a nossa preocupação enquanto espaço acadêmico, como eu citei anteriormente, é desenvolver ou tentar fazer com que haja um compromisso de parte do administrador público com essa questão do social.

Não há como você descentralizar se a tecnologia gerencial vigente ainda é a tecnologia gerencial de que o poder está na mão da burocracia pública. Essa seria, digamos assim, a mensagem, digamos, apaga a palavra mensagem aqui, porque a palavra mensagem fica um pouco, baseado nesses dez, quase doze anos de trabalho, apontam para isso que enquanto o gestor público, enquanto administrador público, isso aí mesmo chegado ao município, não tiver uma percepção clara de que existe uma questão que é a cidadania não temo como desenvolver o processo.

Recentemente, participamos de um seminário fora do País para discutir a questão da qualidade no serviço público e no processo do seminário foram apresentados "n" elementos e "n" instrumentos, metodologias de tentar colocar esse tema da qualidade do serviço público, mas por uma brincadeira que tentei fazer com as pessoas com as quais eu conhecia, nós tentamos verificar quantas vezes a palavra cidadania ou

cidadão era identificada naqueles instrumentos ou era citada, e verificamos durante dois dias de debate que ela só foi citada dez vezes, ou seja, talvez pelo tema estava implícito que a questão da cidadania, quer dizer, que o administrador público deve estar dentro da sua memória, dentro do seu referencial a questão já está clara, mas a gente verificou que pelos debates a coisa não era bem assim. E quando eu coloquei que foi uma experiência fora do País é para dizer que a questão não é só nossa, é uma questão que em outras instâncias, em outras regiões, em outras sociedades o fenômeno existe, o administrador público ele ainda tem aquela óptica do burocrata bem por Weber pelo democrata que vê a sociedade a partir de seus mecanismos, dos seus instrumentos burocráticos de ação e não percebe que existe todo um movimento na sociedade que exige, digamos assim, um comportamento diferencial da burocracia.

E, para finalizar, foi feita uma referência às ONGs e também aponta para essa questão que foi colocada, que há um grupo de ONGs com alguns ONGs que tentam substituir o Estado, isso é fato e é uma substituição como foi colocada pela Professora Aspásia, que é uma substituição também do corporativismo nas ONGs.

Então, há de se ter um certo cuidado, embora evidentemente, eu acho que algumas ONGs ou grande parte delas tenha dado contribuição importante para o processo de socialização e democratização nessas relações do País, no entanto a gente tem que ter uma percepção também clara do papel dessas instituições, porque muitas vezes essa intermediação do poder público com a sociedade civil ou com as comunidades via ONGs, é mais um elo do burocratismo vigente até então. Até como burocracia ela

deixa, ela sai, digamos, da esfera do poder público e passa a fazer parte da outra esfera ou outra intermediação que é uma tecnoburocracia das ONGs. Eu repito que eu não estou generalizando, mas a gente tem percebido isso, que existe essa nova intermediação que pode prejudicar.

Então, para concluir, tendo tempo definido, eu gostaria de dizer que no nosso caso específico da Escola Pública de Administração, a nossa preocupação ter sido essa de tentar verificar um novo perfil gerencial do administrador público, que é aquele perfil gerencial voltado realmente para a coisa pública, aquele perfil gerencial voltado para perceber que a implementação de uma política pública ela deve ser feita via participação da comunidade beneficiada pela decisão do poder público e, mais ainda, no sentido de que seja capaz de perceber quais são as demandas, nessas comunidades na medida em que essas comunidades têm um saber, ela tem uma necessidade que ela sabe muito melhor identificar do que os nossos instrumentos tradicionais de planejamento.

Obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Só uma pergunta final para finalizar o seu pensamento. Qual é a avaliação que você faz, em breves palavras, dessa experiência com a população?

Ela responde quando a tecnologia ou a gerência é correta? Ou existe esse problema da apatia, enfim, você falou mesmo da questão das condições de saneamento, realmente, é difícil às vezes trabalhar e exigir das pessoas que participem quando elas vivem em condições infra-humanas. Qual é a sua avaliação disso?

O SR. FERNANDO TENÓRIO - Foi uma coisa que está, digamos, da nossa temática lá na Escola, é que nesse tema da transferência da tecnologia social, implica que a comunidade que vai se beneficiar, ela também deva ser a tecnologia de discussão com a burocracia sobre como deve ser implementado o projeto.

Então, no momento em que ela está capacitada para fazer esse tipo de discussão a apatia é muito melhor, isso em qualquer tipo de projeto, ou seja, é necessário que a tecnologia gerencial ou a tecnologia de gestão ela não seja um elemento exclusivo da burocracia, ela deve ser também um elemento da comunidade.

Então, no caso específico nosso, nós já editamos um livro, um texto sobre a Elaboração de Projetos Comunitários, acabamos de fazer um segundo sobre a Administração de Projetos Comunitários e estamos fazendo um terceiro, que é a Avaliação de Projetos Comunitários.

A nossa intenção é fazer com que as comunidades tenham essa tecnologia, no momento em que detém a tecnologia, isso nós verificamos via seminário e até por pessoas que têm escrito à respeito dessa experiência demonstram isso, que é importante também que a comunidade detém o conhecimento do gerenciamento, mesmo que ela não tenha conhecimento dos detalhes, de como é que funciona a burocracia, porque o universo burocrático é imenso, mas pelo menos ela possa ter, digamos, alguma categoria, algum elemento em que possa abrir o diálogo.

Lembre-se que eu falei a pouco que há uns dez anos atrás, quando a gente começou a discutir essa temática existia essa idéia central da estratégia de participação comunitária, através de projetos de financiamento

do Banco Mundial etc., em que a comunidade deveria apresentar seu projeto, no caso do problema da pequena produção, existia a chamada PCE, que era o segmento dedicado a isso.

Eu me lembro que foi inclusive a partir dessa experiência que me chamou atenção nisso, de que as comunidades, como é que nós vamos apresentar os projetos se nós não sabemos nem o que é um projeto? E aí vinha aquela idéia do tecnocrata de que a comunidade não é capaz de fazer isso.

Mas quando a gente começou a discutir essa possibilidade que, por exemplo, o planejamento de um projeto pode ser viável mesmo numa comunidade aonde o nível de alfabetização não seja muito elevado, nós verificamos que é possível, desde que você estabeleça, crie uma linguagem que seja aproximada e não aquela linguagem tão tecnocrática que usualmente a gente pratica, quer na academia, quer nas nossas organizações.

Então, aponta para isso. No momento em que a comunidade também se sente como co-participante, co-gestora não só para discutir aonde o recurso deve ser aplicado, mas sim também como ela deve se instrumentalizar para acompanhar o recurso, então a coisa, essa apatia diminui.

É necessário que haja por parte de projetos ligados, pelo menos na nossa percepção, de projetos ligados à demandas comunitárias, ou projetos voltados para o desenvolvimento dessas áreas, que também haja a possibilidade de que essas comunidades participem não só do processo de discussão de onde o recurso deve ser aplicado, mas também do sistema de

acompanhamento e gerenciamento disso. E para isso, é importante que essa comunidade esteja, digamos assim, capacitada, a capacidade instalada em termos gerenciais não deve ser exclusiva do poder público ou da burocracia pública, mas também dessas comunidades e ela nossa experiência é possível que isso aconteça.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Ótimo, Fernando. Eu acho que você deu um alento para todo mundo, porque às vezes eu fico pensando, o gerenciamento deveria ser uma coisa hoje ensinada nas escolas. A gerência é parte da vida e quem não sabe gerenciar hoje está perdido. Então, eu acho que você trouxe essa idéia de que temos que investir mais na gerência.

Eu vou passar a palavra agora ao Paulo Sotero, pedindo a vocês para que os comentários sejam rápidos e que a gente possa generalizar a discussão que eu acho que vai provocar muitos debates.

O SR. PAULO SOTERO - Na realidade, eu queria agradecer à Aspásia por desenterrar o entulho autoritário e tecnocrata.

Mas eu, basicamente, acho que tenho uma experiência de vida, uma experiência profissional que me permite trazer um pouco da memória de como se cristalizaram nas instituições da União, dos Estados e dos Municípios, ele se concentre de relações intergovernamentais e até de uma certa forma a gênese desse processo de descentralização da execução de políticas governamentais por nível de poder local.

Então, puxando um pouco a memória, já que eu fui pego assim de surpresa, eu me recordo que ainda na Comissão da Fundação Getúlio Vargas que estudou a Reforma Tributária de 67, que era coordenada pelo Professor Gerson Augusto da Silva, se eu não me engano, havia um

diagnóstico de que muitos tributos que deveriam ser originariamente de capacidade de ser dos poderes da União, estavam dispersos basicamente o imposto de exportação, que era um imposto estadual.

Então, havia dentro da própria natureza centralizadora do regime de 64, a idéia de que se transferisse a capacidade impositiva muito para a União, de um lado isso. E de outro lado, a fragilidade dos municípios no que diz respeito à alocação de recursos públicos e também a própria capacidade impositiva dos municípios que era muito frágil. A partir daí foi criado o Fundo de Participação dos Estados e Municípios no bojo daquela reforma, em que uma parcela de recurso, se não me engano na ocasião de 6%, era locado às municipalidades, em que houvesse na ocasião nenhuma vinculação, era ainda desse grupo, eu era estagiário, ainda do IPEA naquela época e esse grupo então alocava 6% das receitas do IPI e do IR para as municipalidades sem que houvesse vinculações.

Muitos de nós ainda lembram da prática que foi muito criticada na época e de que os municípios estavam alocando recursos em fontes luminosas, era quase que um simbolismo que se criava com relação a isso, que era a tal má alocação de recursos públicos pelos municípios, construindo praças públicas, fontes luminosas, enfim, investimentos dessa natureza.

Posteriormente, em razão desse diagnóstico que eu me recordo é que eu faço depoimento que foi um diagnóstico contraditado veementemente à época pelo então já ex-Ministro Roberto Campos, em que ele dizia que a prática da alocação dos recursos e a fiscalização progressiva pelo processo de amadurecimento democrático das comunidades, faria com que esses recursos progressivamente viessem a ser melhor alocados contrariamente à

tese que se cristalizava a nível do governo, já do governo Costa e Silva, se eu não me engano, de que deveriam haver as vinculações de receita à determinados programas de governo, saúde, educação, transporte e outros.

A partir daí, criou-se um mecanismo pelo qual os Estados no que diz respeito aos recursos do FPE, eles deveriam submeter os seus programas de aplicação e os seus projetos de aplicação no que diz respeito ao FPE, há uma autoridade central que era a SEPLAN e as municipalidades, se eu não me engano acima de 200, 500 ou 400 mil habitantes, também deveriam submeter através das Secretarias de Planejamento Estaduais, as suas programações de investimento dentro daquelas vinculações, ao poder central, no caso a SEPLAN, antigo Ministério de Planejamento na época.

Todos nós sabemos que isso teve uma visão, dentro dessa visão que era uma visão absolutamente cimétrica da realidade dos municípios, o que estava acontecendo era que municipalidades que tinham o seu problema de educação razoavelmente equacionado, seu problema de transporte razoavelmente equacionado, eram obrigadas até de uma certa forma de dissimular aplicações para que obedecesse um coeficiente de 20, 10, 15% para cada uma dessas funções de governo.

Nascia aí, então, uma Secretaria, é a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, já no período do Ministro Reis Veloso, que tinha por objetivo primacial analisar esses projetos e liderá-los, o que demandava muito tempo, inclusive para o retorno desses recursos.

Para vocês terem uma idéia, o FPN já teve fases de que para chegar até aos municípios ele levava de seis a sete meses, esse ciclo para chegar até as municipalidades e até aos Estados, além de todos os entraves

burocráticos que se criava com a sucessiva apresentação via SEPLAN estaduais em alguns casos, em outras a própria SEPLAN estadual, no caso dos municípios de menor porte é que analisava dentro de critérios definidos pela Secretaria de Planejamento do Ministério de Planejamento, pelo órgão federal.

Com a criação da SAREM cristalizou-se uma cultura centralizadora, mas que tinha da sua própria essência a própria dialética desse processo, a própria visão crítica desse processo de centralização de recursos a nível do poder central.

Foram criados núcleos, um núcleo de cooperação financeira que a essência era um núcleo no qual os prefeitos, os governadores e secretários de estado se dirigiram naquela via crucis, de "pires na mão", para solicitar recursos para seus Estados e Municípios, mas de outro lado, na ponta do processo dialético, na outra ponta, nascia um Núcleo de Cooperação Técnica aos Estados e Municípios, que foi fundamentalmente criado a partir do entendimento e da realidade que se observava da necessidade de ter-se efetivamente melhor capacitação no que diz respeito à Estados e Municípios das suas estruturas organizacionais, dos seus recursos humanos, da sua capacidade gerencial e eu acredito que a partir da criação desse núcleo, g errou-se de uma certa forma uma etapa posterior do processo que foi a quebra das vinculações a funções de governo, mas a manutenção das vinculações, as despesas correntes e de capital, ou seja, os recursos alocados deveriam contemplar recursos para investimento e somente uma parcela para despesas correntes, fruto já um pouco desse trabalho de fortalecimento e modernização da capacidade dos Estados, no que diz

respeito à orçamentação, planejamento, recursos humanos, modernização administrativa e melhoria da capacidade de arrecadação dos Estados e Municípios, modernização da máquina arrecadadora.

Foi a partir de estudos desenvolvidos na SAREM, nesse Núcleo de Cooperação Técnica, que se conseguiu a quebra do sistema de vinculações nas funções de governo e progressivamente de vinculações à dispêndios de custeio e à dispêndio de capital.

Mais recentemente, já no início da Nova República, sedimentada essa cultura que buscava de uma certa forma um processo de descentralização, agilizar esse processo de centralização até mesmo para enfrentar essa visão de um pragmatismo às vezes até irresponsável que eu acredito que também está se reproduzindo nesse momento de que a descentralização seja uma panacéia para todos os males.

Eu, pessoalmente, como coordenador durante cerca de 6 anos no Núcleo de Operação Técnica, eu vivenciei algumas experiências de descentralização, nós tivemos várias etapas, tivemos experiências de planejamento participativo, tivemos experiências derivadas do "small beautiful", tivemos experiências de toda ordem no que diz respeito à descentralização, inclusive financiadas à ocasião por esse Núcleo de Operação Técnica da SEPLAN.

Nós cometemos muitos planejamentos equivocados no que diz respeito às relações intergovernamentais, mas também acredito que muitas das coisas que se estão falando aqui, a origem disso tudo está um pouco em programas e projetos que foram financiados de uma forma pioneira, num

contexto político inclusive muito desfavorável pela Cooperação Técnica da SEPLAN aos Estados e Municípios.

Eu poderia citar algumas delas. Vocês se lembram da experiência de Lages? Do povo participando da administração? As origens daquela experiência, o financiamento inicial, do modelo lógico da experiência, foi desse Núcleo de Cooperação Técnica. Vocês estão lembrados da experiência de Toledo também do Paraná, eu não sei como é que vai porque já muito eu me afastei dessa área de relações intergovernamentais, também foi financiada pela SAREM, mas algumas experiências como a formação de recursos humanos e de capacidade gerencial, o que diz respeito aos sistemas estaduais de gerenciamento em ciências e tecnologia.

O Lúcio Alcântara que está aqui presente, pode testemunhar a força que se deu para o Núcleo lá no Ceará, que era filosoficamente, a idéia básica era de que você pudesse financiar junto com as Universidades e com as Secretarias de Ciência e Planejamento dos Estados, algumas funções de produção adequadas à capacidade produtiva do Estado, hoje existem ainda em 18 Estados da Federação, aqui, lá, eu encontro algumas pessoas, esses centros de excelência em Ciência e Tecnologia adequada à realidade dos Estados, a FAPERG, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, não sei como é que estão indo essas coisas. Além disso, eu acho que a própria origem do associativismo municipal está profundamente vinculada aos trabalhos que foram desenvolvidos pela Cooperação Técnica da SEPLAN, principalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, a experiência de consórcios rodoviários que se

financiou em Minas Gerais e que foi uma experiência durante um largo período que nós podemos acompanhar exitosa.

Então, o que se quer dizer nesse momento, depois eu gostaria de fazer algumas observações de caráter prospectivo, mas dar um pouco essa visão da realidade que se viveu nesse período dos governos autoritários em que você em determinado momento você concentrava na SEPLAN, cerca de 38% dos recursos livres do Orçamento da União para a alocação com projetos de Estados e Municípios, o que era um absurdo, ou seja, todos os governadores e prefeitos dependiam de uma certa forma das transferências negociadas, elas chegaram a representar, segundo um estudo do José Roberto Afonso, que é um técnico do BNDES, cerca de 33% a cada 100 que você transferia de recursos vinculados, recursos constitucionais, para Estados e Municípios, você transferia 33% de recursos derivados e transferências negociadas.

Então, vocês vêem que esse problema do orçamento de recursos livres ele também teve sua origem na centralização derivada dos governos autoritários, eu não entraria no mérito disso, mas acho que a origem um pouco disso está nesse centralismo dos recursos, das transferências negociadas.

Na gestação do processo de descentralização eu diria que ela nasceu de uma certa forma ainda do próprio movimento da sociedade, no sentido da quebra do regime autoritário e, evidentemente, que uma instituição como o IPEA, que propicia de um lado pesquisas em políticas públicas muito próximas da realidade, na medida em que a sua própria concepção era uma concepção de que as pesquisas acadêmicas era uma pesquisa descolada da

realidade do setor público, na sua vertente pesquisa, ela buscava muito uma forma efetiva de adequar a pesquisa acadêmica à realidade de políticas públicas.

Uma outra vertente do IPEA havia também uma vertente de planejamento, formulações de políticas de planejamento com acompanhamento e avaliação, programas e projetos. Das duas áreas do IPEA surgiram alguns executivos que foram ocupar funções da burocracia de Estado e com essa visão de um lado acadêmico e de um lado muito de formulações de planejamento, tinham uma percepção exata de como caminhava a sociedade brasileira e as instituições políticas.

Já se sabia muito antes da Nova República da necessidade de descentralização das políticas governamentais a nível de poder local, não que o município esteja acima do bem e do mal, ele não está acima do bem e do mal, a gente tinha uma vivência muito clara disso, mas eu voltaria ainda àquela posição recuperando um pouco o pensamento que eu me lembro daquele debate de pós 64, 68, por aí, em que o exercício da locação de recursos e o processo político local fariam com que progressivamente você melhorasse o perfil da locação desses recursos públicos.

Então, se sabia e se entendia isso, até porque nós éramos apaixonados por isso e não tínhamos uma percepção centrada pura e simplesmente, uma visão técnica e burocrática que se caminhava para isso.

Ainda no grupo do Governo Tancredo, que funcionou aqui na Fundação Getúlio Vargas, alguns técnicos do IPEA e alguns técnicos da SAREM, sob a coordenação do SER, vieram trabalhar num projeto de descentralização que pudesse já balizar de uma certa forma uma regra de

passagem a partir da Constituição de 88, para que as municipalidades principalmente estivessem já preparadas para esse processo de centralização que se tornava inexorável, até pelas exigências do momento político.

E aí, já com a gestão do Ministro Saad, com o apoio do próprio Ministro Andréa Calabi e do Edson Nunes, nós fizemos uma proposta que foi encampada pelos governos do Paraná e de Santa Catarina, de fortalecimento da capacidade de investimento do nível de poder local, de racionalização da capacidade de gasto público local e de melhoria da qualidade de gerenciamento de políticas públicas do poder local.

Era um programa amplo que tinha como objetivo transformar-se num programa de nível nacional, mas que foi num primeiro momento apropriado até pela própria capacidade que o Estado tinha de dar contrapartida, pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. A idéia que se tinha era que se pudesse nesse processo de centralização, uma visão um pouco centralizada se estiver distante da questão que se vivia no momento, uma visão um pouco centralizadora ainda em que você pudesse estabelecer regras muito sólidas dentro de um monitoramento que viria pelo BIRD, de como os municípios junto com as comunidades locais foram a primeira vez que as comunidades definiram a alocação de projetos locais, o que exigia basicamente das municipalidades, sob o ponto de vista qualificativo, primeiro lugar, no primeiro ano que eles tivessem condições, aqueles que base tributária tivessem, evidentemente, de maximizar a receita potencial dos impostos municipais.

Eu vou tentar, tendo em vista o adiantado da hora, eu vou tentar, reduzindo, ler algumas parcelas do projeto básico para que vocês tenham uma idéia de que nesse programa já se pensavam basicamente num processo de descentralização.

Faz tempo que eu não mexo com essa área.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Paulo, eu só vou pedir a você cinco minutos, está ok?

O SR. PAULO SOTERO - O projeto representava basicamente uma tentativa de adequação das experiências de fortalecimento de bases municipais, já em execução no Paraná e Santa Catarina, e a nível internacional no México, no Equador, todas elas com envolvimento do BIRD.

Era uma opção de caráter mais pragmático que utilizava o esquema de relações intergovernamentais vigente à ela. As fontes de financiamento seriam mobilizadas para o programa, aquelas tradicionalmente utilizadas ao apoio aos municípios e não representariam pressões sobre a receita da União, dos Estados e Municípios.

O diagnóstico que se tinha é de que havia uma forte concentração a nível dos dispêndios do poder local e despesas correntes voltadas para o custeio da administração e permaneciam as profundas limitações dos municípios, quanto a eficiência na arrecadação, na gestão e na alocação de recursos públicos, sejam eles próprios ou derivados das transferências intergovernamentais negociadas ou não.

A reforma tributária e a descentralização imediatas estruturais já esbarravam os prazos da Assembléia Constituinte, isso era no ano de 85 ainda, e essa realidade exigiria naquela época do governo federal uma ação

positiva que viesse agilizar e servir de âncora para esse processo de descentralização.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Paulo, eu acho que a gente podia distribuir, porque é importante esse documento na história, eu acho que você fez algumas considerações e algumas revelações muito importantes sobre Toledo e Lages, quer dizer, eu acho que ninguém sabe que isso foi financiado pelo governo federal, eu tomava por uma experiência autônoma de iniciativa local.

O SR. PAULO SOTERO - Não, ela nasceu da comunidade, mas ela teve um apoio do Governo Federal.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Exatamente, acho que isso é importante.

O SR. PAULO SOTERO - Não foi só essa, dele teria citado ele a experiência de mais de duas décadas de experiência de Administração na Área de Saúde e Planejamento participativo era o modismo da época e que foram financiadas basicamente pelo Governo Federal.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que é importante também, enfim, eu acho que nós vamos ter a oportunidade de discutir mais é importante juntar os pedaços desse processo que o Adolfo vê com muita angústia acho que todos nós também, na verdade foi um processo e isso foi muito discutido ontem, a idéia de descentralização como processo, não vamos fazer por Decreto amanhã transferências que simplesmente criem disfunções por todo lado.

Eu acho que essa idéia de processo é muito importante e também me parece muito importante, quer dizer, esses dois braços da SAREM, o

braço pecaminoso que era o braço dos negócios, etc., da dependência espúria e braço técnico que prestou serviços, acho muito importante, até porque, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade que você me dá, de ter tocado nesse assunto para discutir aqui com vocês uma proposta que está em andamento, quer dizer, o grupo que está trabalhando com a Fazenda, enfim, Tereza Lobo está envolvida nisso, está pensando na proposta de uma Agência Federal de Estudos Intergovernamentais, pensando em modelos americanos, etc., em que você teria uma grande agência encarregada desse acompanhamento, dessas avaliações, etc. e, na verdade, eu devo confessar que nós estamos pensando que o IPEA deve ser esse órgão, porque na medida em que é um órgão puramente técnico ele não tem mais esse braço político, eu acho que tem tudo a ver com a vocação de uma instituição que é muito respeitada, que é uma instituição neutra, que não tem compromissos políticos diretos com o Governo.

Então, essa proposta, eu acho que ela é interessante por que ela retoma pouco esse fio condutor e também porque ela permite alguma coisa que nós estamos informalmente fazendo que é a idéia de fóruns, de Instituições, de bancos de dados, onde você possa ter uma corrente de transmissão.

Nós vamos aqui discutindo a questão de algumas propostas ligadas a fóruns, a Conselhos de Secretários estaduais.

Agora, ontem mesmo houve uma reunião dos Conselhos dos Secretários de Planejamento que estão criando também um fórum, Secretários de Planejamento Estaduais.

O Dr. Lúcio Alcântara, além de ser vice-Governador do Ceará, foi algum tempo, um ano, dois anos, um ano, o Presidente do Conselho de Secretários de Saúde.

Então, todos esses órgãos são órgãos aglutinadores, mas eu acho que o papel técnico é importante, porque ele pode ter quase que essa obrigação de vincular os avanços porque a mídia, ela vincula os retrocessos e as desgraças e rápido. Se alguma desgraça acontecer, o Marinho falou um pouco sobre isso, em algum lugar rapidamente todo mundo sabe. Incêndios, furtos, assassinatos etc.

Como é que a gente cria uma rede para transmitir as aquisições, as conquistas, os avanços, as coisas positivas que vão sendo feitas, eu acho que a idéia seria um pouco essa.

O SR. - Com relação à apropriação de experiências que tiveram êxito de administração participativa, com a participação efetiva da comunidade, já existiam na SEPLAN um programa de cooperação técnica intergovernamental, em ue você apropriava a experiência, evidentemente, adequando-as às realidades locais, um custo baixíssimo e você levava essas experiências a outras Unidades da Federação e a outras municipalidades, e foi um dos programas que foram administrados naquela época pela SEPLAN, durou muito tempo e teve êxitos sucessivos, eu diria.

Hoje se tem a nível dos Estados ainda remanescentes de uma consciência crítica e de uma visão em termos de burocracia de Estado mais próxima do planejamento participativo deve-se muito a esses programas de treinamento de recursos humanos que foram levados aos Estados e Municípios pela SEPLAN.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada.

Vou passar a palavra ao Teodoro, pedindo Teodoro, que você utilize 7 minutos, depois a gente volta.

O SR. TEODORO LAMOUNIER - Uma virtude muito rara conseguir ser sintético num assunto tão abrangente, tão complexo.

Eu diria que o Brasil, hoje, com vários anos de administração o choque de duas culturas. A cultura do clientelismo, do favoritismo e ue é amplamente permanente em vários níveis de governo e ao lado disso surge já com alguma razoável repercussão um outro tipo de cultura que é a da co-responsabilidade, da tentativa de gestão racional, participativa e de eficiência, com o compromisso de eficiência na alocação dos recursos.

Dentro desse dilema, eu gostaria de trazer rapidamente nesse espaço que me sobra, eu acho que poderia ser o mais fecundo, uma concepção de um programa de desenvolvimento municipal que tem muito a ver com essas experiências que já foram feitas no Sul e ue nos consumiu aproximadamente dois anos de negociação com o Banco Mundial que acaba de ser agora contratado pelo orçamento para a execução desse programa, e que me parece que tem algumas peculiaridades muito interessantes.

Em primeiro lugar, nós sabemos evidentemente que a validação de qualquer ação política é feita pelo sucesso que o administrador tem e esse sucesso no processo eleitoral é medido através da vitória numa eleição.

Sabemos que a cultura brasileira está muito empreguinada do prestígio da obra, o administrador eficiente é aquele que realiza uma obra e essa obra geralmente é tomada como uma coisa transparente, uma coisa fisicamente visível, sabemos que este processo está muito umbilicalmente

ligado a essa cultura de clientelismo, distribuição sob critérios de proselitismo político na alocação das obras, na alocação de recursos.

Por outro lado, os projetos levados principalmente no âmbito municipal, onde a população está muito próxima, projetos de reorganização administrativa, melhoria da eficiência da prestação de serviços que não impliquem em investimentos físicos, não vêem visibilidades.

Dentro desse quadro nós procuramos, dentro do programa, essencialmente de desenvolvimento municipal e ue tem o instrumento do financiamento, uma nova forma de relações entre Estado e Município, tem uma nova forma, porque ela está calcada na instituição de um fundo de financiamento, um fundo de natureza perene, com regras muito claras e objetivas de acesso a esse fundo, aberto a todo e qualquer município que se disponha a implementar uma série de princípios e alguns desses princípios são princípios meio onerosos que qualquer administrador, qualquer prefeito tem como os de exercer plenamente sua capacidades tributária e não fazer políticas de lançamentos tributários, impessoais e racionais, baseados em processos objetivos e não nas relações de favoritismo ou de compadrio político, princípios de que recuperar o investimento realizado através do apanhamento da tarifa ou da taxa, ou da contribuição de melhoria, princípios de procurar executar os projetos que apresentem ao lado de uma tecnologia eficiente seja nos projetos de menor custo, nós sabemos que esse tipo de projeto tem muito pouco prestígio entre as empresas de consultoria e de engenharia, sabemos que a maioria está como tecnológica corrente em todas as áreas de prestação de serviços públicos municipais, quase sempre

tecnologia cara e com equipamento inadequado para a prestação desses serviços.

Então, nós montamos esse programa baseado na idéia de que para ter acesso ao fundo, ao recurso do fundo que propicia ao município, ao administrador realizar obras físicas visíveis, ele primeiro tem o lado amargo que é a tarefa de organizar o município e usando aí uma variável que nós achamos que é estratégica, porque ela ataca na base a relação de favoritismo político compadrio etc., a variável básica é a variável financeira, ou seja, o município para participar desse programa ele começa de fato com um diagnóstico do seu potencial tributário, ele se compromete a exercer efetivamente, praticar, formular em Código Tributário, dentro de uma técnica razoavelmente consagradas que já são plenamente disponíveis.

Compromete-se a buscar a recuperação dos investimentos através do pagamento que o usuário deve fazer. Então, isso tudo para nós tem um sentido muito claro de gerar uma nova dinâmica nas relações do contribuinte com o administrador de criar um processo de ruptura nessa forma de administração que ela é francamente ela é bastante generalizada no Brasil ainda de não equidade de tratamento discriminatório entre contribuinte e alinhamentos da prefeitura em relação a buscar explorar a sua receita própria.

Então, por outro lado, a estratégia na configuração desse programa nós procuramos ver o seguinte: quais são, quais seriam aquelas obras que de fato apresentam inequívocos benefícios?

E, baseado no estudo sobre a situação de saneamento básico do Estado de Minas Gerais, daqui à pouco eu vou aprofundar um pouquinho sobre isso, nós identificamos que as ações no âmbito de saneamento básico

sobretudo abastecimento de água, tratamento de inspeção de rede de esgoto, tratamento de esgoto e coleta e disposição final de lixo, tem uma vasta literatura que já consagram os benefícios econômicos como investimento e saúde pública, propiciando retornos adequados para o poder público, nós então selecionamos essas vagas como aquelas vagas estratégicas para investimentos sobretudo porque eu pelo menos no discurso do Banco Mundial tem muita preocupação em minorar a situação de pobreza.

Então, a idéia básica é de que você melhora a situação de pobreza relativa interferindo sobre esses componentes básicos, porque são exatamente essas populações pobres aquelas que estão mais sujeitas, mais afetadas por deficiências sanitárias e as mais vitimadas, com doenças de veiculação, por exemplo, más condições...

(Falha na gravação)

... preparada com esse intuito de inaugurar um novo tipo de relações entre Estado e Município tinham sido pautadas naquelas transferências negociadas que são geralmente o produto da ação de todos esses processos de subvenções e vinculações, cujas funções hoje essa CPI do Orçamento acaba por desvendar.

Então, é um fundo de financiamento aberto ao município que se dispõe a adotar uma série de práticas ao qual município tem acesso, recebendo em primeiro lugar assistência médica de treinamento de recursos humanos para formular o seu próprio diagnóstico, queremos ter paternalismo próprio à administração e da comunidade que deve executar esse trabalho, ainda que eventualmente contando com a assistência técnica e só depois disso, de elaborado esse trabalho e organizada a prefeitura e novas políticas,

principalmente tributária e financeira, as normas políticas de racionalização, você abre o processo de financiar os investimentos, sobretudo há também um fator chave ainda, é que atuação nessas variáveis tributárias e financeiras, variável do lado da receita, a variável do gasto, o outro lado das finanças públicas, ela significa um quadro sempre com a criação de uma capacidade de investimento no município que me permite através de um mecanismo de financiamento que permite realmente alavancar uma soma muito mais apreciada de investimentos, isso se financiar 75%, 50% com recursos do Banco Mundial, 25% com recursos de um Estado deixando de lado a prática das transferências negociadas que seriam alocadas para que seja administrada com critérios objetivos de equidade no acesso a esses recursos e município participando sempre com $\frac{1}{4}$.

Trata-se de um programa em que nós procuramos nas experiências, nos êxitos, eliminamos do âmbito dos investimentos financiados vários que não tinham dado certo, como habitação, o problema da habitação é um problema que transcende muito a capacidade do município atuar e temos agora como programa que está para ser iniciado, temos fundadas dúvidas de que primeiro, se esse mecanismo é suficiente, sem dúvida, é um mecanismo muito potente, porque a administração costuma ser realmente uma variável muito importante em qualquer processo de administração.

Ele tem como limitações as próprias regras do Banco Mundial que são extremamente burocráticas, todo mundo sabe, têm princípios do Banco Mundial que francamente chocam com certos objetivos, como por exemplo, exigir uma parte interna de apoio financeiro, um projeto de 12% ao ano,

quando boa parte das empresas têm várias no Brasil, não conseguem atingir esse nível de rentabilidade sobre patrimônio líquido.

Então, nitidamente, uma contradição entre um objetivo de melhora a situação do problema mais a exigência financeira colocada do projeto, nós discutimos exaustivamente com o Banco Mundial, mas o Banco Mundial assume 167 países sócios, vinte e tantos diretores, uma maneira de contornar esse processo, porque essa regra é pelo menos um momento imutável.

Isso significa, a nosso ver, que provavelmente vai criar uma limitação dos Estados e Municípios com maior potencial venham a ter esse acesso e nesse sentido para dar um panorama dos 756 Municípios e Estados nossa meta por essas restrições é atingida entre 120, 150 municípios, 150 são apenas para dar um parâmetro, são os municípios com população superior a 20 mil habitantes.

Claro que acho que o nosso Secretário Walfrido pôs o dedo no ponto fundamental. Esse programa só foi possível de ser negociado com uma clara decisão política de um governador do Estado de inaugurar uma nova fase de relações entre Estado e os Municípios, pautados por outros municípios que não são políticas. É uma regra aberta, objetiva, óbvio que esse mesmo governo, essa decisão política pode ser um recuo, um retrocesso naquilo que nos parece uma política extremamente correta de descentralização.

A própria inserção desse componente de desenvolvimento institucional, com essas regras de aderência e de participação dos municípios nos programas, ele implica uma certa morosidade, porque na

verdade o processo significa um comprometimento claro não só da administração, da Câmara, das lideranças, porque vai exigir na discussão de como se pagar os projetos, uma discussão política e uma legitimação do projeto, um processo discutível e isso tudo a gente ainda sob o crivo de dizer: o programa está andando muito lento, os movimentos lentos de diversas restrições de ordem financeira que podem significar dificuldades para os programas.

A última coisa que eu queria comentar aqui é que a grande motivação para esse desejo, esse programa surgiu da situação peculiar de saneamento básico. Os programas, a meu ver, decorrem fundamentalmente da exaustão, o modelo planável, um modelo planável que ele realmente tem grandes êxitos.

Em Minas Gerais houve uma melhora considerada em sistemas de abastecimento da água, mas chegamos a uma situação paradoxal, porque nos 756 municípios apenas 400 são concessões da companhia estadual, 356 estiveram fora, estiveram sem acesso a nenhum esquema de financiamento para enfrentar esses problemas de saneamento, que são projetos de longa duração.

Nenhuma administração municipal, com base estritamente em recursos orçamentários pode de fato enfrentar um projeto como extração de tratamento de água, extração de tratamento de esgoto, porque daqueles municípios que não entregaram a sua concessão, as companhias estaduais de saneamento foram visivelmente prejudicadas e mais, pela lógica que havia dentro do próprio PLANASA e eu sou o primeiro a reconhecer que houve muitos avanços, os modelos se exauriram, privilegiou um processo em que

água por ser possível cobrar através de tarifas e propiciaram um retorno adequado, o programa avançou bastante na maioria dessas 400 cidades, mas rede de esgoto, tratamento de esgoto, a companhia só tem em 40 cidades, gerando, ao meu ver, algo que é absolutamente uma disfunção, eu não vejo como, as gerências de água e esgoto de serviços de abastecimento de água e de esgoto pelo menos deve ser única, ela deve estar unificada, porque, por várias razões e a principal delas talvez seja o processo de remuneração dos serviços.

Então, esse é um programa que desenha dessa nova política de saneamento básico, é um dos estudos que está dentro desse programa, Aspásia, através disso é que nós tomamos conhecimento dos estudos que estavam sendo realizados pelo IPEA e esse País é tão grande, tem tantas iniciativas e verdade, nós tomamos conhecimento desse Seminário aqui na sexta-feira, quando telefonamos para cá querendo falar com quem estava...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que foi ótimo, inclusive à tarde estaremos com uma grande especialista no assunto, que é Dilma Seli Pena Pereira, você deve conhecer, que está aí quase ao seu lado, e eu espero que vocês possam trocar idéias aqui de tarde, porque nós vamos tentar trabalhar um pouco sobre o setorial agora à tarde.

O SR. TEODORO LAMOUNIER - Eu queria colocar mais algumas coisas, estamos aí com três estudos que eu acho que seriam muito bem vindos à nova oportunidade de nós discutirmos, um novo desenho para uma política de saneamento básico que resolva essa situação absolutamente insustentável.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - O material que você tiver passa para a gente.

O SR. TEODORO LAMOUNIER - O estudo piloto sobre privatização do serviço público e um estudo mais abrangente de todos, finanças municipais, na verdade, é como novos instrumentos pelos quais os municípios possam financiar seus...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Perfeito. Achei excelente, acho que todo mundo aproveitou muito, já quem queira cópias para poder recuperar. Eu só queria dizer uma coisa: ontem nós discutimos muito a questão dos consórcios e ficou muito claro para nós que os municípios pobres ou pequenos, que a solução para esses problemas maiores vai depender muito e até talvez dos menores também, vai depender muito desses consórcios que podem dar mais consistência, mais força mesmo na busca de financiamento, enfim, nas escalas de políticas sociais de escala, enfim, acho que não é o momento da gente se aprofundar muito, mas ontem se discutiu muito sobre essa questão e eu tenho a impressão que eu não sei de que maneira, mas poderia talvez ser útil na discussão sobre esses pobres municípios que acabam sempre ficando à margem da modernização.

O SR. - Eu precisava sair, eu queria só fazer duas observações na linha do que o Teodoro falou, depois eu tenho que me retirar, porque eu tenho um outro compromisso.

Para se ter uma idéia, no programa de Santa Catarina, no que diz respeito à arrecadação dos municípios, o agregado receita municipal, primeiro ano de execução do programa, já que você impôs regras que seriam o aumento da análise e o aumento da capacidade da arrecadação dos

municípios nós vamos para 237% real de um ano para o outro, de um lado isso, e a idéia de concepção básica se tinha e eu estou falando para a Aspásia, o poder político que ela detém, era que se fizesse um programa de nível nacional, em que você envolvesse à época naquelas transferências negociáveis, você pagasse uma parcela desses recursos ue seriam recursos que poderiam contemplar dentro dessas pequenas regras essas pequenas municipalidades que não são abrangidas pelo programa ou que não têm capacidade de julgamento ou porque não têm capacidade de investimento, você abrangeria um universo bem mais amplo de municipalidades e o Saad chegou a levar a proposta para o Presidente Sarney na época, mas felizmente a cultura está mudando agora, a cultura ainda era a cultura de você deixar o prefeito vir pedir um recurso sem melhorar a capacidade de gerenciamento dele, das próprias potencialidades locais.

Eu acho que esse momento é muito importante e a experiência de Minas reproduz com alguns aperfeiçoamentos com as experiências anteriores, poderiam servir de base até para que se tentasse alguma coisa a nível mais amplo em caráter nacional.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada.

Vamos começar os debates. Eu gostaria de dar a palavra ao Lúcio Alcântara para comentar essa primeira parte aqui da nossa reunião.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu vou procurar ser o mais breve possível, embora a minha área profissional seja a saúde, eu, por força de algumas funções públicas que já exerci, vou tentar, pelo que eu ouvi aqui também, tentar fazer alguns comentários ou pelo menos trazer algumas

idéias para o debate em relação ao sistema mais genérico que eu acho que foi a preocupação na parte da manhã.

Em primeiro lugar, eu creio que em todas as ambigüidades que a descentralização possa ter e com as ressalvas que foram feitas aqui com os quais eu concordo, eu creio que seria pelos vários oradores aqui a gente reafirmar os méritos da descentralização, o problema é mais agora como fazer isso e como fazer bem, para que essa descentralização a ponto do município não seja o lugar onde se perdem ou desaparecem ou se somam aos recursos, mas sim onde eles possam render mais, dar mais eficiência. Essa é que é a grande discussão, esse é que é o grande debate.

E aí, eu queria voltar ao que a Aspásia falou bem no começo, que a União não pode abdicar do poder de ter alguma margem de manobra em relação a isso.

Uma pulverização decontrolada, absoluta vai levar a um enfraquecimento da Federação, da União de certa maneira, até nós estamos assistindo um pouco isso agora.

A União isolada dos Estados e dos Municípios ela não tem poder nenhum, nós sabemos que quem não tem dinheiro não coordena nem manda, nem dirige, nem lidera. Então, nós não podemos levar esse processo a um Estado tal que torne a União inerte, porque ela não tem a condição de fazer nada, porque há políticas que são nacionais e essas políticas nacionais só podem ser implementadas pela União, porque eu acho que é importante, por exemplo, as transferências negociadas estão muito na moda agora é a questão do Orçamento.

Eu não creio nem ue seja politicamente conveniente, nem que seja bom para o País ue ele simplesmente desapareça, eu acho é que elas devem obedecer a determinados paradigmas e acho que o Teodoro quando ele apresentou o projeto que se desenvolve lá em Minas ele tocou naquilo que eu queria dizer com menos competência técnica.

Você precisa dizer: a União está disposta a projetos, erradicação do analfabetismo, estou dando esse. O município pode vir e receber dinheiro desde que ele implemente condições tais e dizer essa é que é a verdadeira transferência negociada, o município adere se quiser, mas não a transferência aleatória que pode ser até feita com boa vontade, pode ser feita até de maneira sem que isso signifique nenhum roubo, nenhuma rapinagem, mas ele não tem, ela não está embasada em que está a natureza técnica.

Então, é quase que uma concessão que a União está fazendo ao município e ao outro não, mas há um critério rigoroso que permita que esse ou aquele município se enquadre numa determinada situação, o Estado e é claro que aí nós temos que ter também um processo de cima para baixo, é um processo de negociação, de discussão entre os municípios ue é trabalhoso, que é difícil, porque a municipalização às vezes é conferido com prefeitução, eu não estou municipalizando, eu estou entregando ao prefeito e isso de alguma maneira na prática, eu acho que é uma das perguntas aí do Seminário, vem acontecendo que a União quebrou, faliu e muitas das suas tradicionais atribuições estão sendo feitas pelo Estado ou pelo Município, em alguns casos.

Vou citar um exemplo lá do Ceará. Tradicionalmente a política de combate à seca, às calamidades é constitucionalmente uma obrigação do

Governo Federal, atender uma situação de calamidade, como é essas da seca lá. Só que o dinheiro não está indo na proporção, no volume necessário, o governo do Estado está bancando, que é um fato inédito, bancando uma parte desses gráficos, quando o governador chamou os municípios e propôs cada município entrasse com pelo menos 10% da despesa, nenhum quis, é só um ou dois, por quê? Porque o município ue ganhou recursos substanciais com a reforma constitucional de 88, ele continua naquela de ter lá o dinheiro dele para fazer o que ele quer lá e passar na capital do Estado e depois vir para Brasília, com quem ele mantém uma relação de amor e ódio, porque ele que e vem buscar, porque ele acha que é também sinal de eficiência dele conseguir um pouco mais de recursos do que ele já dispõe no município.

Então, a municipalização ou a prefeiturização, ela tem essas duas faces, uma é de que foi a União, quando fez isso em alguns atos executivos da União, procuraram passar essa idéia, como se municipalizar fosse se liberar de um fardo. Eu não quero fazer isso, eu não tenho dinheiro para fazer isso, então, o município se vire, faça o que for possível, isso é uma relação política conflituosa, porque município está recebendo algo que lhe passaram, porque o outro diz que não quer mais fazer, não tem dinheiro para fazer.

O outro lado foi a manipulação política do processo de municipalização, eu até chamei assim meio de municipalização selvagem, foi um estímulo de um grande confronto dos municípios, dos prefeitos com a União, porque a palavra de ordem era mais meio por cento, mas era 0,5% do FPN, mais 1% sem que essas competências fossem distribuídas que nós vamos ver que grande parte das competências e eu assumo a parte do

pecado que eu era Constituinte dessas competências concorrentes, a União pode fazer, o Estado pode fazer, o Município pode fazer.

Então, acho que é preciso distribuir melhor isso para que a gente possa de fato ter essas instâncias de responsabilidade bem definidos.

Depois eu acho que os Estados estão vivendo uma crise existencial. Eu tinha um colega na constituinte, o Deputado Raul Ferraz, que era da Bahia e foi inclusive Prefeito de Vitória da Conquista, ele propôs uma emenda acabando com os Estados, só tinha União e Município e isso foi até levado um pouco na brincadeira e tal, ele era municipalista, parece que foi um prefeito muito competente, um rapaz muito trabalhador, mas isso dá uma idéia de que essa instância estadual está um pouco perdida, eu como Secretário de Saúde, na época que fui até durante um ano no atual governo do Estado, até está aí um desses documentos, que eu chamei de crise existencial da Secretaria de Saúde dos Estados, que pode ser, com as adaptações necessárias, generalizadas pelo Estado como um todo, do poder estadual, do governo do Estado, não um Estado como ente público.

Então, o que acontece? Elas perderam aquelas prerrogativas tradicionais, antigas e por força do Sistema Único de Saúde eles teriam que passar essa competência para os municípios, isso significa perda de poder, perda de dinheiro e conseqüentemente, é todo um processo cultural de mudança, de transformação que eu mesmo tive ue muitas vezes balançar a cabeça para poder compreender e aceitar e trabalhar pela implantação dessa nova realidade, de forma que eu acho que nós temos que realmente perseguir esse processo, evidentemente com essas preocupações de não enfraquecer demasiadamente a Federação, de definir melhor as

competências de cada nível de governo, se elas permanecerem até como instrumento político, o Presidente da República precisa de apoio político, ele tem que ter algum instrumento de negociação, de barganha, do que for, de projetos nacionais e os municípios terão que aderir, cumprindo determinadas exigências, determinadas cláusulas.

Então, simplesmente eu quero esse dinheiro, porque quero fazer isso, porque quero fazer aquilo. Para mim isso é o ponto básico, é o ponto essencial, é o ponto fundamental.

Depois num outro plano, generalizando mais, nós vamos ter a questão da cidadania, eu estou com o Sotero que falou, que o Roberto Campos falou aquilo, eu vou concordar com o Roberto Campos, eu acho ue isso tem que aprender mesmo, depois vai chegar uma hora que não tem mais fonte luminosa para fazer, vai terminar fazendo outra coisa e é a comunidade que vai ter que resolver isso, o princípio da publicidade, está aqui o Secretário Executivo do Ministério do Bem Estar, manda o dinheiro para o município, todo mundo tem que saber que dinheiro foi, o padre, o juiz, o vereador etc., não me lembro, era criança ainda, na redemocratização havia a chamada quota federal, o prefeito decidia uma vez por ano, faz uma viagem geralmente em dezembro, ia buscar a quota, com a quota ele trabalhava o ano todo, hoje muitos municípios já têm banco, então, a comunidade toma conhecimento que o dinheiro chegou.

Eu tomei uma iniciativa, por exemplo, quando eu era Secretário de Saúde, de publicar mensalmente num jornal, o jornal dava e o jornal publicava, não era publicação paga, o quanto estava sendo transferido para cada município, em saúde, porque em alguns casos a transferência de

recursos da saúde, do Sistema Único de Saúde era maior do que o fundo de participação do município.

Então, o conflito tem que sair da sala do Secretário, ou da sala do Governador ou do Ministro, até municípios, o dinheiro que nós temos é esse, nós sabemos que nenhuma economia é rica, próspera, os recursos são finitos e as necessidades são muito grandes, então, vocês têm muito mais competência, muito mais capacidade de decidir isso aí do que nós, é claro, o prefeito quer manipular o Conselho Municipal de Saúde.

A Aspásia falou, temendo por essa proliferação de conselhos e tal, eu acho que realmente é uma coisa que precisa ter um pouco de cuidado, mas no âmbito da saúde que é onde eu conheço melhor, você não em outra saída a não ser melhorar o funcionamento desses conselhos, no começo o ue quer o prefeito? Quer fazer o conselho dele, passou os compadres dele para ele mandar, ou então a oposição ao prefeito quer botar só gente contra o prefeito para não deixar ele fazer nada.

Como se resolve isso?

Acho que só se resolve na luta, na discussão. Eu é ue não posso resolver um problema desses discricionariamente, havia cultura de que o federal é melhor do que o estadual e o que é estadual é melhor do que municipal, o município não é só Santos, como também não é União, como é um Estado.

A capacidade de fiscalizar, de gastar melhor o dinheiro, de alguém acompanhar mais de perto se está sendo feita alguma irregularidade, eu acho que é muito maior no município, desde ue você tenha cidadania melhor, o

princípio da publicidade, da divulgação etc., isso leva tempo, nós não vamos fazer isso de uma hora para outra.

Mas eu acho que é um caminho que a gente tem que perseguir e aí nós entramos no ue eu considero o grande mal da administração pública brasileira, que é descontinuidade, aqui estão pessoas que já tiveram várias experiências na administração pública.

Eu fui condenado a testemunhar isso, porque fui Secretário de Saúde do meu Estado três vezes, com isso não quer dizer que tudo que eu fiz estava certo, mas quanta coisa eu tive que voltar e recomeçar e refazer, não havia nem a memória mais na instituição.

Então, nós temos que ver, claro, cada governo tem o seu viés ideológico, tem a sua maneira de encarar, tem que dar a prioridade à essa ou aquela ação, mas o mínimo de estabilidade da burocracia você não pode deixar de ter, você não consegue governar, os controles formados ainda são necessários, eu acho que nós estamos vivendo grande parte desses problemas de problemas de hoje, não todos, porque foi desmantelada a burocracia, a burocracia federal, onde é que está o Sistema de Controle Interno?

Eu, por exemplo, a coisa que eu gosto quando administrador público e assinar um papel de liberação de recursos e tal, eu quero é ue ele esteja respaldado por "n" pareceres, estudos etc., que digam que eu estou agindo corretamente, que eu posso fazer aquilo que eu vou fazer, no entanto, se desmantelou isso e quantos funcionários, aqui mesmo em Brasília, na burocracia de Brasília isso aí eram os detentores da memória daquele órgão, acho que levaram para casa, jogaram fora, estão acabando o Estado, eu não

digo que o Estado não tenha seus pecados, até que burocracia não tenha seus erros, seus exageros, mas é preciso que se tenha algum tipo disso, ou se acha que para privar tudo, privatizar tudo, contrata uma auditoria externa para saber o que está havendo com esses recursos, se estão aplicando, uma amostragem, algo assim, é preciso que as pessoas não tenham e saibam que tem que prestar contas a alguém e que portanto são responsáveis por esses recursos. Então, eu acho que essa coisa tem que ser olhada dessa maneira.

Agora, coordenação sem poder é impossível, você chama a turma, não vai nem para a reunião. Vou coordenar o quê? Se eu não tenho nada para dar, se eu não tenho nem o poder de barganha ou de coação sobre as pessoas? Não adianta, você vai, eles acham bonito: ah, convidou, vou ficar aqui um pedacinho e tal, mas não funciona.

Então, a União tem que se reservar algum poder, eu acho isso fundamental até para manter a unidade do País.

Nesse plano macro, por exemplo, eu vou tocar num assunto que não tem muito a ver com o que está aqui, mas eu estive refletindo muito sobre isso, a questão, por exemplo, das bancadas, a posição das bancadas no Congresso Nacional, que alguns acham que é uma coisa vital para o futuro do País.

Eu, como nordestino, o Nordeste não é atingido, nas possíveis reformas que existem aí que ele está com a bancada mais ou menos coerente, mas eu acho que você fazer uma reforma aumentando muito, por exemplo, o poder, a bancada de São Paulo, acho que a de Minas aumenta muito também e tal, e diminuindo o piso dos pequenos Estados do Norte,

oposto, quer dizer, achei esse caso um caso extremamente curioso como um país imenso desses pode gerar confusão com essa má definição gerencial.

Eu já acho que é um problema de gerir o gigante, mas um competentíssimo assessor jurídico que nós temos no IPEA, nos ajudando um pouco a refletir sobre as emendas da Constituição, ele chamou atenção para um fato que não tinha me ocorrido antes, que é a ordem dessa estrutura jurídica de unidades processuais etc., que também não vale a pena mudar, porque o processo de globalização ele está unificado à legislação.

Então, se você começa criar legislações alternativas e isso foi focalizado aqui ontem um pouco a idéia quase de uma confederação, realmente você pode criar legislações diferentes para contemplar realidades sócio-econômicas diferentes, só que você vai ter que pagar um preço que de repente nós vamos ter que gerir a diferença, o caos e às vezes até a loucura, porque ninguém sabe que uma Câmara de Vereadores dessas pode produzir por aí fora.

Então, eu acho que são coisas extremamente delicadas e polêmicas que são objetos da nossa discussão hoje e que estão por trás dessas competências concorrentes que foram lembradas aí pelo Torquato Jardim e que você colocou muito bem, dizendo o seguinte: bom, se nós não sabemos quem deve fazer, dura pouco para ver como é que se cria um processo espontâneo, de acerto e aí, quer dizer, eu perguntaria a vocês o seguinte: será que nós não podemos produzir?

Ontem nós conversávamos sobre uma idéia de uma matriz municipal diferenciada para lidar com municípios pequenos e pobres, municípios grandes e pobres, regiões metropolitanas e contemplar essas

diversidades. Então, ouvindo você falar sobre Santos, um pouco que eu sinto também ouvindo o Jaime falar, sobre Curitiba, são áreas modernas, são regiões modernas, são cidades que faltava a elas competências administrativas, seriedades, compromisso social e que são cidades perfeitamente viáveis.

Será ue não seria possível na Constituição, na Legislação Ordinária, isso é uma pergunta que eu faço a todo mundo, é estabelecer diferenças, porque não dá o máximo de condições de centralização até talvez de legislação não sei até onde a gente podia ir para essas cidades, que são viáveis e um tratamento super especial para esses municípios ue não podem fazer o seu saneamento básico e que têm dificuldades imensas, quer dizer, se seria possível isso? São apenas algumas questões para abrir o debate. Pode dar até três.

O SR. - Eu queria falar duas coisas aqui que estão me coçando, porque vai em direção ao que você falou e é o que o Tenório falou.

Fernando Tenório, por que ue Santos está fazendo isso? Por que Curitiba fez. O Jaime Lerner já foi reeleito várias vezes, você tem uma questão gerencial aí que eu concordo com você em gênero e número.

Fernando, a coisa que mais me deixa indignado na área da educação, é a incapacidade de gerenciar, as pessoas não aceditam que gerenciamento é tão importante quanto recurso e tecnologia.

Então, de repente, eles acham o seguinte: aumenta o salário para o professor, coloca livro na sala de aula, escolhe diretora competente, não sei o

quê, quando tudo está feito e por geração espontânea, nós vamos ter a solução e o resultado.

O gerenciamento no Brasil é uma coisa pouquíssima levado a sério e ele é fundamental de certa maneira, de uma maneira simplista, que eu quero dizer isso em 20 anos o Japão saiu de um fazedor de produtos de segunda categoria para ser praticamente o líder do mercado internacional de produtos de alta tecnologia, por causa de gerenciamento e na hora que você vai falar de gerenciamento as pessoas jogam pedra em você, achando que é coisa de capitalista e na verdade o gerenciamento...

Por que que Santos está tendo esse sucesso? Porque tem gerenciamento competente, tem gente capaz de pensar, formular, medir, procurar a melhor maneira de fazer isso. É assim como era Santos o Estado do Ceará saiu lá do domínio daqueles coronéis, entrou um empresário lá competente de gerenciamento. Olha, o estrago, no bom sentido, que eles estão fazendo, exemplo para o País inteiro!

Então, estrago no bom sentido, estrago para aquela mentalidade antiga. Então, a questão do gerenciamento, eu acho que ela é fundamental, porque um bom gerente de uma maneira geral ele não tem como deixar de fortalecer e facilitar essas políticas de centralização.

Agora, tem muita coisa que falta também de providência simples para serem tomadas, por exemplo, o salário educação. Está aqui o Paulo que sofreu com esse negócio aí durante 2 anos, lá no MEC, o salário educação do jeito que ele está sendo concebido, é um bolo de 1 bilhão e meio de dólares por ano.

Por que que as prefeituras não podem receber diretamente uma cota mensal como nós Estados recebemos? Ele tem metade dos alunos de Santos, o Estado tem metade dos alunos de Santos, o Estado recebe, ele não.

Nós estamos propondo no Conselho Nacional de Secretários de Educação, uma coisa simplíssima ao Congresso Nacional, através da Deputada Ângela, que é a elatora do processo do 100% dos recursos alocados ao salário educação no que hoje "2/3", entre aspas, ficam no Estado. Nós estamos propondo 75%, mas não entre aspas, 75% de fato fique para o Estado, para ser distribuído proporcionalmente aos Estados e Municípios em relação ao número de alunos que cada um tem.

Então, se o Estado de São Paulo, por exemplo, arrecada lá mensalmente 100 milhões de dólares e ele tem 50% da rede e os municípios têm 50% da rede, então 50, metade disso que ele arrecada fica para a rede estadual e a outra metade passa para a rede municipal imediatamente, quer dizer, não tem que ter projeto para o Prefeito e o Governador ou Secretário Municipal e para Secretário Estadual e para Escolas, para fazer aquele dia-a-dia e, no entanto, você tem um mecanismo extremamente complicado de botar 5 mil prefeituras no Brasil apresentando projetos no BNDES para poder ver se pode ou não dá o dinheiro para aquele município e a educação está acontecendo todo santo dia de manhã, de tarde e de noite, entra ano, sai ano.

Então, tem muitas medidas que têm que ser simplificadas e aí o Fundo pode ter realmente uma parte de dinheiro que não precisa de ser tão substancial, no caso do salário educação, para promover as políticas nacionais que eu concordo, som, eu acho que a questão da descentralização

é perda de poder de conceder ou fazer favores e dar e ganho de poder de formular e coordenar.

Agora, se você não tiver, me perguntaram isso outro dia no Conselho Estadual de Educação, lá em Minas Gerais: o que que é descentralizar? Eu falei a nível da educação, você pode descentralizar para regiões, são as famosas delegacias dos ensinos regionais, que o César fez através de consulados, porque não tinha telex, não tinha fax, não tinha telefone, não tinha nada. Então, tinha que ter o cônsul, então, você tem que ter um delegado regional.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É isso mesmo, todos estamos de acordo.

O SR. - Eu queria resgatar uma pergunta que você fez até ao Tenório, se participação dá certo e se no primeiro momento eu falei mais das ambigüidades, me atendo a provocação que foi colocada, eu gostaria de falar um pouco da experiência que eu vivenciei dentro do privilégio que eu tive de trabalhar no Governo do Tasso, na área de desenvolvimento urbano, conhecendo, mas o corpo da administração e na administração do Ciro eu fui trabalhar na Secretaria do Trabalho, Ação Social, onde a gente consegue ter uma aproximação com a alma da sociedade, isso me faz ver o seguinte: nós estamos discutindo centralização no aspecto muito no aspecto intergovernamental e também no aspecto geográfico, mas a descentralização na participação, como é que é isso?

O SR. - Em primeiro lugar, eu posso lhe dizer o seguinte: pode dar certo e há muitas experiências vitoriosas, mas isso é um aprendizado, principalmente porque é muito voltada à democracia na

administração, que exige também competência gerencial e democracia, é reinteração, é reincidência, como todos nós sabemos.

Então, veja, nós cometemos a um despreparo generalizado, tanto da parte da sociedade como do governo e nós vamos ter que fazer isso por tentativa, algumas tentativas são meio dolorosas e até traumáticas e eu pude ver isso de perto, porque como Secretário de Desenvolvimento Urbano, a Prefeita de Fortaleza era Maria Luiza e se por um aspecto era algo difícil, porque a pressão era muito grande, nós já contávamos com um capital, a população estava mobilizada, então, participação, onde a apatia não existe, imagina que vai haver uma gestão democrática, onde há uma cultura da subordinação, do clientelismo, do assistencialismo, isso é muito difícil.

Então, nós tivemos esse capital, havia um anseio, uma mobilização, uma pressão até muito grande e isso foi ao contrário do que pode parecer, um fator muito positivo, por outro lado, nós do governo, temos a mania de imaginar que é tudo igual, toda cidade pobre do interior é igual, toda favela é igual, quando em verdade tudo é diferente, não existe o "kit" participação, depende da formação daquela favela, depende do processo de ocupação, depende da liderança, depende das frustrações. Então, cada caso é um caso, não é essa história, tudo é igual, porque falta água, falta esgoto, falta tudo, não é por aí.

Por outro lado, há também um erro de imaginar que o trabalho é a construção da obra física, três, quatro meses depois você passa, quer dizer, se nós não estamos bem no antes estamos aprendendo durante, nós temos sido péssimos no depois, porque se a gente não trabalhou a organização

comunitária, não trabalhou a afirmação de liderança, reciclagem de liderança, aquilo é um risco n'água, volta depois, não é muito bem aí.

E ainda da área da participação, eu quero dizer que hoje nós somos muito patrulhados, quem trabalha no governo e a gente tem receio de falar de entidade comunitária, tem receio de falar de ONG, porque é algo admitido como transcendental, ninguém ode discutir, mas o que é certo é que essa participação nossa tem sido marginalizadora e nesse sentido pouco eficiente, ós avançamos muito quando percebemos que a participação é da sociedade e quando a gente fala sociedade, é todo mundo, inclusive, os agentes econômicos, toda relação de governo com agente econômico é dito pelos sensores da sociedade, ue é algo espúrio, patológico e eu fico feliz de ver o relato do Ubiratan, que eu conheci de perto e reflete a realidade, é o PT ue está no governo, mas está preocupado com atividades econômicas incorporando na participação os agentes econômicos, porque não é essa a sociedade.

Então, todos esses programas feitos em periferia de cidade, feito em cidade do interior, eles pecam por isso, de repente quer que horta comunitária ninguém vive de coentro e cebolinha, ou trabalha a qualificação profissional de uma forma mais ambiciosa, daí o Governo Ciro Gomes colocou nos trabalhos de menino de rua, computador na favela, foi um ecândalo, com a resistência enorme das pessoas que trabalham tradicionalmente nisso, mas por que não?

A aceitação foi ótima, os resultados muito bons, a pobreza esteriotipada, então, pobre não pode isso, não pode aquilo e mais hoje eu vivo um momento difícil, porque hoje há o "marketing" da pobreza, a gente anda

por aí, as autoridades locais queem enfatizar a pobreza, a miséria, de repente nós somos obrigados a comparar miséria, é uma coisa miserável, uma atividade dessa, comparar quem é mais miserável, está entendendo?

E há uma certa vaidade de ser pobre, orue isso talvez possibilite arrancar dinheiro e sem dúvida, talvez a obra maior que o Governo do Tasso deixou e que o Ciro prossegue e amplia, é acabar o exercício da mendicância como uma possibilidade de se desenvolver e eu acho, perdoe talvez a maneira até ousada de dizer, tudo é proporcional, município pobre também tem pouco problema, vai para um município, São Paulo, capital riquíssima vai para lá, a quantidade de problema que tem para resolver existe uma proporcionalidade, agora não dá para resolver na reprodução dos processos se a descentralização for apenas mudança de palco e de atores, sem mudar o "script", nada feito, o que tem que mudar é o processo e a descentralização deve ser, sobretudo, a busca das potencialidades locais, potencialidades econômicas, potencialidades naturais, potencialidades de lideranças, aí as coisas acontecem, eu não acho essa história de dizer: município pobre não pode nada.

À tarde nós vamos discutir habitação e saneamento e é possível discutir isso também no processo da geração de emprego, não existe o município inviável, o que existe é que há um costume nas lideranças de praticar dependências, serviu, mas muitas vezes vantajosas para interesses que hoje em dia devem ser absolutamente repelidos.

Então, o que eu acho é o seguinte: essa descentralização não pode ser discutidos só intergovernamental, nem só geográfica, é preciso melhorar a relação do governo com a sociedade e até o governo se capacitar para

poder influir no processo da participação da sociedade entre si da relação entre as classes até do ponto de vista econômico. Eu acho que isso talvez seja o mais relevante hoje.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada. Paulo.

O SR. PAULO SOTERO - Bom, eu retomo basicamente os argumentos desenvolvidos pelo Secretário Adolfo Marinho, que são de natureza complementar, algumas inquietações manifestadas pelo Secretário Mário, com relação ao processo de descentralização.

Veja, em compartilha plenamente com as inquietações do Adolfo, quando ele fez dois reparos ao longo das nossas intervenções dessa manhã, pondo um destaque, é que nós temos nos preocupado com o processo de descentralização de Estado para Estado, uma visão puramente estatal, União Estado, Estado Município e temos esquecido do envolvimento natural da sociedade para onde esse vetor deveria apontar naturalmente, nesse processo natural de transferências de competências bem definidas, mas isso tem uma explicação, é porque nós no Brasil continuamos e por muito tempo ainda vamos confundir duas noções básicas que é do estatal e do público, quando o Secretário Mário fala que esse processo de centralização deve chegar a escola, ele não está pensando, porque ele não é favorável a isso, ele não está pensando na escola tradicionalmente estatal não, mas a escola como prestadora de um serviço de natureza pública.

Então, essa é uma preocupação fundamental é sobre pena de nós reproduzirmos um longo processo que de repente pode passar a ser a solução de todos os problemas da Federação brasileira e novamente nos

frustramos como frustramos com a Constituição de 88 e tantos outros lances que nós temos assistidos.

Sobre salário educação, nós teremos muita oportunidade hoje a tarde para uma discussão mais ampla, sobretudo porque está aqui o maior especialista na área que é o Professor José Carlos Araújo, da USP, creio que não faltará oportunidade para nós aprofundarmos alguns aspectos dos quais o próprio Secretário levantou um bastante significativo hoje aqui.

Eu queria apenas, ainda sobre a descentralização, encerrar com alguns comentários aos que eu retomarei à tarde.

Eu não acho que nós devamos estabelecer pré-requisitos, mas como ponderou muito bem o representante da Prefeitura de Santos, mas eu tenho a impressão que alguma preocupação deve nos acompanhar nesse processo sobre pena de nós repetirmos uma experiência recente dolorosa, que é a descentralização na área de saúde, que a mim não me convenceu totalmente, creio ue deveríamos imaginar num processo de competência localizada que impõe naturalmente um processo de transferência de competências novas, através de um processo de descentralização e eu estou me lembrando dos milhares de municípios brasileiros que não estão em São Paulo, que estão perdidos, não diria nem no Nordeste, estão perdidos na Região Norte e que tem muito pouco como estrutura formal de município com os serviços administrativos essenciais até para as decisões mais relevantes.

Acho que quanto ao programa da competência não deve ser um empecílio, mas deve abrir uma marem paralela de estímulo de incentivo para que essa competência através até de consórcio possa ser gerada e possa surgir com rapidez indiepsnsável, tenho receio dessa pressa da urgência,

imaginem, gostaria que esse processo de descentralização não se transformassem na solução de todos os problemas da Federação que são bem mais graves.

E, por último, gostaria também que não se estabelecesse uma relação entre esse processo de descentralização e uma manifestação de uma certa mitificação ideológica que serve a determinados setores da sociedade e que pode transformar um processo que é desejável, eu diria até que é inarredável, não há como não ocorrer, mas sobre pena de transformá-lo na satisfação de pequenas veleidades, de pequenos entusiasmos políticos ideológicos, o que seria lamentável.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vou dar a palavra a Francisco, Secretário Executivo do Bem-Estar Social.

O SR. FRANCISCO - Em primeiro lugar, eu queria agradecer o gentil convite que eu recebi da Aspásia e quando eu me coloco diante do tema descentralização três perguntas me ocorrem: o que de descentralizar? Para que descentralizar? E como descentralizar?

Porque nós somos o país das febres, a febre da privatização, a febre da descentralização e muitas vezes saímos correndo à solta em busca do objetivo, sem saber o objetivo, o modo de operar esse objetivo.

Eu quero retomar aqui uma coisa que o Lúcio falou, ele lembrou o Deputado Raul Ferraz, que era contra a presença dos Estados membros. Acontece que nós temos duas nuances típicas do Federalismo brasileiro. Primeiro, é o único federalismo que inclui município como unidade autônoma; segundo, é um federalismo que nasceu falsamente, porque não tinha base de sustentação histórica, federalismo é soma de parcelas, no Brasil federalismo

foi desagregação do poder central para permitir uma condução política que resultasse uma república federativa, porque aí que vem a tese do Raul, resgatando a história. Pois bem.

Ora, se nós fôssemos verdadeiramente federalistas, até eleição para Presidente da República tinha que ser federativa, ou seja, o Brasil seria dividido por distritos, é uma coisa literalmente inviável no campo político, porque você ve que para se discutir bancadas de uma Câmara que tem 500 membros, dá toda esta confusão. Imagine uma eleição federativa para Presidente da República!

Então, nós não temos no seio da coletividade nacional a consciência exata do que é federalismo e de como o federalismo deve se comportar, daí porque vem essa imensa caudal de competências concorrentes, o que é isso se não não se sabe precisamente o que é federalismo.

Então, gente, se nós pensamos em primeiro lugar em descentralizar, nós temos primeiro que verificar que temos três unidades: a União, os Estados e Municípios, o que compete a cada qual, reduzindo ao máximo as competências concorrentes, que se é concorrente, não é de ninguém, a república é de todos, não pertence a ninguém.

Ora, se você não parte desse pressuposto, nós ficaremos sempre discutindo a descentralização, porque nós não sabemos o que é, o que nos cabe nesse latifúndio institucional.

A partir daí, uma questão que me assalta e me deixa em tormenta e quando também nessa febre, essa febre vai aumentando de descentralização, nós temos que ter alguns receios, nós passamos num

modelo centralizador, depois do movimento de 64, onde nós tínhamos a ditadura da União, se nós formos correndo desbragadamente em busca das descentralizações, poderemos ter a ditadura de Estados ou a ditadura de municípios, nós não teremos institucionalmente bem definido o que que cada qual há de fazer, porque vejam bem.

Eu agora me desloco, vou para Santos, deixar correr solto, podemos deixar correr solto? Ou nós sabemos da incapacidade gerencial a que reiterada vezes posta de inúmeros municípios brasileiros, nós podemos deixar que a União se abstenha do processo de transformação dessa realidade que é cultural, que é econômica, que é social, é muito fácil, nós temos quatro e meio milhões de dólares de um PLS numa baixada, é muito fácil, aqui não vai nenhum elogio de corpo presente.

Nós testemunhamos que no Ceará houve uma administração austera sobre como se custeia o administrativo e ue reduziu, é um exemplo raro isto, vastamente proclamada por jornalista que se dedicam a isto, o Ceará reduziu com assombro a sua mortalidade infantil, o Ceará conseguiu ganhar um prêmio até na UNICEF por causa da sua gestão com fundo social, mas o Ceará necessitou da União para realizar o abastecimento d'água de uma cidade que é sua Capital, a Baixada Fluminense necessitou da União para existir para se saber que a sua grande favela lá do canal do dique.

Então, nós temos que observar até onde se pode deixar correr solto, até onde se deve e aí eu vou falar numa questão que é crucial em tudo isso, até onde devem ir as chamadas transferências negociadas, aqui eu

quero aplaudir a Aspásia quando ela coloca que ou nós temos orçamento programa ou orçamento rural ou nada será feito nesse País.

Eu quero dar um dado ao pessoal de saneamento no campo do saneamento, o Estado de Minas Gerais no exercício de 93, teve a nível de cruzeiros, antes dos reais, só para dar uma dimensão maior, 7 trilhões de cruzeiros de emendas carimbadas, picotadas, pulverizadas, que não dão para atender e nem para atingir uma correção, enquanto isso, 200 bilhões ficaram para programas genéricos.

Como se fazer se está tudo picotado? Um exemplo que pode ser o orçamento, ou nós retomamos para o orçamento uma visão de que aquilo não é contabilidade, aquilo não é número jogado, aquilo é um espelho, um reflexo de uma ação governamental a ser posta em prática, ou seja, programa-se, ou nada será feito, não adianta descentralizar, não adianta pensar em nada também não adianta voltar o modelo, da União ficar com tudo, porque no meu modo na minha concepção, no que eu venho defendendo e fora os lá do Ministério, é que esses orçamentos passem a ser verdadeiramente programáticos e aí não há.

Eu queria apenas colocar para o Lúcio, aí não há adesão dos municípios, a adequação dos municípios aqui no programa é a partir daí que você pode mudar o modelo gerencial, ou seja, aquela região que tem aquele orçamento já pré-fixado para aquele programa, os municípios têm que entrar com qualquer contrapartida se não é financeira porque as vezes não pode.

Eu discordo um pouco do Marinho, às vezes não pode, eles têm primeiro que mostrar capacitação ou intuito de capacitação, porque o investimento torna-se social, a partir daí e a descentralização passa a ser

eficiente, diria até eficaz, quando esse recurso que passa não se esgota da realização da obra, mas permite que aqueles municípios que vão ser beneficiados e aquela comunidade a ser assistida passa a se qualificar e que nos permita no passe cultural adiante verdadeiramente descentralizar muito mais ações, mas a União toma esse papel de induzir que aquela base que é fácil para Santos fazer, mas não é fácil para, não me toque da vida. Não Me Toque, no município do Rio Grande do Sul, não me toque fazer, não é fácil para o pequeno município do Jequitinhonha fazer por si só, até porque quem gerencia não tem capacidade de gerenciar, quem gerencia não não a visão cultural da necessidade da capacitação de gerenciar.

Então, qual é o processo que nós devemos viver, essa visão, que eu acho que é a visão do processo, nós não podemos só pensar na origem, no destino das coisas qual é, é a União tomar esse papel de induzir essa modificação a partir de transferências que já podem ser até automáticas, não precisa negociar, mas a partir do implemento de condições daquele que vai ser beneficiado e como é que se formula isso, exigindo e aí vem a cidadania, a participação também da comunidade, como é feito na educação ou você no caso, a União, conversando com Estados e Municípios, ou você se prepara comunitariamente com exercício da cidadania ou para as pessoas que lá vivem ou moram, ou você não terá aquele repasse, quer dizer, deixa de ser negociado, deixa de ser carimbado e introduz um elemento novo, ou seja, a pequena comunidade, os pequenos municípios, porque aí eu vou discordar um pouco, tem municípios que não têm nem como sobreviver, porque também vivemos a febre da emancipação municipal.

Quantos municípios não têm renda para sobreviver, quanto mais para se transformar.

Então, a partir do que descentralizar e como descentralizar, nós podemos permitir ao máximo de competência concorrente ficando a União com este papel de promover a descentralização, a partir de que envolvo essa, deixar os municípios engatinharem em todo processo, para mim isso se reflete como fundamental e se nós não tivermos essa concepção do que, para que e como, será uma discussão sem fim.

Obrigado a todos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada Rubens.

Olha, eu vou passar a palavra ao Lúcio, mas queria só dar um palpitezinho rápido aqui. Eu acho que o problema todo é a dificuldade de fixar as prioridades e os dados que nos permitam dizer que o problema é esse e não aquele. Está muito difícil neste País imenso e diversificado e de acesso difícil saber o que é que tem que fazer.

Ouvindo o debate agora, uma coisa assim que me emergiu muito forte, porque alguém falou no Norte, eu acho que foi Paulo, o problema não é nem o Nordeste, é o Norte, isso é realmente, quer dizer, se esse País tivesse o mínimo de compromisso consigo mesmo, ele estava fazendo no orçamento programa um investimento maciço na organização administrativa, um pouco como vimos com Minas Gerais aqui com o Teodoro, na organização do Poder Público.

Eu não sei se vocês sabem, mas o Estado do Tocantins está sendo organizado com o dinheiro do Banco Mundial, e eu posso garantir a

vocês que a realidade de Tocantins está indo para o Banco Mundial, mesmo que o Brasil pague a conta no final.

Então, eu acho que são essas coisas que nos dão muito aflição, porque a gente está com dificuldade de fixar prioridades, até porque as pessoas estão miseráveis, as pessoas estão perdendo emprego, estão infelizes, é no município, é lá que elas estão sentindo o que pode ser feito para regenerar o tecido social acima das nossas cabeças, está muito difícil de entender o que se passa com a máquina que ainda é, vamos dizer, apodrecida completamente decomposta, um processo de decomposição grave na qual os atores estratégicos que são os funcionários não sabem mais qual é o seu papel, eles tendem a apresentar os papéis antigos para não dizerem que lêem "script" antigo também.

Então, na verdade, quem é que vai promover esse acordo? Eu estou achando, que dizer que é Montesquieu que vai promover o acordo, porque o velho Montesquieu inventou uma história de três poderes que se equilibram e que se controlam mutuamente, mas ele pensou no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, a gente pode perfeitamente pensar que a Federação tripartite, que é a nossa e a única no mundo que ela pode também usar esse sistema.

Na verdade, essa coisa do correr solto, ela tem, vamos dizer, essa vantagem de não nos induzir a erro. Porque o grande problema e eu acho que você colocou isso aqui com uma certa conquista e separa o joio do trigo, que dizer, quem é inviável, quem é ilegítimo. Porque, será que nós temos coragem de fazer isso? De dizer: olha, vamos ler aqui 4 mil 974 municípios, quantos são ilegítimos? Quantos foram criados por desespero? Porque a

gente sabe que eles são criados por desespero, porque o município só se ocupa da sua própria sede.

Então, a comunidade também ela tem as suas astúcias, as suas malícias, os seus até equívocos, mas ela está desesperada se leva três horas para chegar lá, para atravessar o município se não tem condução se para ir trabalhar não sei a 10 quilômetros de distância leva três horas. Como é que ela faz? Ela quer ser independente pelo menos eu morro livre!

Infelizmente, junto com isso vem os vereadores, vem essa confusão toda.

Então, eu acho que esse impacto eu não se se estou errada, mas talvez seja um impacto para o próprio município se auto-policiar, essa idéia da auto-avaliação que o Walfrido falou, eu não sei se hoje, mas a dois anos atrás você falou nisso, quer dizer, a idéia no fundo que os atores eles têm que, eles próprios, se auto-avaliarem, eu acho que é isso que vocês estão buscando no programa do Banco.

Vamos começar o seguinte: qual é o seu problema? Ah! O meu problema é que eu preciso. - Bom, tudo bem, você precisa de tudo isso, mas o que você pode fazer? Como é que eu acho que a mudança na cultura política, quanto mais eu ouço os especialistas, as lideranças desse País que estão aqui sentadas nessa mesa que em outras oportunidades eu acho que eu cada vez me convenço que a gente é cultura política, que a gente tem que mudar também e eu me impressionei muito com essa coisa do Marinho, quer dizer, você até na comunidade, eu não sei se o Fernando está de acordo com isso, mas até na comunidade, você tem a comunidade, porque já está socializada para reverter o seu papel e a outra que está submersa ainda na

velha política clientelista, mas enfim, eu acho que é uma coisa que leva realmente a questão da gerência.

Quem é que queria falar depois? O Lúcio?

(Inaudível)

O SR. BELCHIOR - Ao longo do tempo já resolvi na minha cabeça, em primeiro lugar, a questão de descentralização, de desconcentração, quando se faz, quando se dá liberdade para as escolas dentro da mesma esfera, se desconcentra o poder quando se passa de uma esfera para outra se descentraliza. Uma coisa é pensar descentralização como processo em marcha ao sabor das experiências, que vão sendo vividas, a outra coisa é pensar como processo que vai ser mudado pela Constituição e que tem que ver primeiro, com definição de atribuição e de competências, isso não elimina necessariamente atividades concorrentes, as atividades concorrentes surgiram em 1834 pelo Ato Adicional e são mantidas até hoje e foi o meio encontrado para manutenção da autonomia, as esferas, no período imperial das províncias e do governo central e no período republicano, dos municípios, dos Estados ex-províncias e da União, que é ex-governo central,

Ora, o que é preciso é entrar num acordo em termos de distribuição dessas competências sem ferir a autonomia, o que significa o seguinte: pode-se priorizar nação do município, algumas atividades, vamos dar exemplos: o 1º grau é prioritário, mas não se inibe necessariamente a ação do Estado e nem da União, o que se dá é priorização para o processo não se sacrificar, vamos dizer, integralmente a liberdade das esferas administrativas.

A outra questão é que se se quer um processo permanente, nós temos que fazer o que foi feito durante a Constituição de 88. Lá houve o fato

fundamental da descentralização, a União perdeu 40% e os municípios ganharam 23% em termos reais e o resto quem ganhou foi o Estado.

Portanto, lá o que não ocorreu e a deficiência do processo todo mundo sabe, foi essa definição de atribuições e competência de forma clara, mais clara e que levou a esse esforço, nesse momento do ajuste fiscal da União, o que a União está promovendo nesse momento? Estudos, pode ser que esse seja um deles, para que haja fixação de atribuições e competências, que é o que se chama, uma operação desmontagem que está sendo elaborada ao longo dos anos, mas que se supõe o seguinte: se nós quisermos acelerar a descentralização, nós vamos ter que pensar em sistema tributário, se essa questão central não for colocada não adianta ficar pensando em fruto, isso aquilo, a não ser que o processo se baseie em recursos externos, que têm suas conveniências, que têm suas inconveniências, como a Professora acabou de chamar atenção, mas que no momento também não é fonte expressiva, não é significativa e nem tem condições de sustentar um processo de intensificação da descentralização.

Uma outra questão que foi discutida aqui foi o problema do "marketing" da pobreza, algumas questões da desigualdade.

Eu gostaria de lembrar que um avanço significativo da Constituição de 88, foi colocar como princípio do regime federativo a correção de desigualdades regionais e sociais.

Ora, pensar em esfera pública e não pensar nesse princípio é deixar de ado o problema central do Brasil, o Brasil tem zonas avançadas que ultrapassam algumas zonas do primeiro mundo e tem essa miséria de pobreza por todo lugar, eu sempre defendi isto que o Professor Walfrido

colocou, de distribuir os recursos de acordo com critério de cuidado, porque, caso contrário, nós vamos continuar com os mesmos problemas, apesar de descentralização e coisa desse tipo, quer dizer, nós temos que agir seletivamente na aplicação dos recursos públicos.

Eu, quando falo no Norte, sou aplaudido e no Sul, sou vaiado!

Bem, acontece o seguinte, lá durante anos eu tenho explicado para eles o seguinte: o município pobre tem graus de pobreza que vai desde os que têm mais até os que têm menos. O município rico tem graus de pobreza que chega até a se igualar em alguns aspectos com o do município pobre.

Então, essa gradação está em grande parte condicionada por maior ou menor riqueza de algumas classes que existem número maior, os municípios mais ricos, Sul, Sudeste claramente, e os mais pobres estão no Nordeste.

Ora, não agir seletivamente é privilegiar os que já têm recursos essa é a questão central, os que já tem recursos não precisam de ação de Estado nem de Município, nem de Estado e nem de União, esse sobrevive com essa ação ou sem essa ação.

Então, esta questão é central nesse processo de descentralização, não é uma questão de "marketing" de pobreza, é cumprimento da Constituição, é eliminação das desigualdades que o País é tido como um dos mais desiguais do mundo.

É, nós temos que atacar esse problema se quisermos manter uma união, coesão social, caso contrário, vão começar movimentos separatistas que estão em marcha e recebendo impulso por aí.

Os países ricos cuidam dessa parte para manter coesão e união, eles têm programas especiais para diferentes regiões, mas não há, vamos dizer, salvação com programas especiais, é preciso que toda aplicação de recursos públicos sejam orientadas dentro dessa direção e correção de desigualdades, todos os impostos, em termos de natureza da cobrança e da aplicação por parte do poder público tem que se orientada pelo processo e...

(Falha na gravação)

... essa abdicação não elimina necessariamente a questão que o Professor colocou, a União tem que ter as suas políticas nacionais, visando correção de desigualdades regionais e estaduais, os Estados têm que ter políticas, mas tem que haver um sacrifício, se nós quisermos no momento acentuar a descentralização e quem sofreu em 8 foi a União, nesse momento, quem tem que sofrer é o Estado, o processo pode ser pensado em termos fixos de Constituição e de tributos que são recolhidos e pode ser pensado gradativamente.

Ora, uma questão é aumentar a capacitação do município para que ele possa realmente gerir melhor os seus recursos, gerenciamento, portanto, de recursos.

Ora, isto também tem que se resolver em termos de educação, vai ser um processo em que erros vão ser cometidos como são cometidos no sistema centralizado, vai ser um processo educativo ao longo do período que pode ser curto ou pode ser longo. Esse processo vai gerar, vamos dizer, erros, mas nós temos que ter a confiança.

O Professor quando entra na sala ele sabe que alguns indivíduos não vão aprender, mas nem por causa disso ele já elimina de antemão a possibilidade de ensinar e dialogar, de tentar fazer com que as coisas caminhem corretamente.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É que nós vamos ter que dá uma paradinha para o almoço.

O SR. - Pois não, eu fui consultor de dois secretários de Estado de São Paulo, que tentaram implantar a descentralização e temos esse processo que, inclusive, o Paulo Sotero chama atenção, eu conheço um financiamento do INEP para estabelecer a experiência de Lages, os pesquisadores foram lá, nem as pessoas que viveram o processo se lembram mais da experiência, de maneira que se não houver uma forte vontade política por trás, se não houver um esquema legal, inclusive, por isto eu coloquei no salário educação esse processo.

Primeiro você dá uma parcela para o município e, segundo, você dá para o Estado, mas obriga o Estado a começar interagir com município, é o que se chama descentralização induzida, é aí que está a possibilidade de você estabelecer uma gradatividade na alocação de recursos e uma gradatividade na capacitação dos municípios para que eles não recebam recursos simplesmente de uma hora para outra sem saber o que fazer ou gastá-los inadequadamente.

Eu acredito firmemente tal qual o Professor colocou, que a experiência inicial é a fonte luminosa, é a parte mais importante do município, é o local de reunião da comunidade, quer dizer, nós que vivemos em grandes centros não sabemos o que significa um jardim, uma praça pública, alguns

só tem aquele mecanismo de atividade social em que os habitantes são integrados, se unem. A partir daí, eles vão aplicar em coisas necessárias. A experiência no Estado de São Paulo mostrou que isso que se chama participação da comunidade.

Ora, como é que essa questão foi resolvida em educação? Comissão de Educação, há uma legislação municipal e outra estadual. A estadual delega ao Secretário, sem precisar passar pelo governador, porque são convênios que são firmados. O Prefeito delega para o seu Secretário o estabelecimento de convênios para agilizar o processo, são eleitos indivíduos do poder municipal e do poder estadual, são eleitos professores pelos seus pares, supervisores pelos seus pares, delegados de ensino.

Portanto, o poder estadual, o representante do poder municipal, o representante do prefeito e aí entra e a comunidade como solucionar a participação da comunidade? Elas elegem de três a cinco, não foram três a cinco membros, do que nós chamamos, forças representativas da comunidade e aí vamos entrar no processo de eleição quando surgiu o problema. E os alunos? E os funcionários? Eles tiveram representação também na comissão. Bem, eles todos eleitos, essas Comissões tiveram depois de um processo de avaliação umas funcionaram de forma melhor do que a prevista, existe até hoje, apesar da experiência ter sido suprimida pelo outro Secretário de Educação, colaboro com o Poder Público Municipal, umas não existiram, outras conciliaram e é isso que nós precisamos entender, isso é democracia, umas o PT elegeu e a Comissão funcionou muito bem, outras foram do poder público, do poder político, não funcionou

nada, houve o que o Secretário chamou em prefeiturização, o prefeito colocou todos os membros, a comunidade acabou votando.

É preciso jogar coma democracia, com o conflito, isso não elimina necessariamente a vontade de descentralizar.

Por enquanto, é só.

(Intervalo)

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vamos recomeçar a nossa discussão. Bom, agora à tarde, nós vamos entrar no substantivo, digamos assim, e tentar examinar a questão da descentralização pelo ângulo que nos parece mais espinhoso, que é o ângulo das políticas setoriais, porque genericamente temos esses problemas que já discutimos, mas observando cada área, cada política social específica, outros problemas aparecem, outras diferenças, quer dizer, os problemas de descentralização da saúde não são os mesmos da educação nem do saneamento, embora possa haver pontos comuns com isso.

Então, é um pouco para chegar a alguma conclusão de caráter também geral sobre essas diferenças que nós estamos planejando.

Na sessão da tarde, estamos aqui contando com a presença honrosa do Deputado Eduardo Jorge, que veio debater conosco questão da saúde e temos também uma bela representação da educação e um pequeno grupo de saneamento, dois representantes para discutir a habitação: Maria Dalva, representante da Presidência da República e o Marinho, que penso que está voltando aí para os debates.

Então, gostaríamos de dar início a essa discussão dizendo que o IPEA preparou, vocês devem todos ter recebido um dossiê sobre a descentralização eficiente, no qual constam trabalho sobre a saúde, sobre educação, saúde preparados pelo Dr. Solon e Sérgio Piola e educação pelo Dr. Amaral; Saneamento pela Dilma e vamos então começar com a saúde, inclusive lembrando que o Deputado Eduardo Jorge não pode ficar aqui muito tempo, como nós gostaríamos e, portanto, eu passo a palavra ao Dr. Solon para fazer um resumo, quer dizer, na verdade nesse primeiro momento, eu acho que nós temos que enfrentar essa discussão com uma metodologia, porque é muito complexo isso, todas essas discussões têm muitas technicalidades, enfim, elas podem ser muito demoradas.

Então, eu gostaria de pedir ao Dr. Solon para fazer uma breve exposição sobre os pontos críticos da saúde, porque na verdade aconteceu com este país uma coisa absolutamente escabrosa, que eu acho que ninguém conseguiu explicar ainda, como é que isso é possível, quer dizer, o Brasil perdeu no processo de redemocratização e descentralização, a política de saúde, o dinheiro da saúde, perdeu a saúde, saiu do mapa, não tem recursos fiscais para financiar, não tem uma estrutura adequada para promover, de modo que essa é uma grande frustração depois de um período no qual a saúde foi justamente o carro chefe da descentralização.

Então, eu acho que isso, inclusive me surpreende a omissão com que a sociedade tem enfrentado esse problema, eu até ousaria pensar que a explicação para isso deve estar um pouco na linha que o Professor Marcos André, da Universidade de Pernambuco andou desenvolvendo quando ele mostra que o que faltou a área da saúde foi justamente intermediação de

interesses, grupos sociais organizados, "lobbies" eficientes para proteger o setor porque isso acabou, foi mais fácil digamos, preservar Previdência do que preservar a saúde, por esses grupos eram socialmente mais organizados, enfim, ele faz uma série de uma análise bastante cuidadosa sobre isso.

Eu acho que ele deve ter razão, porque o sistema desabou e ninguém, sequer as pessoas reclamaram, mas a sociedade não foi capaz de fazer um diagnóstico decente sobre este problema.

Então, nós estamos aqui com o trabalho do IPEA e com um trabalho também alentado do Dr. Lúcio Alcântara, que trabalhou com Vera Coelho, não é isso? E que é no fundo, uma súmula de todo um debate do Conselho Estadual de Secretários de Saúde e que nos dá um pouco a idéia disso.

Então, eu gostaria que o Dr. Solon e o Dr. Lúcio apresentassem uma simples, breve exposição dos grandes problemas que estão envolvidos, se possível, já apontando uma saída mesmo que sintética para que pudéssemos discutir com Eduardo Jorge, depois, então, teríamos um tempo à tarde para aprofundar um pouco a proposta.

O SR. - Ok, eu só queria que você me avisasse quando eu chegasse, para eu fazer o encerramento.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que você podia fazer uns 15 minutos, não é isso?

O SR. SOLON - Então, me avisem com 10 minutos.

Bem, primeiro essa explicação que a Professora Aspásia coloca, atribuindo ao nosso companheiro de Pernambuco faz sentido com a questão da saúde, ou seja, nesse paralelo Saúde, Previdência, acontece que

Previdência, ou seja, pagamento da pensão e da aposentadoria, para 13 milhões de pessoas, é algo que tem que chegar todo mês, e que ela sabe que se não chega, vai ter problema e ela sabe quem paga, que é o Dr. Brito.

Na Saúde não há essa clareza. Primeiro, que as pessoas se acham indestrutíveis, a pessoa só se preocupa com a saúde depois que fica doente.

Segundo lugar, porque também o financiamento da saúde não é algo que esteja claro na cabeça da maioria das pessoas, é algo assim que é de graça e que o governo dá.

A terceira razão é a questão dos "lobbies", e que a saúde não tem "lobby" de usuários fortes. Por quê? Porque a opinião pública, o que é opinião pública no Brasil? São trinta e poucos milhões de pessoas, essas 32 milhões de pessoas já deixaram o sistema público há muito tempo, estão protegidos por outras formas subjetivas de atenção médica que se não lhes garante atendimento integral, lhes garante qualidade no sentido, na leitura de qualidade que esses usuários fazem, que é o conforto, o atendimento personalizado e assim por diante e, quando a coisa aperta, fica muito caro e o plano de saúde não cobre, corre para o SUS, porque aí faz valer o seu direito constitucional de atendimento integral à saúde.

Eu queria secundariamente, relativizar aquela pergunta que está aqui, por que que o SUS não deu certo? E eu acho que, eu gostaria de relativizar o seguinte aspecto. Primeiro, porque em algumas coisas deu certo e algumas pessoas como em todo jogo político, algumas pessoas ganharam e a minha impressão é que no caso do SUS com todas essas evidências que nós estamos vendo aí todo dia, os mais pobres ganharam alguma coisa, porque não tinham nada, ou seja, porque se chamava de indigente e ainda se

chama e de população rural tiveram o que se podia chamar de "up grading", atenção médica hospitalar, ou seja, os indigentes dependiam da caridade e a população rural dependia de um serviço previdenciário de segunda categoria diferente do previdenciário urbano, não vou entrar em detalhe, como o SUS isso foi nivelado por cima, pergunta possível.

Bom, mas como é que se nivela por cima numa época em que os recursos para saúde, caíram em valores reais algo em torno de 40% de 89 a 91 e a clientela aumentou, não tem mágica, de dois jeitos com a queda da qualidade média, que para esses beneficiados não representou muita coisa, porque eles não tinham nada ou tinham muito menos e com a chamada ou que alguém já chamou de universalização excludente com a expulsão da classe média, para essas formas supletivas de atenção e quem vocaliza a insatisfação é a classe média, ela que sabe reclamar, ela que tem acesso, ela que escreve para o jornal que conhece o jornalista e que reclama, não é o pobre que fica o dia inteiro esperando para ser atendido no posto, não é e acho que é assim mesmo, que aquilo é de graça, o governo que dá e assim por diante.

Bem, esse é um ponto, na verdade o que o SUS fez foi reduzir um número de categorias desiguais que tinham acesso a saúde, ou seja, juntou indigentes previdenciários rurais e previdenciários urbanos num lado, dependentes exclusivamente do SUS e preservou de outro lado o que eu chamo de os mais iguais, que é a grande burocracia das empresas estatais, o poder legislativo e o poder judiciário que tem assistência à saúde de Primeiro mundo, custeado com recursos públicos.

A segunda parte, para ser sucinto, era a seguinte: era alguns pontos de uma agenda de discussão que ou permanece em obscuros ou que carecem de alguma saída, o primeiro não necessariamente o mais importante. é o papel do Estado, Unidade Federada, o processo de municipalização colocou o Estado no limbo, se criou na Constituição uma coisa assim.

Uma outra ambigüidade, que aliás, parte de um princípio jurídico de que tudo que não é proibido é permitido. Então, o Estado literalmente pela Constituição pode fazer tudo que a Constituição não proíbe, então, ele também pode fazer saúde, só e a Constituição atribui ao município competência explícita e a única não digo privativa, mas explícita de prestar assistência à saúde da população, isso não foi algo que surgiu que vinha maduro a algum tempo, na verdade, isso se decidiu na última etapa da elaboração do processo constitucional, porque todos os projetos até o último falavam em atenção primária, em coisas assim, de repente surgiu, não é municipalização ampla, geral e irrestrita e assim ficou.

Na construção do sistema para algumas coisas está faltando alguma autoridade supra municipal que não é União e eu diria um exemplo concreto, para não me estender muito. Se refere a questão da expansão da rede e ao programa de investimentos, ou seja, admitir no limite a liberdade dos municípios de desenharem o seu próprio sistema de saúde, de acordo com as suas próprias conveniências, sem ter algo que discipline isso, era ou tem um alto risco de gerar uma competição predatória por recursos escassos, traduzindo em exemplos práticos todo município quer ter um tomógrafo, quer ter um hospital de especialidades, quer ter tudo, quando a

localização daquela unidade, daquele serviço tem mais rentabilidade social se estiver no município vizinho e não naquele. decisões de localizações de serviços que transcendam a área municipal não deve ser decisão soberana do município, cabe ser orientada por um plano diretor estadual coordenado pela Secretaria de Saúde e co-financiado pela União em termos eqüitativos, ou seja, para São Paulo ela pode dar 2% e no Estado do Nordeste pode bancar 60%, 70%, 80% ou não sei quantos por cento e, além disso, nesse caso, a lei que regula o Sistema Único clareia, é do Estado operar serviços de saúde que por razões de escala ou de tecnologia não compensam ser municipal.

Exemplos clássicos são os Hemocentros, por exemplo, que têm que ser visto sobretudo na sua área de produção de bens de hemoderivados, tem que ver escala de produção, não se faz um em cada município.

Segundo ponto, a gente tem defendido o seguinte: aí a frase eu vou falar pode assustar um pouquinho, mas a gente já explica.

Eu suprimiria do texto constitucional aquela, na competência municipal de prestar assistência à saúde, aquele "rabinho" que é uma cooperação técnica e financeira da União.

Primeiro, porque eu defendo partilhar e não transferências negociadas.

Segundo, porque isso funciona muito como um alibi, a critério do prefeito ele vai sempre achar que não vai fazer em saúde, porque a cooperação não foi suficiente.

Terceiro lugar, porque é impossível para União, é uma ficção prestar cooperação técnica para 5 mil municípios no Estado, ainda faz

sentido, para a União não e a cooperação financeira ela é desnecessário constar desde que se faça um sistema de partilhar de recursos para saúde nos moldes similares aos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, onde se elimina por conseguinte o risco do clientelismo e se garante dependendo dos critérios de partilha que se adote, se garante a equidade e essa é uma questão que estamos achando que mereça discussão e essa questão e já faz parte da questão mais central da saúde e que explica em boa parte, senão na maior parte, as dificuldades que o Sistema Único atravessa, que é a questão do financiamento, ou seja, independente da questão da quantidade de recursos que caiu dramaticamente, a questão do financiamento da saúde hoje é mais uma questão de regularidade do que de quantidade, ou seja, para o administrador local é mais importante ele saber que vai ter 1 milhão de cruzeiros todo mês e aquilo é sagrado do que ele ter uma promessa de 50 milhões que ele não sabe nunca quando vai receber, que planejamento se pode pedir de uma autoridade local, estadual, nesse grau de incerteza nenhum.

Ele vai ficar apagando incêndio, mas o financiamento da saúde começa com uma briga muito mais complicada e de alta taxa de perversidade, que é a briga do aposentado com o doente, ou seja, quer se queira, quer não, na verdade eu acho justo que seja.

Previdência Social é prioridade absoluta ainda que isso não esteja escrito na Constituição. Por quê é? Porque só se gasta em outras coisas aqueles recursos da Seguridade Social, depois de pago todos os benefícios previdenciários, isso significa que saúde com a importância que venha a ter ela é financiada com resíduo e quanto melhor se pagar os aposentados,

menos dinheiro sobra para a saúde, até porque nesse sistema a forma em que o Orçamento da Seguridade Social foi desenhado acabou sinalizando para as autoridades econômicas a história de que não precisa botar dinheiro no Orçamento Fiscal e estão fazendo outras coisas.

Então, ações que antigamente eram financiadas com recursos fiscais, passaram a ser financiadas com as contribuições sociais que são 90% ou mais do Orçamento da Seguridade.

Solução para este tipo de problema que temos defendido, mantido o Orçamento da Seguridade Social é separação de alíquotas, ou seja, o autônomo ou o empregador, empresário ao recolher 20% ou 10% da folha de salário para Seguridade, ele vai recolher de duas formas, vai recolher 70 para pagar pensões, aposentadorias e vai recolher 30 para saúde, aí é que tem que começar a partilha entre Saúde e Previdência, com suas vantagens fundamentais: primeiro, ue acaba a briga do aposentado com o doente; segundo, é que dá autonomia ao Ministério da Saúde, que deixa de depender de um outro Ministro, na verdade o Ministério da Saúde é caudatário de 4 Ministros hoje, é uma situação "sui generis", ele depende do Ministro do Planejamento, porque reparte recursos, aqueles poucos recursos fiscais, um pouquinho toca para ele, ele depende fundamentalmente do Ministro da Fazenda, porque o que libera os recursos ele depende mais ainda do Ministro da Previdência, porque o Ministro da Previdência só vai passar recursos para ele, depois que satisfazer os seus problemas da sua pasta, que é pagar pensão e aposentadoria, e quando tudo isso falha, ele vai pedir dinheiro para o Ministro do Trabalho emprestar dinheiro do FAT, aquele Fundo de Amparo do Trabalhador, definida uma alíquota específica que sairia, que do fato

gerador vai para o Fundo Nacional de Saúde, sem parceiro estaria assegurada a regularidade do financiamento e se uma parte desse dinheiro já estiver partilhado entre Estados, Municípios e União, em moldes parecidos com o Fundo de Participação, está assegurado o automatismo e não mais a transferência negociada, isso não significa que as transferências negociadas devam ser erradicadas totalmente, acho que á um segundo espaço para a União além deste, para a União exercer o seu papel equalizador.

Eu já fiz menção breve, rapidamente é através, por exemplo, além de suas ações de abrangências nacional, tipo controle de qualidade e medicamentos, tem uma típica atribuição federal. Por quê?

Medicamentos circulam no País inteiro, não há razão para cada Estado montar o seu esquema de vigilância de controle, mas a forma que eu quero me referir é da União ter um programa de investimentos na área de saúde, de modo a equilibrar a distribuição espacial da oferta de serviços, que é extremamente desigual porque no passado tendeu, foi muito a reboque dos interesses do complexo médico industrial e, portanto, tendeu o financiamento público da Caixa Econômica e com compra de serviço da Previdência a se fixar nos Estados mais ricos, independente dos mais pobres, era a União, a partir de programas ou de planos estaduais de investimentos co-participar do financiamento dessas iniciativas, favorecendo evidente Estados mais pobres e onde o deficit assistencial foi maior.

Um outro ponto que defenderíamos na proposta é a questão do me parece heresia no momento em que se fala de menos Estado, mais desregulamentação, na saúde se defende exatamente o oposto, quando

defendemos mais Estados não estamos defendendo mais hospitais estatais, estamos defendendo mais financiamento público e mais regulação estatais.

Não nos importa qual é o agente provedor do serviço, se é um público, se é o privado, importa é que o financiamento seja público e o acesso seja universal, isso para nós nos caracteriza o serviço público e não a personalidade jurídica do hospital ou do Centro de Saúde.

É um ponto que tem a ver com esse é o aumento do papel regulador do Estado, na medida em que os serviços de saúde devem se expandir em função das necessidades da população e não dos interesses dos seus provedores.

Eu não consigo entender por que ninguém pode botar uma linha de transportes coletivo ou abrir banco, ou botar uma faculdade de ensino superior, para citar um exemplo da área social, um determinado local se não tiver uma autorização do Estado, do Conselho Federal de Educação. Por quê? Porque esse Conselho supostamente examina as necessidades sociais, ninguém faz isso com capital privado que vai para área da saúde. Por quê? Porque no Brasil o papel regulador do Estado é extremamente frágil e a Constituição de certa forma estimulou um pouco isso, ou favoreceu esse aspecto, porque ela diz o seguinte: que é livre a iniciativa privada, saúde é livre e a iniciativa privada e não coloca nenhuma restrição.

No Capítulo de Educação, ela começa do mesmo jeito, que diz, desde que atendidas determinadas condições, o que permite o empresário da saúde admitir que a liberdade dele seria absoluta, porque se o constituinte quisesse colocar restrições teria redigido aquele item da mesma forma como

reduziu o da educação. Então, cria essa controvérsia jurídica a ser desempatada.

As duas últimas coisas, para encerrar, é aquele conceito de que, ou aquele entendimento seguinte, descentralização não se encerra no município ou na prefeitura, ou seja, é preciso que se assegure que as unidades que prestam serviços tenham autonomia de gestão, existem várias formas de isso ocorrer. A que não serve é a atual, aqui em Brasília, por exemplo, tem uma rede estatal grande, os hospitais de grande porte são pelo menos 9, não têm nenhuma autonomia administrativa, só existe na saúde um ordenador de despesas, que é o Secretário de Saúde, ou seja, tudo afunila na mesa dele, vocês imaginam o tamanho da mesa e a altura dos processos que ele tem que assinar para autorizar despesas e assim por diante, ou seja, é preciso que as unidades executoras tenham autonomia de gestão e que a participação social, não se esgota nos Conselhos Municipais, cada unidade devia ter também o seu Conselho para exercer um controle social mais perto do serviço, que é ou no hospital ou no centro de saúde.

E, finalmente, uma outra coisa que não está na Constituição, mas foi um dos casuísmos e uma das distorções recentralizadoras introduzidas na lei de regulamentação, foi de que a Lei 80/80 que regulamenta o Sistema Único de Saúde ela abriu um espaço, ou melhor dizendo, ela sinalizou para que a União possa operar hospitais de alta tecnologia ou hospitais de especialidades. Eu acho isso uma coisa recentralizadora, inclusive porque a lei fala em descentralizar hospitais de influência, de abrangência estadual ou municipal.

Ora, capacidade técnica não aumenta ou diminui para teu voto de federal ou de estadual ou de municipal, não há nenhuma razão para se federalizar o INCOR, que é um centro de ponta e seguramente em outros Estados podem desenvolver unidades estaduais de alta tecnologia e que sejam até centros de referências nacional operadas pelo Estado ou pelo município, o que cabe à União ou ao Ministério da Saúde nesse caso não seria mais do que definir padrões de qualidade, de padrões técnicos para qualificar um hospital como centro de referência nacional, mas não operá-lo.

Resumidamente, os pontos mais que tinham a ver um pouco com reforma constitucional, que tem a ver com dificuldades de implantação do SUS, estão aqui de forma bem sucinta e tenho certeza que não esgotei o assunto.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada, Solon.

Eu acho que ficam algumas questões que poderiam ser mais exploradas nesse debate, eu tenho uma dúvida no que diz respeito a essa questão da filosofia da descentralização, porque vimos aqui com o Dr. Mário Guia que eles têm chamado muito atenção sobre isso. Eu acho que já é um consenso que descentralização na área da educação é escola.

Então, a unidade de referência passa a ser escola, eu às vezes me pergunto assim um pouco talvez até na ignorância, se nós poderíamos fazer esse raciocínio similar para a saúde, tomando o hospital com unidade, se seria possível ter esse mesmo procedimento metodológico com a saúde que se tem com a educação, é uma dúvida que eu tenho...

(Final do lado A - Fita14 - Início do lado B - Fita 14)

A outra questão é no problema da distribuição de competências e nas formas de repasse desses recursos, porque nós vimos aqui sobre salário educação também, a irracionalidade desse processo.

Eu tenho a impressão que a irracionalidade gravíssima na área da saúde, mas eu acho que não são as mesmas, seria talvez um outro tipo de racionalidade, enfim, a questão do financiamento acho que ficou muito clara, quer dizer, é a raposa para cuidar do galinheiro, ou é o escorpião lá que vai atravessar com o sapo que vai pegar uma carona com o escorpião, alguma coisa assim, que você joga dois orçamentos que são competitivos e entrega para o titular de umas das pastas.

Eu acho que essa coisa ficou bem clara, mas as competências talvez pudéssemos entender melhor isso.

E, finalmente, em que isto resultaria ou não, em alguma alteração na revisão, na reforma constitucional ou nas leis que parece que se eu entendi bem, o Dr. Lúcio está chamando atenção que essas leis, essa regulamentação posterior a 88 também não ajudou muito a dar racionalidade ao sistema.

Deputado Eduardo Jorge tem tempo de completar essa rodada com a gente?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Bom, eu vou ser o mais breve possível.

Nesse documento aí tem uma série de idéias que nós não só eu, mas uma equipe que trabalhou comigo alinhou sobre o problema do Sistema Único de Saúde, a sua operacionalização e detalhes práticos, inclusive de

como passar o recurso, por que passar, como atender o município, por que atender, mas o problema do financiamento ue o Solon falou aí, é um problema grave, porque o pior é um velhinho doente, você falou a briga do velhinho como doente e o velhinho doente.

Então, de onde vem o recurso? Nós vimos aí, quem ler jornal e vê televisão todo dia era o Ministro Hadad com o Ministro Brito, o Ministro Adib com o Ministro Stefanos, porque o lençol é curto e a Previdência tem a prioridade que é justamente o pagamento dos aposentados e aí eu acho que nós cometemos um erro na Constituição, na elaboração.

Aqui está, o Eduardo Jorge e eu fomos constituinte, é ue nós devíamos ter previsto os recursos fiscais também. Porque quando o Solon está defendendo essa alíquota, separada para saúde, é só coisa velha, é uma coisa velha, té dos antigos IAPs etc., que já vinha, que a coisa era prioritariamente para Previdência e que foi se tirando esse dinheiro para saúde e, portanto, é um coisa que já vem de longe.

Eu não sei se quando você fala em defender, separar essas alíquotas você pensa também em aumentar essas alíquotas, porque separação só vai acabar com a discussão mensal entre os dois, mas na verdade vai ficar pouco para um ou para outro.

Eu não sei se quando você defende isso está falando em aumentar essa alíquota, eu acho que um dos problemas que eu já tenho vivido na prática com questão de descentralização, é a substituição de fontes de financiamento. Precisava ser feito, por exemplo, um estudo profundo aí, uma tarefa para o IPEA, já tem uma equipe tão brilhante.

Agora, os municípios estão gastando mais ou estão gastando menos, o que eles gastavam. Por exemplo, quando eu falo em dinheiro eu fui talvez meio utilitarista em relacionar poder e de coordenar com dinheiro, é isso: eu vou te dar tanto, mas você tem que botar tanto do teu, porque se eu vou dar tanto a União vai dar tanto, é o município não bota mais o que já vinha botando, não houve aumento real, não houve incremento real de gato com a saúde, só houve simplesmente uma substituição de fonte, a maioria dos Estados pelo menos eu tenho essa sensação, não tenho esses estudos, mas grande número de Estados reduziram o seu investimento em saúde, passou a receber o do SUS e tirou o dele, foi gastar em outra coisa etc.

Então, não houve aumento real dos dispêndios de saúde, eu estou falando assim meio impressionisticamente, mas você, o Solon e o Piola certamente têm dados para isso, é um risco que a gente corre quando você adota certas políticas de repasse automático, quando ele é automático, de que o outro se retraia nos seus gastos e passe a contar só com aquele que ele vem recebendo ou do Estado ou da União, no caso o Município.

Então, eu acho que é preciso talvez nessa reforma se colocar recursos fiscais ou então resolver dentro do Orçamento da Seguridade, essa questão do dinheiro, claro, sempre haverá grita na sociedade, onde a tecnologia da medicina aumenta todo dia.

Quando você liga o "Fantástico" de domingo de noite e vê o sujeito com o último aparelho desenvolvido no último hospital mais moderno, não se de onde, você quer para seu filho, que para seu irmão, para seu pai, para todo mundo.

Então, é uma escalada de despesas e aí vemos a seletividade. Nós temos que, eu acho que o serviço público tem que garantir o mínimo de padrão de atendimento que possa fazer com que as pessoas disponham de um sistema confiável.

Então, essa é a obrigação do Estado, se nós não chegamos ainda em condições de oferecer certos serviços altamente sofisticados, paciência, mas o mínimo o Estado tem o dever, tem a obrigação de fazer, nós não podemos e está financiando tratamento na Inglaterra, tratamento nos Estados Unidos no direito, vamos dizer assim, humanitário de que alguém tem de procurar e o Estado brasileiro financiar que ele vá lá fazer esse tratamento, mas o mínimo de qualidade de padrão.

Alguém falou hoje aqui em padrões mínimos ou substituir o mínimo por uma outra expressão, padrões básicos para não parecer que o mínimo é depreciativo, o Sistema Único de Saúde não pode se transformar num sistema miserável para miseráveis, ele precisa ser um sistema decente que ofereça o mínimo de qualidade.

Então, isso tem que ser feito, se garantindo um financiamento razoável, porque a história da Seguridade começou, aí mais recentemente com o FINSOCIAL, foi criado, botou um "S" no BNDE e arranhou uma diretoria.

Então, foi isso inicialmente que aconteceu com ele, depois o FINSOCIAL saiu servindo a vários outros objetivos, pagar aposentado, que era obrigação do Tesouro Nacional e uma série de outras alterações que foram feitas, merenda etc., que foi sendo retirada de lá e hoje se discute muito se isso devia estar onde devia, o fato é que se fez realmente uma

sistemática parecida com a do Fundo de Participação, quer dizer, diretamente proporcional à população, inversamente à renda.

O SR. - É, esse é o critério do Fundo de Participação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É o critério do Fundo de Participação.

O SR. - Dissimular os critérios da lei.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Agora, o que nós precisamos, o risco que nós corremos com o Sistema Único de Saúde é o seguinte: nós estamos falando em sistema único e não num arquipélago dos sistemas municipais de saúde, isso é outra coisa.

Eu tive um exemplo prático no Ceará, um prefeito passou a exigir para atender no serviço lá do município dele, que estava municipalizado o título de eleitor, aí saiu um escândalo no jornal, até um prefeito bom, trabalhador e tal. Fulano, por que você está fazendo isso? Você já está querendo tirar proveito eleitoral disso? Ele disse: não, é o seguinte: como o sistema no meu município funciona muito melhor do que o do vizinho, os do município vizinho estão indo para lá e eu não estou aguentando, eu não estou aguentando a sobrecarga, porque no vizinho não funciona, o "cara" não dá o remédio ou não atende, então, o pessoal está indo lá para o meu e eu estou exigindo isso.

Bom, é uma realidade. Agora, essa assimetria nós vamos ter que conviver com ela, porque não é possível amanhã eu chego no INCOR e não vão me atender em São Paulo, porque eu não sou paulista, eu não estou morando em São Paulo.

Então, é um Sistema Único, então, ele tem que ter uma coordenação e isso o Solon falou, a coordenação nacional e estadual, só que nem a União nem os governos estaduais, os secretários estaduais de saúde muito das idéias, Aspásia, falou que é do Conselho, que eu presidia o Conselho de Secretários de Saúde dos Estados, muitas das idéias que estão nesse documento aí sofriam uma posição radical dos meus colegas Secretários de Saúde dos Estados, porque eles não queriam abrir mão do direito de realmente continuar no sistema antigo, ele é quem decidia quem mandava, quem atendia, quem resolvia.

Então, essas idéias são muito mais minhas do que do Conselho ue não aprovaria se eu tivesse submetido, por isso não está nem o nome do Conselho não está aí nesse documento, mas o Estado tem um papel de coordenação fundamental, isso é que ele precisa desenvolver, de gerência, de controle, porque é um sistema vulnerável também à fraude.

Então, é preciso que o Estado se capacite para isso, além de operar os equipamentos como você citou aí nos Hemocentros, não há escaia no município para fazer isso, as políticas, o Plano Estadual de Saúde que tinha de ser aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde e assim por diante e aí é que cabe justamente essa nova, isso é mexer com a cultura das pessoas e, evidentemente, estão no nível do Estado, no nível da União, mas esse papel não é menos nobre, nem menos importante, nem menos necessário, pelo contrário, eu acho que nós temos que se preparar muito mais para ele do que um simples executar, estoura uma epidemia, um caso de cólera em qualquer lugar, Manacapará, no Amazonas, para quem é que o Ministro da

Saúde vai telefonar? É para o Secretário Estadual de Saúde, ele não vai ligar para o Prefeito de Manacaparu perguntando o que que houve.

Então, a Secretaria Estadual de Saúde tem que estar habilitada, apetrechada para exercer esse papel de coordenação, de normatização, de evitar paralelismo e até antagonismos de ações que podem acontecer.

Uma vez eu sugeri, não sei qual era o Ministro se era o Adib, acho que foi com o Adib, ele muito pressionado por esse negócio de só liberar recursos, emendas de parlamentares etc., aí eu falei para o Pastorello: você tem uma solução, pelo menos vai protelar esse problema para você. - Qual é? Me diz aí! Exija para liberar a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, quem trazer a aprovação do Conselho Municipal de Saúde, dizendo que este dinheiro é necessário, é preciso, é urgente, você libera, a sua margem de erro vai sofrer pelo menos uma redução apreciável, não vai ficar só no arbítrio do deputado ou do prefeito, porque a luta política na paróquia ela é muito sangrenta, o sujeito que fazer um hospital para destruir o do outro, que é do adversário dele. E qual é a solução que você tem para isso? O palco do conflito é ali, ali que essas coisas vão ter que ser resolvidas. Nem vai ser o Presidente da República, nem o Ministro, nem o governo, nem o Secretário vão decidir provavelmente mal, ali vai ter muito embate vai ter muita discussão, vai ter muito problema, mas certamente a possibilidade de que a solução seja melhor é muito maior, claro, se esses Conselhos estão preparados, não estão não.

Então, nós temos que investir isso, falou-se em cidadania hoje aqui, preparar esses Conselhos, trabalhar com eles, nós fizemos lá quando eu estava na Secretaria Encontro Estadual de Conselhos Municipais de

Saúde, chamamos esses Conselheiros, passamos uns dois dias com eles, almoçamos, mostramos como era, qual é o poder que ele tem, como é que ele deve agir, tudo isso é um processo, demora, é difícil, eu não vejo outro.

Agora, claro, que sempre haverá uma instância de coordenação de supervisão de tudo, que é um Estado em certos casos e que é a União em outros e é sempre um processo negociado, vai ser sempre um processo no bom sentido, o processo de discussão de confiança etc., que tem que se estabelecer todos.

Agora, eu, se você me perguntar: qual foi o grande entrave para que o Sistema tivesse avançado mais, os governadores dos Estados?

Eu não tive esse problema, porque o governador compreende isso, apoia isso, então, o Ceará hoje tem 80% da sua população já está morando em municípios onde os serviços estão municipalizados, mas sem nenhuma dúvida os governos estaduais foram grande fator de impedimento desta municipalização e, portanto, de que essas coisas fossem regulamentadas e funcionassem de maneira melhor.

E, por último, o que é preciso também entender é que há limites de gastos, não adianta você não pode trabalhar sem orçamento, você tem que ter um orçamento.

Então, o município tem que entender que o dinheiro disponível é aquele e não querendo jogar o problema para o Estado e o Estado jogar o problema para União. É pouco? Mas é o dinheiro que há, é o dinheiro que existe para ser gasto em saúde.

E, respondendo à Aspásia, num hospital não pode ser. eu acho mesmo que o Secretário Mares Guia certamente não vai reduzir a municipalização da educação à escola, não é?

Eu acho que o processo é, mas a escola talvez seja o núcleo, o fulcro da coisa, e na saúde muito menos, porque o hospital é um instrumento dentro do sistema de saúde, onde ações que se passam fora dele são até muito mais importantes, mais necessárias, mais econômicas e mais eficientes do que para o hospital. O hospital é um símbolo.

Falou-se hoje aqui de manhã muito na história da obra, isso é tão forte no povo brasileiro, que ele exige de um deputado faça uma obra, quando a função do deputado não é fazer obra, mas ele quer. O que o deputado fez aqui? Ele não fez nada, pode ter relatado aqui um projeto fabuloso, ter tido uma iniciativa formidável, mas para lá não adiantou, o deputado não fez nada aqui. O que ele fez?

Então, essa coisa da obra está muito ligada a isso, então, se essa obra é na área da saúde, na área da educação e ainda bota o nome do pai ou da mãe ou do avô e tal.

Então, o sujeito está erguendo pedestal assim mesmo e aí eu acho que nós da saúde, alguém falou que não houve "lobby", eu acho que houve muito "lobby" para fazer um Sistema Único, o que não houve o "lobby" depois foi para dar força ao Sistema Único, eu acho que o Sistema Único de Saúde foi um dos "lobbies" mais bem sucedidos na Constituição e em alguns casos eu até acho que ele passou um pouco da conta, não está em discussão aqui, por exemplo, o problema dos hemoderivados, eu acho que se cometeu uma temeridade botar aquilo na Constituição, que até hoje não se cumpriu, porque

não há dinheiro para você fazer plantas, de produzir globulina etc., o que se deve evitar e impedir é a comercialização do sangue, isso é uma coisa, mas você proibir a produção de hemoderivados para os laboratórios privados, no meu modo de ver isso é um exagero, mas eu acho que o "lobby" do Sistema Único foi um "lobby" muito bem sucedido, ele não tem sustentação, é porque ele está justamente servindo a essas pessoas que não vocalizam que não tem condições de reclamar, de denunciar o que está acontecendo.

O SR. - (Fora do microfone - inaudível)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Estou concordando com isso.

O SR. - Trinta e dois milhões de pessoas que foram a opinião pública, estão se lixando!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, você vai, está aqui o Eduardo Jorge ue pode talvez confirmar essa informação que eu tenho, qualquer contrato coletivo de trabalho, onde se faz acordo sindical que e faz no ABC uma das primeiras cláusulas que está logo lá, é um atendimento ali pela Amil, pela Golden Cross por não sei quem, então, ele que é um operário de elite, vamos chamar assim, é o primeiro que está pulando fora do SUS.

Então, o SUS se nós não tivermos cuidado, não agirmos rapidamente, vai se transformar nesse miserável para miserável, então, a sucata do sistema de saúde só vai para lá quem não tiver mais jeito, porque quem pode está se evadindo do Sistema.

Então, é preciso que a gente compreendendo isso, procure garantir realmente um financiamento, procure fazer com que a Lei 8.080 seja, eu acho que não é mais nem regulamentada na parte de transferência dos recursos que a União e os Estados assumam de fato esse papel de

coordenação e assim a gente terá realmente dado um passo importante nessa universalização do Sistema de Atendimento à Saúde.

Eu vou ficar por aqui, porque na certa vai ter debate e alguma discussão mais pode suscitar alguma questão importante, mas eu acho que foi uma experiência positiva, porque eu acho que deve buscar se consolidar a isso, encontrar maneiras de detectar todas essas dificuldades e procurar solucionar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada, Dr. Lúcio.

Parece que não há orçamento para saúde mesmo, quer dizer, o município gasta, ele tem, você tem uma guia de atendimento, não é isso? Aí você envia para o prefeito, eles vão assinando e o governo também assina, quer dizer, esse processo é um processo estranho, você não tem limite para gastar, não é isso? É isso que você queria dizer?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, na verdade o limite existe, porque isso é uma questão muito complexa, cheia de detalhes, mas em tese o governo procura segurar recursos suficientes para cobrir durante o ano uma internação de 10% da sua população.

Então, se o município tem 100 mil habitantes, em princípio seriam autorizadas 10% de internações durante o ano.

O SR. - Lúcio, talvez seja conveniente esperar para não entrar em muita technicalidade, era o seguinte: o Governo Federal paga o município com uma moeda chamada...

(Falha na gravação)

... já paga mal a estrela que é o médico, vai pagar muito pior os coadjuvantes e que vão para o Poder Judiciário, para o Poder Legislativo, para grandes estatais ou até para outros serviços que pagam até a mesma coisa, mas onde a possibilidade dele é ascender maior, se ele for um administrador dificilmente ele vai ser um diretor de hospital, porque isso é um cargo privativo de médicos, então, tem esse problema a resolver.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Só para terminar, porque eu vou dar um exemplo agora que no Ceará está acontecendo, que eu achei muito interessante, tem que se investir muito nisso, na gerência, na administração, no controle de qualidade.

Agora, no Hospital Geral de Fortaleza, que é um grande hospital que pertenceu ao Governo Federal e está sendo administrado pelo Estado, se conseguiu uma coisa interessante. O doente quando sai ele recebe uma conta, o seu tratamento custou tanto, foi o seu importo que pagou, foi tanto de horas do cirurgião, tanto de remédio, tanto de diária, tanto disso, esse foi o preço do seu tratamento que foi pago pelo imposto que você recolhe demais, de maneira geral, o pessoal da área de saúde não gosta de custo, não gosta e vão para o raciocínio subjetivo, vida não tem preço, não sei o que, começa por aí e para isso não ter controle nenhum.

Então, eu acho que uma linha que tem que se investir muito aí é de qualidade, de gerência, de administração, de desempenho, da eficiência de seguros.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE - Bom, então eu quero primeiro dar boa tarde a vocês, eu acho que eu não falei ainda e eu fiquei aqui, Aspásia,

hesitando entre fazer uma análise concreta, ou fazer uma análise política mais geral, porque esse tema é universo, essa questão da saúde, é um tema altamente complexo. Se eu optasse por fazer uma análise mais concreta como inclusive o Lúcio pensou em alguns pontos, que eu acho muito interessantes, já poderia inclusive a minha experiência como Secretário Municipal de São Paulo, que aquilo não é um país de 10 milhões de habitantes e analisar como a questão do controle social, da descentralização, da integração da parte preventiva e curativa da relação com as outras instâncias de poder, particularmente o governo do Estado e o conflito com o crédito, isso foi para nossa vivência naquela administração como foi que isso se deu em termos de expansão de serviços mas isso aí precisaria pelo menos uma tarde para a gente conversar sobre isso.

Então, eu quero pegar de forma mais sintética para poder não tomar tanto tempo de vocês, questões políticas mais gerais e não me ater a exemplos conceitos desse tipo que eu me disponho, inclusive, até uma outra oportunidade eu ou outro companheiro lá de São Paulo, vir aqui colocar para vocês para dizer os gráficos, os mapas e tudo mais.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Mas Eduardo, quando você puder ilustrar é muito bom.

O SR. EDUARDO JORGE - Mas então, eu quero, passando para esse segundo aspecto as questões mais gerais, políticas mais gerais, porque eu também vivi esse outro lado, eu e o Lúcio, nós atuamos no Centro, nos maiores culpados desse pretense fracasso que eu não concordo de forma alguma, eu, aliás, convidado para essa reunião de última hora e nem sabia dessa pergunta aqui, e já teria contestado quem me convidou.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Não, mas eu fiz de propósito, viu? É de propósito porque o "D" sumiu. era um SUDS que virou SUS, aliás, não foi bem esclarecido essa, o "D" desapareceu no processo e como tudo, para quem está olhando de fora deu errado.

O SR. EDUARDO JORGE - É só que esse "D" já era, provavelmente o 15º capítulo da novela, tem outros capítulos muito anteriores para você entender a chegar nesse capítulo que é o 16º, que é o SUS, tem outros, o SUDS chamado, não foi o primeiro capítulo da novela, esse é um problema que os administradores têm que ter noção da história do setor, na política do setor, para a gente chegar a esse que nós vivemos agora.

Mas deixa eu entrar, então, direto nos pontos que eu vou me referir rapidamente aqui para vocês, rapidamente na medida que o deputado pode fazer isso.

O primeiro ponto é ter a consciência que a Constituição 87/88 nesse Capítulo da Seguridade Social, é provavelmente um dos maiores avanços que se deu em termos constitucionais, porque antes era o império da corporação, era o império de quem pagou pode, quem não pagou não pode nada.

Se entenda com a filantropia e com a caridade e que cada corporação se salve, o conceito de Seguridade Social que foi articulado e aí é interessante, porque quando se entrou nesse processo, como disse o Solon, o resultado foi um processo realmente, foi acontecendo, porque eu, por exemplo, entrei nesse processo como constituinte, apresentando, o PT dividiu 16 deputados, você vai para Previdência de Saúde, Assistência Social,

mas eu não entendo nada de Previdência, nem de Assistência Social, eu só entendo de saúde, mas os outros também não entendem não.

Então, você trata de aprender e eu fui para lá, para essa comissão, eu acho que o Lúcio estava nessa comissão também, não é? O Mosconi era o Subrelator e depois o Almir Gabriel foi o relator síntese, nós vimos de um processo da chamada 8ª Conferência Nacional de Saúde, aquela famosa reunindo aqui no Ginásio milhares e milhares de pessoas e o que é que se discutia esse pessoal que vinha na proposta de reforma sanitária, esses outros capítulos antes do SUDS, a polêmica na 8ª Conferência Nacional de Saúde para vocês terem uma noção, era entre estatização já, ou estatização progressiva.

Então, foi uma polêmica, nós encaminhamos para estatização, já o pessoal do PMDB do antigo PCB e outros, encaminharam pela estatização progressiva e ganhou a tese da estatização progressiva, mas é estatização sim, era apenas o ritmo de como todo sistema ia ser estatizado, nós, mais radicais, queríamos já e os outros mais reformistas e moderados queriam progressivamente.

No decorrer da discussão a gente viu que a coisa era muito mais complexa, primeiro a Saúde não podia ser tratada separada da Previdência Social, os conceitos mais modernos de Seguridade Social diziam que Saúde, Assistência Social e Previdência deviam ser tratadas de forma integrada.

Então, a nossa proposta só para Saúde, funcionaria se nós não déssemos conta da questão da Previdência, Assistência e vejam bem, Assistência Social e Previdência estavam muito pouco articuladas em termos de proposta.

Assistência Social não tem proposta nenhuma, essa é a verdade e a Previdência eram o "lobby" dos aposentados, querendo simplesmente resgatar as suas aposentadorias que tinham sido violentamente achatadas. Era só isso que eles queriam: recompõe a minha aposentadoria e refaça a forma de cálculo, essa era a reivindicação da Previdência.

Então, o pessoal da saúde era obrigado a dar conta da verdade e foi o vetor que teve que dar conta do conceito de Seguridade Social, mas não deram, que é o conceito que supera o corporativismo e caminha na direção da universalização da democratização e da descentralização, só quem tinha proposta mais arrumada era a saúde e mesmo assim era muito insuficiente, porque tinha ilusões estatísticas muito fortes que não eram compatíveis com a capacidade de financiamento do nosso País.

Então, esse foi o processo da Constituinte e deu um capítulo depois de muita negociação entre os choques dos estatizantes e do nível paralizante, deu nesse sistema louco de saúde e deu no conceito de Seguridade Social que acho que é muito avançado e moderno para o País.

Na verdade, se você for analisar, detectar e comparar as três áreas Social, Saúde e Previdência, a área mais atrasada é a Previdência, que permitiu e acolheu e continuou acolhendo na Constituição todo o tipo de privilégio corporativista, desde de professor, funcionário público, militar, juiz, deputado etc.

A saúde como tinha uma proposta mais avançada se arrojou mais no conceito de Seguridade Social que repito, é universalidade, descentralização e democratização.

Então, essa preliminar é importante, nós saímos na Constituição 86/88 no conceito de seguro de quem pode tem direito, quem não paga não tem direito nenhum, então, é o conceito de Seguridade Social que se preocupa com a nação, com o conjunto, é fundamental isso, nós não deveríamos ser uma espécie de federação de corporações, nós deveríamos constituir pelas políticas sociais uma verdadeira nação, onde todos os cidadãos brasileiros têm direitos semelhantes, minimamente semelhantes, é o conceito fundador, quase, um dos conceitos fundadores de uma cidadania de uma nação. conceito de Seguridade Social realmente justa, o conceito antigo das outras constituições, corporações era desagregador, individualista e separando a sociedade em corporações caminhando em direção ao "apartheid" social.

Pois bem, 86/88 só que a Constituição precisa ser regulamentada, ter leis complementares e como é que se deu isso? A área da Seguridade Social foi a primeira área que apresentou a regulamentação, em 1989, no ano seguinte era o Presidente da Comissão até o eu conterrâneo Paiva de Bezerra, do PMDB do Ceará, a área da Seguridade Social, Saúde na frente, mas Previdência e Assistência Social ao lado, junto, apresentou os três projetos de regulamentação, três leis completas, regulamentando a Previdência Saúde e Assistência Social, só que o Collor vetou, vetou integralmente a lei da Previdência, regulamentadora da Previdência, vetou integralmente a lei da Saúde, porque nós fomos negociar com o Alceni, que era Ministro, ele tinha de certa forma participado do processo constituinte, estava identificado com algumas daquelas teses, ele conseguiu barrar o veto total também, vetou algumas partes, principalmente as partes de repasse e

de controle social, mas nós fomos em cima do Alcení e no final da aquele ano, 1990, dezembro de 90, quase na época do Natal, nós fechamos um acordo com o Alcení para ter aquela Lei 8.142, que resgatou as questões do controle social e do repasse, negociamos com o Alcení e votamos para o consenso na véspera do Natal, numa tramitação relâmpago.

Então, com a pressão e com a negociação, nós votamos em relâmpago a Lei 8.142, que, em 1990 completou a regulamentação da saúde, a Previdência só foi regulamentada em 1991 com as Leis 8.212 e 8.213 e a Assistência Social só foi votada ontem, quinta-feira passada no Senado, conseguimos votar a lei de Assistência Social no Senado na quinta-feira e está na mão do Presidente Itamar para sanção.

O que quero dizer comisso, aos colegas aqui, é que essa questão da saúde e da Seguridade Social que é herdeiro de todo um processo anterior de muitos capítulos de uma novela, ele teve um impulso institucional de fato com respaldo legal completo a partir da Constituição e a partir da regulamentação de 90/91 então, nós temos 91, 92 e 93 para implantar um sistema que é uma verdadeira revolução ao mesmo tempo democrática e ao mesmo tempo de cidadania administrativa, porque vai contra todo o tipo de tradição centralista, centralizadora e autoritária no nosso país, três anos então desse processo para mim é nada, é ainda um início, um jardim de infância de uma implantação, mesmo assim eu compartilho da posição do Lúcio, se não fosse esse processo, com essa crise de financiamento brutal que o Estado brasileiro vive a situação da saúde estaria incrivelmente pior, porque com essa municipalização o que aconteceu é que os prefeitos e as municipalidades se sentiram obrigados a assumir uma tarefa que não tinham

anteriormente e cobrados pela população estão comprometendo parcelas cada vez maiores dos seus lançamentos, a única área que hoje está expandindo orçamentariamente o seu comprometimento com a saúde são os municípios pressionados pelos conselhos, pela reivindicação local, pelas donas de casa que bate na porta do prefeito e ele tem que atender mesmo, então, essa é a verdade e acho que temos que ter noção do processo.

Só para vocês terem uma noção de como este processo é complicado, em 1990 nós queríamos extinguir o INAMPS, na lei de 1990, na 8.080, já deveria ter sido extinto o INAMPS, por que não foi extinto o INAMPS? Por que não tivemos força para extinguir o INAMPS naquele processo, naquela ocasião? Por dois motivos, primeiro, porque a rede privada tem neurose da pulverização, porque eles acham que pulverização não vou ter interlocutor confiável, vou conversar agora com milhares de prefeitos, dezenas e milhares de conselheiros, para defender os meus interesses, muito melhor conversar com um burocrata aqui em Brasília, negociar diretamente com um, dois, três burocratas aqui em Brasília.

Então, a rede privada com medo desse processo democratizante e descentralizador resistiu à extinção do INAMPS em 1990 na Lei 8.080 e, incrivelmente também por causa da corporação dos funcionários liderados por um agrupamento da esquerda que detinha e detém até hoje a liderança do sindicato nacional desse setor, eles não queriam, eles faziam o discurso marximalista, não, só pode haver descentralização quando houver uma revolução socialista no nosso país, por enquanto fica do jeito que está, e aí resistiu a passagem de serem funcionários federais unificados no único sindicato no Brasil inteiro que lhe dava potência e intervenção significativa,

vamos convir, a serem funcionários de prefeituras, é uma queda de "status", além de ter o olho do dono muito mais próximo fiscalizando lá. ser funcionário federal no interior do Ceará é uma coisa, o chefe máximo está aqui em Brasília, como é que vai alcançar lá em Quixaramubim, outra coisa é ser funcionário municipal com o povo da cidade de Quixaramubim, o prefeito, o vereador intervindo no serviço é assim que deve ser.

Essa resistência da direita e da esquerda bloqueou, por exemplo, a extinção do INAMPS em 1990, só foi se extinto agora, 3 anos depois e o Mosconi ainda está administrando a extinção.

Este o primeiro ponto que eu queria apresentar para vocês, nós estamos vivendo um processo, foi escrito na lei, agora o Carlos Mosconi que é Presidente do INAMPS, Secretário de Saúde, está administrando a extinção que é um outro processo altamente complexo e ele se recusa a morrer, você corta e renasce, você precisa achar a cabeça que não renasce mais, como o Hércules fez, mas o Mosconi ainda não acertou a cabeça mortal.

Então, eu queria ressaltar nesse ponto a questão do processo e dentro desse processo chegar finalmente na crise atual, esse ano com essa briga do Brito e do Jamil, terrível, o sistema chegou à falência financeira, é verdade, em junho e maio os municípios, os governos estaduais, a rede estadual e a rede privada conveniada não tinha dinheiro para pagar os funcionários, nem para comprar remédio, nem para comprar gaze, não tinha. O Brito simplesmente segurou o dinheiro e disse: não dou, contra a lei, contra a LDO, contra o orçamento, ele disse que não dava, fez uma interpretação da lei a favor dele, do Ministério dele e segurou o dinheiro.

A Comissão de Seguridade Social da Câmara que é composta em grande parte por gente da saúde tem muito médico eleito e lá tem desde os representantes dos hospitais privados, locativos, santas casas, pessoal da rede pública, socialista, então, se reuniram no rol do corporativo para tentar salvar o sistema independente das visões, fui até o Itamar, colocou a situação, levamos até Antonio Henrique de Moraes de quebra, porque já era iniciador da Beneficência Portuguesa representando a sociedade civil e o Itamar em função dessa pressão nomeou uma comissão para estudar o assunto de financiamento e essa Comissão tinha duas semanas para dar uma resposta ao Presidente.

Nós pegamos os dados, fomos lá, arrancamos praticamente os dados porque o governo regatava, nós chegamos a seguinte conclusão, a crise não era predominantemente da saúde, a crise era predominantemente da Previdência Social, a saúde era a crista da onda da crise, agora, o corpo da onda era a Previdência Social.

O deficit que a gente chegou a calcular como dinheiro que eles tinham previsto para pagar o ano a Assistência Social, Saúde e Previdência, o resultado a que chegamos em junho deste ano foi alterado para pior, para melhor não alterou, era que o governo faltavam 7 bilhões de dólares para fechar suas contas dos quais quase 4 bilhões de dólares para a Previdência e 3 bilhões de dólares para a Saúde, ou seja, a crise da Saúde e a da Previdência era maior ainda.

Isso para dar uma noção desse processo, agora, como é que vamos resolver isso, vamos ter que analisar então, na verdade, a Saúde ligada a questão da Previdência e aí eu chego a um outro ponto, se você for

analisar o Orçamento da União, o chamado orçamento da Seguridade Social é praticamente metade do orçamento chamado fiscal, ou seja, a crise da Saúde que é a crise da Previdência Social, é a crise do Estado, se você não equacionar de forma equilibrada a arrecadação dos impostos em geral da Previdência e da Saúde não tem solução para a Saúde, então você querer sacrificar um setor porque é o mais exposto, é o mais escandaloso, é o mais brutal, porque é lá que as pessoas morrem, na educação ele fica analfabeto, na saúde ele morre, dá um Aqui e Agora de forma espetacular, é uma cegueira política, administrativa e orçamentária, porque a crise da Saúde é a crise da Previdência, é a crise da Seguridade e é a crise orçamentária da União, você não equaciona o nível da saúde se não equacionar o problema do Estado e a repartição de tarefas entre municípios, Estado e governo federal.

Essa foi a conclusão que ele chegou e levou para o Presidente e o resultado: que que você faz Presidente? O Presidente falou: o que é que eu faço? Pega o dinheiro e faz, porque era o único dinheiro que tinha disponível para pagar abril, maio e junho e a partir de julho, Presidente, você tem que se virar, vai ter que ter reforma fiscal não tem outro jeito, vai ter que equacionar isso, vai te que governar, agora para salvar a saúde nos meses de abril, maio e junho pegue o dinheiro do FAT pague os municípios, governo estadual e a rede privada para não fechar os hospitais, para não falir de ponta a ponta os hospitais no Brasil inteiro.

Estou dramatizando para vocês ver como é que é a situação.

O SR. - Antes de você chegar aqui a dramatização tinha sido a seguinte: não adianta morrer com 40 facadas, no momento em que ser no mínimo 80, de maneira que morrer só em hospital não é o suficiente.

O SR. - Esse o primeiro ponto que queria colocar para vocês. ainda nesse primeiro ponto foi falado muito da liberalidade que foi a aprovação da Lei 8.212, que o Relator era o Antonio Britto, quando ele concordou que no custeio da Previdência Social a gente continuasse drenando recursos da Seguridade Social para pagar as aposentadorias federais, isso é um escândalo, isso é um assalto, é ao contrário todo o mundo, os impostos em geral ajuda a Seguridade Social, aqui é ao contrário, é a Seguridade Social que financia todos os outros programas em pessoal do Estado.

O SR. - E ativos, por exemplo, de Saúde do Distrito Federal.

O SR. - Claro, todo o pessoal ativo hoje da Seguridade Social que deveria ser a parte do Estado contribuindo para a Seguridade Social mínima está sendo pago com dinheiro arrecadado do empresário e do trabalhador para financiar isso aí.

Um outro problema é a questão da dívida histórica, quando cheguei no Congresso eu me peguei com esse negócio da dívida histórica.

O que é a dívida histórica? Quando se forma um sistema de Previdência, Seguridade Social, no começo entra muito mais dinheiro do que sai, o pessoal é mais jovem, menos doente e não se aposenta, e aqui no Brasil todos os governos do Getúlio até o governo Itamar, menos no governo Itamar, porque esse dinheiro não existe mais, usou o dinheiro da Previdência e da Saúde para construir Brasília, Transamazônica, Itaipu, apoiar a industrialização de São Paulo, o dinheiro sumiu, vamos resgatar a dívida histórica e batíamos muito nisso.

Então, na verdade, essa dívida é praticamente irresgatável, vamos desmontar Brasília e vender os tijolos, vou vender Itaipu para os japoneses, é outro drama concreto do Estado brasileiro, porque a Seguridade Social é talvez um dos problemas alma do Estado.

Vamos passar para o segundo assunto, porque senão não saio desse, que é essa questão que o Lúcio falou das irresponsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios.

Houve um grande conflito nesses 3 anos de implantação do SUDS 91/92/93 um grande conflito em termo de empurra, empurra para lá, empurra para cá, que nós pensávamos ter resolvido na Constituição e nós não resolvemos ainda.

A União tentando se desvencilhar de gastos e achatando brutalmente os gastos na área da saúde, o último pico foi na época do governo Sarney e o primeiro orçamento do Collor que ele gastou cerca de 13 bilhões de dólares, hoje, está gastando cerca de 7 bilhões de dólares, caiu pela metade.

Nos Estados já que diziam que o Sistema Único de Saúde, a alma do Sistema Único de Saúde era o município, então, os Estados começaram a empurrar tarefas para os municípios e começaram a achatando os orçamentos estaduais ao ponto, você é de Minas Gerais, Minas Gerais chegou ao escândalo de ter alguns orçamentos de meio por cento na Saúde, 0,5%.

O Governador Milton Cardoso chegou a te o desprante de botar 0,5% na área da Saúde, os Estados empurrando para os municípios, e ao mesmo tempo, o conflito de poder político quando o cidadão tem mais de 65 anos os preços que eles cobram para o cidadão poder ser atendido são

extorsivos. é um assalto, mesmo que o cidadão estivesse presente naquele plano há muitos anos. não interessa, ele passou para 60, 65 anos ele está perdido, ele é expulso do Sistema e é colocado de volta no SUDS, como acontece com o trabalhador do ABC ele só fica lá enquanto ele tem até 40 anos depois ele é despedido da Volks, vai trabalhar numa metalúrgica pequena lá da Zona Leste ou de Guaruihos e vai ser atendido no SUDS, porque o plano ele perde, ele só fica lá enquanto é jovem, enquanto tem pouco filho, tem pouca doença, usa pouco o Sistema de Saúde.

Pois bem, aí começamos pela Golden Cross, pela Amil e começamos a chamar o pessoal das entidades estatais, chamamos o Banco do Brasil, e aí fomos ver que a Previ independente das questões dos benefícios tem os programas de saúde e que gasta com saúde para cada um dos trabalhadores do Banco do Brasil e seus dependentes 300 dólares "per capita", vocês podem dizer isso é pouco, realmente é o Índice do Equador, o índice da Colômbia, a Argentina gasta 600 dólares "per capita", só que o Brasil, o brasileiro em geral, comum, gasta 60 dólares "per capita" enquanto o trabalhador do Banco do Brasil, via Previ, financiada em grande parte pelo dinheiro público gasta 300 dólares "per capita" e o Banco Central 450 a 500, e alguns tribunais aqui em Brasília 2.00 dólares "per capita", é o nível de Canadá e Estados Unidos.

São questões desse tipo que me leva a reforçar a fé de que o caminho da Seguridade Social é o correto, mas precisa de ajustes na Constituição para que ele realmente seja aplicado e seja viável e seja possível ser financiado no nosso país.

Eu acho inclusive que o conceito de Seguridade Social ele é tão solidário entre Assistência Social, Previdência e Saúde que a minha proposta é extinguir o Ministério da Saúde, Assistência Social da Previdência, criar o Ministério da Seguridade Social, onde um político vai coordenar as 3 áreas técnicas e ele vai ser responsável pela área de Assistência Social, Saúde e Previdência, existe uma unidade de entendimento e de cuidado com as 3 áreas, extingue os 3 Ministérios, racionaliza, enxuga os gastos burocráticos aqui em Brasília, joga a tarefa técnica e assistencial para os municípios, quem faz a Assistência Social é o município e pronto, quem faz Assistência à Saúde é o município e o Estado, governo federal só algumas tarefas muito específicas como medicamentos, ciência e tecnologia, planejamento, mas a tarefa mesmo é Estado e município e a Previdência federaliza, essa sim, precisa se federalizar para dar homogeneidade ao atendimento nacional, isso supervisionado por um Ministério unificado à Seguridade Social com um orçamento na mão do Ministério da Seguridade Social, dando-lhe autonomia inclusive em relação ao Ministério da Fazenda que hoje vampiriza a Seguridade Social sob responsabilidade desse Ministério de Seguridade Social.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada pela sua belíssima exposição, porque nos deixa aqui muito aflitos, enfim, uma tese de alternativa sua é de manter o orçamento da Previdência totalmente separado para não haver contaminação.

O SR. - Eu anotei isso aqui, separação de alíquotas.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Separação de corpos, a Previdência vai ter que ter uma lógica própria que seria um pouco essa...

O SR. - Isso quebra a Seguridade Social, o conceito de Seguridade Social a integração de Previdência, Saúde e Assistência Social como vasos comunicantes, vamos pegar um exemplo, acidente do trabalho de trabalhador de fábrica, se você não tratar isso de forma integrada a parte Previdência com Saúde, a Saúde termina jogando um monte de inválidos para a Previdência, então, a administração tem que ser conjunta.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Estou fazendo só um pouco de advogado do diabo, mas um coisa interessante que ouvi é o seguinte, é que o acidente do trabalho é responsabilidade da empresa que permitiu que esse acidente acontecesse. Não seria uma espécie de privatização deste custo para quem de direito, quer dizer, se a empresa ela vai ser responsável, totalmente responsável por essa despesa, certamente que a taxa de acidente pode baixar.

O SR. - Isso não conheço no Brasil. Agora, também não sou fanaticamente contra isso, agora, o fato e você fazer isso não quer dizer que esse acidente do trabalho administrado privadamente pelo empregador deixe de fazer parte do conjunto de Seguridade Social, porque Seguridade Social não é puramente Estado, é um conjunto de ações e serviços, onde a rede pública e o serviço privado não estão integrados mesmo nesse episódio, aí se você adotar uma administração privada num acidente do trabalho numa hipótese a ser analisada ele não deixa de fazer parte da Seguridade Social, não deixa de estar relacionado com o dia-a-dia de trabalho na fábrica da saúde da vida do trabalhador.

O SR. - Os setores mais maltratados são exatamente a reabilitação profissional do acidentado. O único que eu conheço exatamente

em Santos, onde tem convênio com a União e o município, é muito perigosa a questão da privatização do acidente do trabalho, porque eia quase que leva a quebradeira geral o sistema de seguradora e o Sistema de Saúde.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que eram dois pontos aqui.

O SR. - Deputado, em primeiro lugar queria parabenizá-lo pela sua exposição, nunca vi uma exposição tão competente, tão objetiva quanto essa, seria até importante que todo mundo que tenha alguma função executiva no Brasil entendesse isso. Tomei uma aula aqui que me ajuda a entender a questão do professor mais do que nunca.

Nós temos mais de 53 mil professores aposentados em Minas, levamos um século para chegar ao número 53, daqui a 6 anos vão ser 85 mil, quer dizer, em 6 anos vamos ter 32 mil aposentados a mais e com a expectativa de vida aumentando, não sei o que o Governador de Minas vai fazer.

Eu não digo em pagar aposentado, no programa em que estamos pensando em melhorar os salários dos professores que é uma coisa essencial, não sei de onde vai vir esse dinheiro, mas a pergunta que eu queria fazer ao Sr. é a seguinte: entendendo que a Seguridade Social é um todo com esses três pontos que se intercomunicam, Assistência Social, Saúde e a Previdência eu entendi e o Sr. colocou muito bem claro todo mundo tem a mesma chance para um camarada da estatal A, B ou C ou para outro determinado do poder D, conseguir vantagens e o Sr. admite que acha um teto acima do qual se a pessoa quiser ela tem que ir por conta própria.

O SR. - Exatamente. O teto que eu defendo, diversas idéias de reforma da Previdência, coisa que o Brito tem defendido, grande

parte dela vem sendo gestada na discussão pluripartidária no Congresso Nacional, desde a época da Constituinte com a discussão da Lei 8.212, 213, que eu tive várias discordâncias em relação ao Brito, uma das discordâncias que hoje ele está esposando é a questão da independência de gestão em relação ao Estado, eu defendia e defendo que tem que haver uma separação, não é uma desestatização, é uma separação entre a administração da Seguridade Social e o Estado de uma forma imperial como ele hoje usa a administração desse setor. Como? Tendo o Conselho de Gestão da Seguridade Social que depois vai se reproduzir nas várias áreas até o município onde a sociedade civil com os mecanismos institucionais bem determinados vai indicar a maioria dos representantes do Conselho de Gestão e o Estado hidra para garantir a estrutura de minoria.

Então, isso inclusive foi uma tese que defendi em 91, defendi hoje, estamos defendendo juntos, então, é um arco de idéias bastante desenvolvido no Congresso Nacional e no Executivo que é a seguinte: ter uma Previdência básica até 10 salários mínimos igual para todo mundo, todo mundo contribui igual, todo mundo tem direito ao mesmo benefício.

(Inaudível)

Estão todos os outros sistemas, de deputados, de juiz, de professor, de bancário, de petroleiros, extingue tudo, até 10 salários mínimos todo mundo é brasileiro.

Toda reforma de Previdência, a maior complexidade é o rito de transição, toda reforma de Previdência ela não matura em menos de 15, 20

anos. não tem solução mágica que faça funcionar nos próximos 5 anos, ela vai amadurecer em 15, 20 anos, mas se não tomar providência agora daqui a 20 anos você está falindo.

Então, vamos voltar 10 salários mínimos todo mundo é brasileiro igual, agora, aquelas categorias que têm mais poder econômico juiz, bancário, petroleiro, professor, deputado que queira ter uma aposentadoria complementar pública ou privada ele vai lá e paga mais ou não paga se não quiser, mas até 10 salários mínimos tem que ser os mesmos critérios.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - A gente aguenta os 10?

O SR. - Existe uma polêmica do limite, tem um setor que defende que seja 5 salários mínimos e as seguradoras privadas defendem 3 salários mínimos, chegando a conclusão que este é o melhor sistema, vamos ver onde é que é o corte, já é uma outra discussão.

Eu defendo o corte de 10 salários mínimos, porque viabiliza o próprio sistema, tem os cálculos mostrando que é importante a contribuição até 10 salários mínimos para ajudar a forma redistributiva da Previdência e da Saúde.

A seguradora privada defende 3 salários mínimos, porque eles querem reabilitar-se economicamente, aumenta a quantidade de trabalhadores que tem que se filiar à Previdência suplementar é outra óptica.

Agora, eu não desprezo a Previdência complementar pública ou privada inclusive na capacidade de investimento na economia que isso tem, não como ela é hoje, mas você pode ver em vários países, Estados Unidos inclusive que previdências complementares elas são fortes investidoras.

Agora, eu não posso fazer como no Chile, que eles zeraram, transferiram o problema para daqui a 30 anos e conseguiram algumas fundações privadas na Previdência altamente fortes que estão ajudando a economia hoje, mas daqui a 20 anos quando este sistema mostrar a falência dele em relação aos benefícios que vai prestar ao trabalhador, então eu prefiro 10 salários mínimos, uma atitude mais prudente, mais estável, mais política e mais compatível com um país como o nosso e ganhar essa capacidade de investimento da iniciativa privada, da Previdência privada a partir desse patamar e tem muita gente da classe média que vai entrar nisso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Deputado, vou lhe pedir um favorzinho, passar para o Paulo Eupídio e depois você pode incorporar na nossa discussão sobre educação essas comparações, essas coisas, entra aí na sua comparação que eu senti que é muito útil, inclusive tem um sentido imenso, uma certa resistência que eu senti no início, inclusive quando eu perguntei ao Lúcio se o hospital podia ser visto como escola e no final acho que muita coisa pode é que a gente não está habituada a fazer esse exercício.

Então, gostaria de passar a palavra ao Paulo Elpídio, vocês me desculpem, mas vamos ter que acelerar um pouco que a saúde ocupou todos os lances, as nossas forças, mas a educação não vai tão bem assim.

O SR. PAULO ELPÍDIO - Um quadro que no meu entender é preocupante, é extremamente grave é o quadro da educação brasileira.

Mas, antes valeria a pena uma referência rápida que fosse a realização desse seminário, a gente percebe o dedo da Aspásia em todos os temas que foram suscitados.

Na verdade, quem convive mais diretamente com a Aspásia vem acompanhando que essa é uma preocupação em que ela conserva já há algum tempo o problema da modernização do Estado, o problema da descentralização a partir de uma percepção, de uma revisão da federação brasileira.

Estou muito satisfeito em participar aqui dessas discussões trazendo uma pequena contribuição que é mais produto de observação e sobretudo de uma experiência pessoal como gestor educacional que foi em três momentos numa área estadual, uma área de superior e numa área de educação básica do Ministério da Educação.

Eu gostaria de fazer rapidamente uma referência a um quadro que a meu ver encerra o conjunto de questões extremamente graves na educação brasileira.

Primeiro, nós convivemos historicamente com uma situação extremamente perversa em matéria de educação, em primeiro lugar nós nos deparamos com uma demanda historicamente, secularmente insatisfeita mesmo quando nós mencionamos as taxas de cobertura que em nossos dias desfrutam ou obtiveram novas marcas em relação ao passado, mesmo assim, nós continuamos a nos deparar com uma demanda insatisfeita por várias razões.

No caso, por exemplo, da rede escolar há um problema que continua grave no que diz respeito a má distribuição espacial dessa rede, mesmo em Estados onde esse problema foi de maneira mais decentemente resolvido.

Com o aumento da população e com as restrições da formação da pessoa docente de recursos consagrados a escola nós nos deparamos hoje com um processo de degradação progressiva na qualidade de ensino, é um fato notório.

A inexistência de critérios consistentes e duráveis para transferências de recursos e a aplicação de recursos públicos em educação.

A ausência de uma avaliação correta dos financiamentos públicos dirigidos a educação, uma desarticulação vidente tantas vezes comprovadas entre o sistema de ensino, vários sistemas de ensino do País.

E, por último, numa conseqüência de um certo modo causa de um determinado conjunto de circunstâncias uma compreensão difusa, imprecisa e inadequada do conceito federativo.

Esse conjunto de situações tem a agravá-lo uma série de causas e circunstâncias como conflitos sociais, crise econômica e fiscal, o esgotamento do modelo de desenvolvimento, má distribuição da renda, dependência científica e tecnológica etc., etc., tudo isso associado a um vezo que é bem brasileiro que não consegue dissimular um certo despreço pela educação, que é fornecida as demais classes menos distinguidas.

O discurso da importância da educação em muitos ciclos não passa de um discurso e nós convivemos com uma espécie de mentirosa, têm-se a impressão de que Estado, políticos, empresários, setores representativos da sociedade consideram de fato importante, quando na verdade o problema não é muito bem esse.

Nesse quadro de um processo de descentralização nós nos deparamos com uma evidência, a Federação, na verdade, implica num

processo de descentralização, a própria natureza da Federação por representar uma ordem jurídica central convivendo com ordens jurídicas parciais, na verdade, implica um processo de descentralização de competências paralelamente ao desenvolvimento de incompetências compartilhadas e, portanto, de autonomias compartilhadas na gestão de questões que se distribuem pelas diversas esferas de poder.

Na verdade, no Estado federal numa perspectiva constitucional o governo federal no Estado federal é um governo de poderes enumerados, as outras instâncias na verdade são governos de poderes residuais, aí está o grande problema e a grande dificuldade que no Brasil nós não chegamos a gerir adequadamente de que maneira compartilhar adequadamente a partir dos princípios esposados e definidos na Constituição até uma legislação ordinária que possa normatizar de maneira mais precisa os encargos, as competências compartilhadas e as autonomias igualmente compartilhadas.

Não devemos nos esquecer que a Federação brasileira nasceu de um decreto, Decreto nº 1.889 e, portanto, a Federação é produto de um Estado unitário que se fragmentou.

Por outro lado, vale a pena lembrar, apenas de passagem, que somos herdeiros culturais da Península Ibérica e incorporamos naturalmente uma cultura unitária em matéria de organização política e, portanto, talvez se explique por aí as nossas reações pouco simpáticas em muitos níveis a um processo de descentralização.

A Constituição de 88, por exemplo, define alguns tipos de competência compartilhada, por exemplo, a competência comum está

prevista na Constituição quando torna a obrigação do Estado, do município e da União a educação e a cultura e a saúde.

Ela define formas de competências compartilhadas quando ela admite a possibilidade de legislação concorrente, de uma função legislativa concorrente entre Estado, município e União em matéria educacional, donde essa autonomia articulada entre as esferas de poder é um regime de colaboração que a Constituição refere no art. 211, é uma solução que tem que ser encontrada, gerida adequadamente para assegurar um processo progressivo de descentralização através de transferências de competência dentro de um quadro de competências compartilhadas sem esvaziar excessivamente a União que tem sob sua responsabilidade manter e preservar um certo nível de articulação dos poderes, das funções no País.

O projeto de LDB que está em tramitação no Congresso no art. 12, por exemplo, registra em diversas passagens a importância que ela reconhece no processo de competências compartilhadas.

Vou ler porque vale a pena, é um documento que ainda não chegou a seu termo, mas que seguramente representará um papel extremamente importante nos próximos anos no que diz respeito a normatização das relações nesse ponto.

Reza o art. 12 no seu parágrafo único que incumbe a União prestar assistência técnica e financeira aos Estados e municípios visando o desenvolvimento dos respectivos sistemas, a compensação e a superação das desigualdades sociais regionais, mais uma vez retornamos ao problema.

O art. 17 enfatiza que a definição de níveis de atuação prioritário não reduz a responsabilidade compartilhada ou corretiva atribuída a União e aos Estados nem o dever de colaboração entre os sistemas.

A partir desses pontos eu gostaria de aflorar e desenvolver algumas experiências relacionadas com o processo de centralização da educação e as tendências e as possibilidades reais para um processo de descentralização.

Entre eles seria interessante e útil conhecer alguns modelos, algumas formas de centralização com as quais convivemos para se precisar as formas alternativas de um processo de descentralização.

Essa perspectiva foi hoje assinalado aqui e eu a retive e creio que é uma estratégia inteligente, na verdade, a convivência com o processo centralizado na gerência educacional impõe algumas medidas que nem sempre têm sido adotadas em nível de governo.

Eu considero como produto dessa desídia, dessa indiferença duas fórmulas de desperdício, eu me refiro as perdas e os danos. as perdas são aquelas formas decorrentes de um centralismo que não convive com um elevado nível de eficiência administrativa, na verdade, o Estado brasileiro na medida em que tem um alto grau de centralismo nem sempre dispõe dos mecanismos administrativos eficientes que pudessem assegurar através dos canais centralizadores que marcam a sua ação efeitos e conseqüências eficazes não só na aplicação de políticas educacionais, mas sobretudo no que diz respeito ao financiamento da educação.

No que diz respeito aos danos, eu me refiro especificamente a uma convivência entre o centralismo que favorece e privilegia certas formas e

clientelismo, pequenas e grandes fraudes que convivem no dia-a-dia desse processo.

Portanto, o centralismo pressupõe para que possa gerar conseqüências aceitáveis com relação a gestão da coisa pública instrumentos e mecanismos de planejamento gerenciais eficientes, competência gerencial para segurar padrões de eficácia compatíveis com as demandas.

Por outro lado, o centralismo para fugir das malhas do clientelismo pressupõe critérios que fundamentam decisões políticas claras e indicadores gerenciais confiáveis.

Eu gostaria de citar uma experiência recente em que tendo-se poucas alternativas na convivência com um sistema extremamente centralizado se procurou extrair do funcionamento dos instrumentos e mecanismos administrativos conseqüências positivas em relação a investimentos educacionais.

Eu me refiro exatamente a um determinado momento vivido pelo Ministério da Educação a partir do mês de agosto de 1991 ao mês de agosto de 1992 na administração do Professor José Goldemberg.

O reconhecimento, o conhecimento de uma história que acompanhava o Ministério da Educação e que o financiamento se fazia pela estrita ausência de critérios no sentido de definição de necessidades, de identificação de indicadores adequados no sentido de definir financiamento aos Estados e municípios levou a administração do Ministério a precisar alguns instrumentos de gestão.

Em primeiro lugar, considerava-se absolutamente indispensável a elaboração de indicadores confiáveis que pudessem levar o Ministério da Educação a decisões consentâneas no que diz respeito a aplicação dos recursos distribuídos entre Estados e municípios.

Tentou-se rever e reimplementar antigos critérios de distribuição com base nos percentuais que a própria lei estabelecia fixando algumas prioridades no que diz respeito a aplicação desses recursos, por exemplo, perdera-se de vista a prática de atender aos Estados através de projetos tecnicamente elaborados, onde não so os indicadores, mas as prioridades tivessem sido adequadamente contempladas.

Durante algum tempo o Ministério da Educação passou a atender as demandas dos governos estaduais através de uma simples negociação de natureza política em que o que menos contava de fato eram as necessidades e os projetos técnicos dos Estados.

Com relação aos municípios inexistia qualquer tipo de critério, prevaleciam as interferências de parlamentares e de grupos políticos importantes que sempre conseguiram reservar uma parte importante do orçamento para os seus municípios.

Estabeleceu-se um critério dos planos de trabalhos anuais, não era possível fugir a esse critério, porque o próprio orçamento era centralizado e impunha repasses aos Estados como impunha repasses aos municípios, estabelecíamos, portanto, planos de trabalho anuais nos quais os Estados definiam a sua prioridade que eram discutidas pelas equipes técnicas do Ministério da Educação e dos Estados de origem.

A distribuição dos recursos provenientes do salário educação da cota federal para os Estados se fazia em função de índices que levavam em consideração não só a população atendida como a arrecadação de cada Estado, o que dava uma relação invertida, uma situação aproximada que nos permitia utilizar um índice redistributivo em relação aos Estados da Federação.

Adotamos os mesmos critérios com relação aos municípios e capitais.

Com relação a alguns municípios prevaleceu o exame de projetos como pode se prever uma larga possibilidade de erros.

Nesse ano de 92, pela primeira vez o Ministério da Educação através do FNDE encaminha aos municípios, através de mala direta uma notícia precisa sobre as possibilidades do financiamento do projeto sobre as possibilidades de financiamento de projeto e um dia de orientação para o preenchimento dos formulários devidos.

Os 4 mil e 700 municípios brasileiros receberam pela primeira vez esse tipo de material, a reação foi instantânea.

As lideranças do Congresso Nacional procuraram o Ministério da Educação para questionar a competência e a capacidade do MEC em se dirigir diretamente as prefeituras municipais ignorando a importância da representação que os deputados e os senadores tinham como intermediários naturais entre as suas comunidades e o governo federal, essa foi uma briga que rendeu muitos resultados negativos em termos de um estremecimento que tendeu cada vez mais a crescer entre Ministério da Educação e o Congresso Nacional.

O curioso é que essa tentativa de descentralizar dentro de um processo centralizado nos levou a um resultado desalentador. É que dos 4 mil e 700 municípios que foram diretamente contatados pelo MEC e tiveram a seus serviços as equipes técnicas e estaduais desses municípios aproximadamente 40% apenas entraram com projetos no Ministério da Educação, os municípios estavam habituados normalmente a penalizar demandas do Ministério da Educação.

Portanto, não é um exagero se dizer que a metade dos municípios brasileiros não receberam e provavelmente jamais terão recebido recursos do salário-educação, uma vez que a maior parte dos Estados não se deu o repasse através da cota estadual para esses municípios e diretamente do FNDE jamais receberam um centavo, ou porque não tem condições de formular os seus projetos ou porque não têm ou não tiveram no passado e com isso se desabilitaram, os patrocinadores hábeis e eficientes que sempre conseguiram assegurar esse fluxo de recursos para os municípios de origem.

Ao lado desses problemas que são frutos de uma centralização que nós conhecemos outros vieram se associar, como por exemplo, as emendas parlamentares que nós agora assistimos publicamente as denúncias pela imprensa, as emendas parlamentares que em 1992 chegavam aproximadamente a 25% do orçamento da cota federal do salário educação do Ministério da Educação e que chegaram aproximadamente ao mesmo percentual em relação aos recursos do Tesouro.

Até agosto de 92 essas emendas não foram pagas e foram submetidas a uma obrigação adicional que era a formulação de um projeto que deveria ser submetido na origem à Delegacia do MEC na capital do

Estado analisado por um comitê que foi constituído de professores e técnicos das universidades do Estado e essa tramitação fez com que os projetos chegando a Brasília e a MEC pudessem ser analisados por uma segunda equipe técnica do Ministério da Educação e só então em função das necessidades avaliadas pudessem ser liberadas até agosto de 92 eles não foram liberados. portanto, durante todo o primeiro semestre de 1992, foram liberados os demais projetos sejam dos PTAs dos Estados, das Capitais e os projetos que haviam seguido a tramitação regular passando por essas exigências técnicas.

Mas, a partir do dia 22 de agosto em menos de uma semana todas essas emendas foram apreendidas e os recursos foram repassados aos municípios.

Muito bem, ao lado disso nós estamos nos deparando agora com uma outra fonte de recursos que até então era desconhecida para mim, as subvenções sociais dirigidas à educação, eu na minha incredulidade eu sempre imaginei que as subvenções sociais que vinham do Ministério da Ação Social tinham uma outra destinação, mas nos deparamos que universidades privadas, associações educacionais privadas receberam em alguns momentos mais recursos que Estados inteiros por via salário-educação, quer dizer, abriu dentro desse processo de centralização descentralizada, abriu-se um novo canal através do qual esses recursos que nós não sabemos exatamente ainda qual o volume, estabelecimentos educacionais que não estavam contemplados pelos critérios do Ministério.

E, por último, porque não dizer os próprios CIACs e havia uma coisa interessante era o próprio Ministério da Educação, é como uma política

que no fundo era inconciliável com a política da Previdência no que diz respeito aos CIACs e mesmo assim o recurso de salário educação da cota federal e os recursos do Tesouro do Ministério da Educação foram mordidos em aproximadamente 17 entre 15 e 20% dos seus valores e transferidos diretamente para o programa dos CIACs.

Estou dando alguns exemplos comprovados na prática para demonstrar como numa situação de centralização administrativa a falta de instrumentos e critérios técnicos pode levar à fraude, a corrupção, ao mau emprego dos recursos públicos, a má utilização de recursos que poderiam ter outra destinação.

Isso tudo apenas para concluir que na verdade a descentralização que deveria se imaginar no que diz respeito a gestão dos recursos financeiros em educação a partir da União deveria levar em consideração, primeiro, que a esses recursos que estou me referindo agora especificamente ao salário educação, a cota federal, esses recursos, a cota federal, estadual, deveriam ter uma outra distribuição que não a atual, que não aquelas sugestões correntes com as quais nos deparamos surpreendentemente.

Eu hoje com a experiência de vida, acho que nós deveríamos adotar um tipo de orçamento por área, esses recursos deveriam ser distribuídos pelos Estados mediante critérios que deveriam levar em consideração uma função redistributiva reservando à União um pequeno percentual que poderia ser aplicado na gestão, estímulo de inovações pedagógicas e através do processo de compartilhamento, digamos, de êxitos e de resultados.

O SR.
que foram dados.

- Nós estamos pensando em exemplos

O primeiro exemplo foi que o Clinton vai fazer cair o tributo nas empresas. primeiro é preciso pensar o seguinte: qualquer forma de financiamento do Estado vem da população, se vier foi por meio das empresas, vem da população, financiar o sistema através da empresa, é jogar o imposto no produto e recai em toda a população, recai de forma errada. Por quê? Porque recai indistintamente sem obedecer a capacidade contributiva das pessoas, o que nós precisamos é de mecanismos que na natureza da arrecadação você consiga obedecer o princípio da capacidade contributiva. Em outras palavras, pagam mais os que mais têm, pagam menos os que menos têm. É mais ou menos seguindo o espírito do imposto de renda sem todas as distorções que ele assume aqui no País.

Um outro exemplo citado foi um financiamento da Seguridade Social tipo FPE - Fundo de Participação de Estado, Fundo de Participação do Município.

Ora, quem estuda o FPE que é um agente redistribuidor de recursos dentro do sistema, de imposto de renda e do IPI, verifica que ele foi criado para redistribuir os recursos, mas por criação normativa ele obedece o inverso da renda "per capita" e o número de habitantes, se descobriu num determinado momento que ele estava concentrando recursos, o Nordeste recebeu bastante recursos por esse critério, por população e renda inversa. Mas quem acabou recebendo mais recursos do que o Norte e o Centro-Oeste foram o Sul e o Sudeste, pelo critério do número de habitantes no

município, municípios altamente populosos que quebraram um outro princípio que era o inverso da renda "per capita".

Em outras palavras, é preciso tomar muito cuidado com os mecanismos de redistribuição que aí estão. O Professor, por exemplo citou um caso: o Ministério tentou descentralizar o salário em educação para os municípios, só dois mil é que conseguiram recursos, porque tiveram a capacidade de apresentar projetos, é por isso que se quer critérios automáticos, quando se fala em negociação é bom que se frise que é, não é negociação no sentido político elevado, a negociação é política bem da grossa e pesquisas já foram realizadas em que a negociação é feita por partido do poder, ele acaba redistribuindo para os prefeitos que estão no poder e são do mesmo partido, de maneira que é preciso criação de mecanismos automáticos nessa questão de salário educação, é preciso aceitar sugestão do Professor Walfrido que eu já fiz várias vezes diversas associações em vez de deixar a negociação do repasse da cota federal do salário da educação para os municípios, cria-se mecanismos automáticos, qual é o mecanismo automático? Uma cota federal, estadual e municipal. Essa municipal não tem nada que negociar, o processo a cotas vai automaticamente nos critérios de redistribuição de renda.

Uma outra questão que não se colocou aqui é justamente esse problema do tributo que vai financiar a descentralização. O salário da educação é um exemplo muito importante para os outros setores porque ele tem essa cota federal, estadual e dá dinheiro para os municípios também, e criada a cota municipal, ele fica como um exemplo de como pode a União, apesar de não reter todos os recursos, ela descentralizar para Estado e para

Municípios, em outras palavras, apesar da descentralização há possibilidades de políticas nacionais, políticas estaduais e políticas municipais integradas num todo. Isso que vale para a contribuição social de salário educação pode ser aplicado em termos de impostos, inclusive de outras contribuições sociais.

Uma das crises da saúde é a questão do FINSOCIAL, o fim social que passou a ser CONFINS para financiar a Seguridade Social, ele desde o início não foi aceito pelos empresários que começaram a fazer o recolhimento na Justiça, então acabou a fonte de financiamento principal que seria do sistema de Seguridade Social.

As loterias nós já vimos aí, o Sr. João Alves estava metido lá e retirava recursos preciosos também, de maneira que concurso de prognósticos e o FINSOCIAL depois COFINS que seria uma fonte de financiamento, as contribuições sociais básicas da Seguridade Social deixavam de funcionar e aí o sistema entrou em crise e não conseguiu, vamos dizer, implantar.

O que o Governo Federal fez há pouco tempo? Pediu para que o Supremo Tribunal se manifestasse a respeito da constitucionalidade do COFINS. O Parecer do Junqueira, Procurador-Geral da República, já foi favorável e, portanto, há grande chance de um desses bloqueios dos 7 bilhões de dólares que estão bloqueados na Justiça em favor do Sistema de Seguridade, portanto, de implementar esse processo de descentralização.

Uma outra questão que não foi colocada aqui e de forma indireta a Professora Aspásia colocou, é o problema da maior participação do privado

no esforço público em relação às áreas, às diferentes funções exercidas pelo poder público.

Eu participei, promovido pela Gazeta Mercantil, o Professor Paulo estava lá, a Sra. estava lá e sob formas de maior participação do empresário, eu falei e não pegou bem nos empresários, que a melhor forma de participação dos empresários no sistema público é o pagamento dos impostos, porque a sonegação está em termos de desobediência civil, é uma coisa que ninguém fala, só se fala em guerrilha urbana do crime, mas a guerrilha urbana do crime, que é a guerrilha dos empresários contra o Estado, não recolhe tributos, ou recolhem diretamente e põe na Justiça, o poder público não pode por a mão, o índice de sonegação em alguns impostos chega a 70%, e os setores, por incrível que pareça que mais sonegam são os que mais tem lucratividade, basta ver o problema de empresas que têm lucratividade pela própria Gazeta Mercantil, que produz balanço das 300 maiores empresas, de maneira que há um processo de desagregação social em que os empresários atuam como elemento de ponta nesse desagregação social, é isso que não se diz claramente e isso prejudica todo o financiamento do setor público e em todas as nações não só em saúde e educação.

E, por último, é preciso pensar em termos de como eliminar essa corrupção, porque tenderá a criar mecanismos que poderão acentuar a descentralização.

Eu conversei com o Mário Sérgio Portela, que foi Secretário do Município de São Paulo na administração do PT da Erundina, ele falou: Belchior, só em não roubar e não superfaturar obras, nós fizemos uma

economia de 40%. na Itália chegou-se à conclusão que está em 51%. existe avaliações aqui no Brasil que colocam em termos de 50%, portanto, eliminar a corrupção significa eliminar quase 50% de um custo que acaba não indo para a população, mas para o bolso de alguns privilegiados.

É só isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É muito.

O SR. - Eu pedi a palavra aqui, porque eu precisava fazer dois comentários, primeiro, Professor Beichior, ratificando isto que o Sr. está dizendo, eu vou dar um exemplo do que eu vi com os meus olhos, inclusive mandei para a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, que o governo passado de Minas Gerais, quando era o Governador Milton Cardoso, os tais BDIs - Bonificação de Despesa Indireta, que as empresas geralmente cobram sobre o custo da obra, onde se somam materiais, mão-de-obra etc., a empresa cobra uma bonificação de despesa direta e que remunera o seu trabalho e a distância entre o dispêndio do recurso e o recebimento.

E, tradicionalmente, uma empresa privada, uma instituição organizada quando contrata um serviço, se ela paga com 20, 30 dias de atraso, ela pode pagar um BDI de 40%, que é o que nós estamos pagando em Minas Gerais. O governo passado pagava BDI de 180 e 240%, eu tenho caso de escolas de 12 salas que hoje custam aproximadamente 360 mil dólares completas e mobiliadas, o Estado de Minas Gerais ter pago no governo passado mais de 1 milhão de dólares de custo dessas escolas e tudo isso é provado pelo Tribunal de Contas, porque não tem um mecanismo que possa verificar o custo da obra, apenas tem um mecanismo legal que verifica se as notas fiscais são corretas e estão adequadas.

Só para lhe dar uma idéia, o mesmo salário educação em Minas Gerais vem recebendo nos últimos cinco ou seis anos que agora é de 60 milhões de dólares por ano, mas na atual gestão, nós mandamos metade desse dinheiro diretamente para as escolas através da verba bimestral e com a outra metade nós construímos três vezes mais prédios e reformamos toda a rede em relação ao governo passado, porque não conseguiu fazer sequer 40 prédios, já fizemos 186 novos.

Realmente a questão do roubo dentro do governo é um negócio acintoso, isso tem que ter um mecanismo que não basta o Tribunal de Contas ver a formalidade, ele tem que ver também se é possível aprovar o custo de uma obra que a gente sabe, que custa 210, 215 dólares o metro quadrado e eles aprovam lá como sendo 500, 600 mil dólares o metro quadrado com a maior desfarçatez, ou então, o que existe é o risco de um administrador correto ir para a cadeia às vezes de tanto rigor que existe, que se exige e uma pessoa que é especialista nessas falcatruas conseguir fazer uma prestação de contas impecável, então, isso realmente eu já constatei que é uma coisa escandalosa.

A outra questão que eu queria colocar aqui relativo ao salário educação, é que nessa experiência que o Professor Paulo destaca aqui ele teve uma oportunidade "sui generis" na história do MEC de acumular duas funções fundamentais, de ser o gestor do FNDE e o definidor das políticas públicas na Secretaria de Educação Fundamental.

Foi num momento em que o MEC teve uma grandeza em estabelecer critérios e políticas, mas na hora da "onça beber água" que é entregar o dinheiro, ele teve essa pressão violenta do clientelismo que foi uma

coisa assim numa velocidade impressionante, em quatro, cinco meses eles conseguiram desestabilizar o Goldemberg, a ponto de alguns deputados me dizerem que em maio que o Goldemberg não passava de agosto, na hora que ele travou os cofres do FNDE, querendo estabelecer apenas o critério, não era para mandar o dinheiro do jeito que ele quisesse, era um critério que o município era obrigado a fazer um mínimo de estudo e eram simplíssimas as regras, diga-se de passagem.

A dificuldade que é diante dessa complexidade do poder público federal e hoje sobretudo da forma que o Congresso Nacional trabalha e às vezes pessoas sérias, falando mal de um ministro importante e competente, comprometido apenas porque não estava conseguindo liberar o dinheiro para o município dele na óptica dele direta do clientelismo. Isso foi uma coisa lamentável que nós vimos, demos apoio ao ministro o tempo todo e ele chegou a ser sabotado até do lado de dentro, na hora em que o Marcílio contingenciou, inclusive a cota estadual do salário educação, sem sequer avisá-lo. É um absurdo mais ou menos o que nós ouvimos ali, qual foi o tempo que alguém usou a canibalização, a vampirização que o Ministério da Fazenda faz em cima do Ministério da Saúde, faz igual ou pior em cima das verbas do salário educação.

Eu tenho defendido em nome de Minas Gerais e em nome do CONCED a tese de que os dois terços do salário da educação que vão para os Estados na cota estadual mais os 8% do total que são os 25% da cota federal que vai para os municípios, nós devíamos somar esses dois que dá 75% de tudo que se arrecada em cada Estado e passar imediatamente para as redes estaduais e municipal proporcional ao número de alunos.

O MEC, você poderia mandar esse dinheiro direto para os municípios, direto para o Estado, mês a mês, de tal maneira que o Estado e município proporcional ao número de alunos que têm recebe esse recurso, isso é de uma simplicidade atroz.

Agora, por que não se faz isso? Não se faz isso porque falta uma vontade política de cima para decidir, e isso significa também o MEC deixar de ter o controle dos projetos. É essencial que o MEC tenha de 8 a 10, 12% do total do salário da educação nas mãos dele para ele poder pilotar os projetos de capacitação, de avaliação do ensino brasileiro e alguma coisa é importante na área da informatização, coleta de dados, esta característica e assim por diante.

Nós temos defendido isso permanentemente e eu acho que agora seria um momento inclusive do IPEA nos ajudar, porque a Deputada Ângela Amim é Relatora do projeto da cota municipal e do jeito que ela está fazendo vai ficar a emenda pior do que o Orçamento, porque determinados municípios que têm redes mínimas vão ganhar uma fortuna de dinheiro, porque tem uma população grande em detrimento do Estado que mantém praticamente a rede toda lá o próprio município.

Então, nós precisaríamos imediatamente agir, tanto o MEC quanto nós do CONCED, quanto a Ondina, quanto aos institutos como o IPEA, para nós trabalharmos - o Amaral está a par desse negócio, para nós trabalharmos com a Deputada Ângela Amim, que é uma pessoa que parece muito bem intencionada para criar essa cota do Estado, distribuir esse dinheiro proporcionalmente ao número de alunos das duas redes e todo mês da mesma forma que passa o FTN passa o dinheiro do salário educação com o

município e passa o salário educação para o Estado sem precisar de favores, sem precisar de parciar recursos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

O SR. - Aspásia, você colocou uma questão aí que ninguém tocou. que é essa questão de controle social, o mito das comissões.

O controle social dos recursos públicos ele tem que começar com a elaboração do orçamento, com a execução do orçamento, com o controle e inclusive com a avaliação do orçamento.

Os Estados Unidos, a imprensa pede que publiquem em todos os jornais o orçamento, o orçamento os indivíduos vão pagar impostos, porque sabem as obras que vão ser feitas, durante o ano todo os grupos sociais e organizados começam a cobrar o que estava prometido no orçamento.

Então, é esse mecanismo de acabar com o clientelismo, ele tem que ter esse mecanismo de controle social inicialmente sob o orçamento e isso compete ao IPEA desenvolver trabalhos e estudos para assessorar principalmente essa mudança que vai ocorrer depois dessa história em torno do Orçamento.

Eu vou ter que sair agora. Muito obrigado pelo convite.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Foi um prazer.

O SR. - Antes que o Sr. saia, eu concordando plenamente com a questão da sonegação fiscal, mas eu só queria lembrar uma coisa: os desmontes ocorridos no início do governo Collor da máquina pública, todos os setores de fiscalização foram desmontados e se encontram hoje impossibilitados de exercer uma fiscalização eficaz.

O SR. - E que não se recompõe mais.

O SR. - Exatamente. E a recomposição desses setores é muito difícil, então, essa é uma tarefa árdua se nós quisermos realmente voltar à questão do patamar razoável, digamos assim, de sonegação. Porque a desagregação dos setores de cobrança e dos setores de fiscalização, seja da Receita Federal, seja a nível dos Estados etc.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada.

O SR. - Precisa apoiar a cobrança da Nota Fiscal, porque se toda a população começa a cobrar a Nota Fiscal você tem um outro mecanismo que vai reverter agora, é preciso reverter em benefício da população senão ninguém vai cobrar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Isso. Obrigada.

Amaral, você poderia fazer alguns comentários sobre as disposições que nós tivemos agora, eu acho que você tem coisas importantes a dizer sobre as características dessa descentralização e os problemas da educação.

À primeira vista dá a impressão que falta dinheiro na saúde e que na educação há dinheiro bastante, razoavelmente, pelo menos não sei se gastam, mas há dinheiro e esse dinheiro ele é mal gasto, não sei se na saúde também deve ser mal gasto, não tem nem para gastar direito.

Um outro ponto importante que foi discutido aqui ao longo dos nossos debates é essa questão do Estado, o Dr. Lúcio chamou a atenção sobre isso, mas em algum momento alguém pronunciou um diagnóstico que eu acho que é muito interessante de ser debatido. É que o Governo Federal esteve no banco dos réus em 88, mas agora quem está no banco dos réus

são os Estados. E pelo que nós ouvimos agora, da saúde e da educação também, ficou claro que uma municipalização que transforma os Estados em repassadores desse clientelismo, vamos dizer, que é um clientelismo a mais que entra no circuito.

Então, como é que nós resolvemos esse problema, porque afinal os interlocutores são, enfim, os Estados são Unidades de Referência importantes. foi lembrado aqui, acho que o Lúcio mesmo lembrou que, por exemplo, o Ministro da Educação não vai poder se dirigir ao prefeito de um pequeno município no interior do Amazonas, por exemplo e que portanto, o Secretário é o interlocutor natural e eu tenho a impressão que isso se coloca também para o saneamento que nós vamos ver daqui à pouco.

Então, eu gostaria que você fizesse seus comentários e talvez tocasse nesse ponto também...

O SR. AMARAL - Um aspecto que eu gostaria de ressaltar aqui é um pouco que o Professor Paulo Elpidio colocou, que hoje é fundamental no ponto de vista da educação e de gestão do sistema educacional, que é a questão da parceria entre Estados e Municípios ou então regimes de colaboração que a Constituição diz. Porque na realidade se a gente for analisar do ponto de vista semântico de termos, vamos dizer, se falou muito em municipalização do ensino principalmente após a Lei 5.692 em 1971, mas a municipalização prevista nunca ocorreu, porque se a gente pega os dados, a participação percentual dos Estados e Municípios de 19770 e a participação hoje, a do Estado baixou um pouco e a do município aumentou um pouco, não houve realmente uma mudança significativa, houve uma

municipalização, houve uma transferência de responsabilidades do Estado para o município como prevista na lei.

E hoje a gente está analisando alguns dados, a participação maior do município parece indicar os dados que a gente está no momento analisando e que é muito mais proveniente de uma melhoria do fluxo escolar, vamos dizer, escolas de municípios que tinham até 4ª série, passaram a ter 5ª e 6ª, 7ª e 8ª séries, porque praticamente um movimento deliberado de expansão do município, como o movimento deliberado de transferência da rede do Estado para o município.

O que ocorre é que com a Constituição, com a colocação do município como ente federativo, as coisas parecem que andam mudando um pouco por aí nessa questão, eu acho que aí é que entra a questão da parceria ou o regime de colaboração dos Estados com os municípios.

O que a gente tem levantado nos últimos meses, os estudos que a gente está fazendo no IPEA e em todos os Estados é o seguinte: que todo esse sistema de assistência técnica de apoio dos Estados tinham aos municípios, aí na década de 70 e principalmente na década de 80, hoje praticamente inexistente na maioria dos municípios, é como se eu não vou dizer que isso que está ocorrendo que são coisas muito recentes, ainda mais é como se dissesse, se o município agora é um ente federativo. Então, que ele apte com a responsabilidade e o Estado se retire.

Mas, então, ocorrendo algumas coisas interessantes, por exemplo, os Estados de Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo estão realmente num processo de municipalização que é mais uma questão desse regime de colaboração, divisão de atribuições dentro do sistema.

O Estado do Paraná está passando a todas as escolas de 1ª a 4ª séries ou para municípios, ficando, resguardando aqui a 5ª e a 8ª e em Santa Catarina estão passando todas as escolas para os municípios ficando o Estado com a responsabilidade maior com o 2º grau.

No Nordeste, alguns Estados como Paraíba, que é um Estado mais típico nesse assunto, é que está havendo movimento inverso, está havendo uma estadualização da rede e não uma municipalização, então, isso varia muito de Estado para Estado e a gente está mudando, porque estão surgindo coisas novas em função do novo contexto constitucional que apareceu.

Quanto a essa questão de recurso, o que a gente vem discutindo muito e conversando muito nas reuniões, com o Walfrido, é que na área de educação há recursos suficientes, mas eles seriam o resultado, seria muito diferente se tivesse uma gestão mais adequada do sistema.

Um outro ponto aqui que eu gostaria de levantar sobre essa questão de descentralização, de autonomia etc., é o seguinte: há alguma confusão conceitual que a gente observa em várias reuniões, o pessoal que trabalha na área da educação também, por exemplo, na semana passada eu estive participando no Ministério numa série de reuniões promovidas em função do Plano Decenal de Educação que o Ministério assumiu a coordenação desse plano. houve uma semana de reuniões em maio desse ano e esse documento agora que o Ministro vai levar à Nova Deli, é um aperfeiçoamento desse documento já elaborado em maio e o Ministério da Educação promoveu esse ano vários segmentos da sociedade, vamos dizer,

com CUT, CGT, ONTE como SENAI, SESI e Confederação Nacional das Mulheres e uma série de instituições.

É interessante observar o seguinte: que todos eles falam de descentralização, em autonomia de participação, mas todos eles exigem um plano nacional de educação com metas detalhadas dizendo que cada Estado vai fazer, cada município vai fazer, em cada ano vai fazer.

Então, uma confusão muito grande. Não está claro aí, não se tem claro a visão do que seja um sistema federativo e o papel da União que nesse ponto eu acho que o Ministério está encaminhando muito bem, que é exatamente o de sinalizador junto com o Conselho das principais políticas, das principais prioridades, principais problemas de educação; então, para evitar que a União atire para um lado, o Estado para outro lado, os municípios para outro lado.

Eu acho que é essa a função que o Ministério da Educação está fazendo nesse momento, mas há um clamor para que se tenham metas detalhadas e tudo amarrado e a gente sabe que isso não funciona.

E só para citar um exemplo, o II Plano Setorial de Educação que na vigência de 75 em 1979, teve como uma das metas a chegar em 1979 a 90% de taxa de escolarização. Hoje 22 anos depois nós chegamos a 87%, não adianta o Ministério da Educação definir metas a nível nacional, se quem vai executar é o Estado e o município e que tenha a autonomia garantida pela Constituição, são eles é que estão com a mão na massa, são eles que constroem escolas, são eles que pagam professores, são eles que estão ligando para a realidade. Então, essa confusão conceitual, se conseguiu detectar nessa questão.

Um outro problema que eu acho em toda essa questão de descentralização é essa questão da aceitação da diversidade, se nós vamos abrir exatamente um processo de participação de descentralização e mesmo de democratização, nós temos que aceitar a diversidade.

Não há condições de se ter uniformidade a nível nacional no que se fala em educação, por isso é que o Walfrido se referiu aqui ao trabalho que a gente fez e sobre os padrões básicos, nós não podemos é permitir que as escolas funcionem abaixo de um padrão socialmente justo e aceitável, mas acima desse justo e aceitável os Estados e os Municípios vão colocar aquilo que eles podem colocar. Nós temos que trabalhar é neste patamar e num sistema descentralizado, mas com maior autonomia certamente e há uma tendência, há uma disparidade maior e aí a função estratégica seja dos Estados ou da União, é de impedir com que essas diferenças sejam tão grandes, que elas sejam acintosas.

A gente conversou muito com a equipe do Walfrido em Minas, com todo trabalho de autonomia da escola que se implantou no Estado de Minas, o que vai ocorrer é o seguinte: uma competitividade dentro da própria escola pública, porque se tudo isso está centrado na figura do diretor e do colegiado escolar, se um diretor tem uma liderança maior, se tem um colegiado escolar com uma dinâmica maior.

Então, provavelmente, ou possivelmente você vai ter uma escola diferentes da outra, você não vai poder padronizar processos dentro da escola na medida em que se deu essa autonomia. Então, isso certamente vai ocorrer e a gente vai ter que saber lidar com isso, mas a gente sente muitas discussões, uma certa resistência à isso, inclusive, um fato que ocorre a

cada ano. que a televisão mostra aquelas filas enormes em frente à escola para matricular os filhos. nem sempre a questão é pela falta de vaga. é a questão dos pais que já sinalizam, já sabem identificar escolas melhores do que outras e estão querendo tirar os filhos de uma escola para colocar numa escola maior, não é que faltam vagas.

Então, esse processo de diferenciação, isso já está ocorrendo no sistema e vai ocorrer cada vez mais na medida em que essa autonomia for ser mudada, principalmente quando se trata de autonomia da escola e aí entra a questão da LDB, que já foi dito aqui, o grande problema que a gente teve na LDB é que exatamente nesse momento de maior parceria e de regime de colaboração do Estado e Município, na autonomia do Estado e maior autonomia na escola, nenhuma lei com um nível de detalhes muito grande mais ingesto o sistema do que o liberam.

Eu me lembro lá não sei que artigo da lei, mas dizem que inclusive as inovações educacionais tipo a que o Walfrido está fazendo no Estado de Minas para ser feita precisaria ter a autorização do Conselho Nacional de Educação. Isso é o tipo das coisas que não dá no sistema ou definir em lei que a relação professora aluno no pré-escolar tem que ser tal, no 2º grau "y", então, se numa escola por alguma razão você tenha três ou quatro alunos a mais você já está fora da lei.

Então, são essas aspectos que eu acho que tem todo esse processo que a gente está vivenciando aqui de autonomia de participação, são algumas questões que ainda estão pendentes e que a gente ainda está passando e que eu gostaria de levantar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada, enfim, eu acho que está saindo aqui uma proposta do Professor Paulo Elpidio que vem ao encontro dos comentários do Professor Mares Guia, de nós formarmos um grupo de trabalho, uma comissão para estudar essa questão de dez alternativas de financiamento para a educação fundamental e básica, incluindo o salário da educação.

E a proposta generosa do Professor Paulo Elpidio é que o IPEA se envolva diretamente com isso com a ajuda do Belchior e eu sugeriria que nós podemos aproveitar essa oportunidade tão interessante de fazer esse trabalho e de convidar também a Prefeitura de Santos para participar dessa Comissão e talvez surja alguma outra sugestão dos prefeitos que participaram ontem, alguma coisa assim, para que a gente possa ter a participação também diretamente do município nesta comissão tripartite que poderia ter também algum técnico do MEC, o Dr. Célio Cunha para participar dessa comissão.

Vocês acham que é uma boa idéia? Está aprovado?

O SR. - (Fora do microfone - inaudível)

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Então, seria mais o caso desse grupo dar apoio à proposta do Conselho. Analisar todas essas informações que sejam convergentes.

O SR. - (Fora do microfone - inaudível)

O SR. - Eu posso colocar esses recursos à disposição desse estudo, à disposição da Comissão.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Pode fazer mais do que isso, pode integrar a Comissão.

O SR. - Posso também. Posso designar uma pessoa para fazer isso.

(Debate paralelo)

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu ia passar para a Dra. Maria Dalva para mostrar um exemplo assim como se diz, curto e grosso, de como o Governo Federal pode fazer alguma coisa útil, numa área difícil, numa área caríssima e complexa que enfim, estamos lamentando aqui que eu estava contando com o Dr. Marinho para discutir com você, mas eu acho que é uma proposta muito engenhosa, muito interessante da Presidência da República para o setor de habitação.

A SRA. MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS - Eu agradeço à Aspásia essa oportunidade que você me coloca para apresentar o PROTEC.

O PROTEC é um projeto, um programa que nasce dentro da Presidência da República, ele não vai interferir de forma alguma na política habitacional que não é nossa, mas como a Presidência da República tem algumas assessorias tem também uma assessoria para a área de habitação. Então, para ficar essa coisa mais organizada e oficializada foi criado o PROTEC, a partir de uma exposição de motivos que foi assinada, elaborada por nove Ministros e nós queremos mostrar que é possível a parceria.

Eu prefiro apresentar aqui no retroprojektor de forma à apresentar apenas dez transparências, porque eu acho que vai comunicar com mais segurança a nossa idéia do PROTEC.

Nós temos aí o programa de difusão de tecnologia para a construção de habitação de baixo custo, estamos preocupados com a população que recebe de zero a cinco salários.

O decreto instituído pela Presidência da República no dia 28 de julho de 93, tem esses dois objetivos: estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como finalidade a redução do custo da construção da habitação popular, bem como de promover em colaboração com o setor privado a divulgação de novas tecnologias especialmente desenvolvidas para esse fim e o segundo objetivo é demonstrar vias de novos assentamentos às reais vantagens de adotar e difundir propostas inovadoras aí de urbanísticas arquitetônicas, além das inovações tecnológicas resultando na redução do custo e melhorando a qualidade da produção da habitação.

Para desenvolver esse trabalho, o desenvolvimento desse trabalho, nós pensamos em apenas em três pontos. Vocês vão observar como nós estamos contra, batalhando contra a burocracia e contra o tempo, nós temos um referencial teórico que nos embasa especialmente do que nós entendemos por habitação, nós não falamos da casa, nós falamos do habitat. Então, temos um trabalho desenvolvido sobre esse tema, o habitat, depois nós temos um retrato do Brasil, onde nós colocamos aí fazendo as considerações sobre a questão habitacional no país e, finalmente, uma proposta.

Na busca de um diagnóstico nós fazemos uma análise a partir do nosso desenvolvimento econômico com modelo concentrador de renda, as políticas sociais com seus baixos salários, os sistemas inadequados de proteção ao emprego, isso tem muita relação com a habitação, porque sem carteira assinada eu não posso me candidatar a mesma linha de financiamento, sabemos das relações urbano-rurais com a política perversa e concentração urbana excessiva. Isso vai provocar esse processo de

favelização e de urbanização deficiente pela falta de planejamento, o que resulta em 30% ou 8 milhões de moradias problemáticas. Aqui nós preferimos falar problemáticas, substituindo a palavra deficit.

A questão de definição do deficit é muito mais complexo do que nós pensamos, nós temos no Brasil 38 milhões e meio de famílias, confere? E temos 35 milhões de habitações, nós fazendo uma conta poderemos pensar que só nos faltam 2 milhões e meio de habitações. Mas essa questão já foi colocada pela manhã, as cidades onde não há emprego, os locais onde não existe a produção, ou a escola, ou a saúde, elas são realmente abandonadas, além disso, tem outros aspectos que nós podemos analisar como pessoas que moram de forma inadequada nos cortiços, favelas, debaixo da ponte sem habitação adequada, por isso que nós falamos habitação problemática.

O governo não tem respondido com seus programas, nos últimos três anos só construímos 160 mil habitações, quanto ao nosso deficit podemos falar em 8 ou 10, se fôssemos falar deficit.

Essas 160 mil habitações foi o que foi feita nos últimos três anos, quando no governo anterior nos prometeram 5 milhões de habitações.

Essa informação aqui nos ajuda a fazer uma reflexão sobre a questão da habitação, cem por cento das casas que foram construídas nesse período de 64 a 84, o Estado só se responsabilizou por 3%, isso para a população com a faixa de renda de 0 a 5 salários mínimos. Se ele só fez 3%, 97% foram construídas de alguma outra forma, essa outra forma nós podemos dizer ou ajuda mútua, ou pequenas empresas foram contratadas,

ou cada um fez a sua, de qualquer maneira o brasileiro constrói a sua própria casa, essa é uma constatação nossa.

Então, cabe ao Estado enxergar melhor o seu papel, quando nós falávamos de manhã da clareza dos papéis, dos participantes, dos segmentos responsáveis pelo desenvolvimento, nós queremos ter claro o papel do Estado, o PROTEC vem propondo a clareza de papéis. Então, cabe ao Estado muito mais se preocupar com a questão da legislação que já foi colocado aqui várias vezes na área de saúde, de educação, a questão fundiária é a questão básica quando nós falamos em habitação, a infraestrutura e equipamentos urbanos, a casa, o abrigo que é objeto de tanto desperdício e de tanto desvio, essa nós queremos olhar de perto e repassar a responsabilidade para o dono.

Por que isso acontece? A formulação equivocada dos modelos institucionais e financeiros tem pouco recurso e quando tem ele é mal utilizado. Há uma dispersão dos quadros técnicos competentes pelo próprio desmonte da máquina, nós não temos uma política fundiária consistente, nem urbana nem rural. Existe uma desarticulação grande, desarticulação entre os setores que cuidam e que tratam da questão habitacional.

O PROTEC tem cinco projetos: esse Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação e Assentamento Populacional, o acompanhamento de programas e projetos selecionados, uma base de dados, o acompanhamento do processo no Legislativo nesse campo da habitação e a vila tecnológica, quando nós falamos da vila tecnológica ela representa a concretização desses primeiros conceitos colocados nos quatro projetos anteriores. A Presidência da República não tem quadro que possa

desenvolver esses estudos todos, mas estamos fazendo com a colaboração de todos os órgãos que estão ligados a esses nove Ministérios que participam conosco.

Desses cinco projetos eu vou falar rapidamente sobre a vila tecnológica, que é o último projeto. Então, ela é objetiva, demonstrar a possibilidade de construir o habitat pensando na casa, nos equipamentos, na infra-estrutura, a partir de novas propostas urbanísticas, nós pensamos em novos modelos de parcelamento, novas tipologias, modelo da casa, oportunizando a adoção e difusão regionalizada das inovações tecnológicas, sempre buscando melhor custo e maior qualidade.

Além de melhorar a qualidade da moradia nós pretendemos conhecer, adotar, avaliar e difundir novas tecnologias. Incentivar a produção industrial, inclusive a estandarização dos componentes construtivos. Adotar novos princípios de desenho urbano, tipologia, infra-estrutura e equipamentos. Difundir as informações institucionais, nós queremos facilitar, eliminar burocracias quanto à essas informações. Treinar mão-de-obra local, aproveitar o potencial das fábricas existentes, oferecer local apropriado para a realização de eventos específicos sobre habitação, adotar permanentemente, aliás, avaliar esse modelo que é um modelo habitado e ampliar a oferta de empregos como um resultado final.

A idéia que a vila tecnológica possa representar a participação dos municípios, das companhias de habitação, das universidades, dos institutos de pesquisa, das empresas construtoras, dos fabricantes de materiais e componentes, das entidades de classe, das associações técnicas de forma geral, numa empreitada na construção do habitat.

A vila é uma unidade demonstrativa de tecnologias adaptadas ao meio rural. É um núcleo polarizador e difusor de informações técnicas e institucionais. É um centro de referência para a criação de novos processos construtivos regionais e de intercâmbio de conhecimentos com outras fontes geradoras de tecnologias. É um centro de referência para subsidiar a concepção e proposição de novos sistemas de financiamento e crédito, é uma unidade de treinamento e serviço.

Como eu havia dito, nós temos 9 Ministérios participando, o Ministério da Educação está conosco no projeto, colocando aqui o Núcleo de Difusão Cultural que é a alma do projeto, nós queremos pensar na mudança de entendimento sobre a questão habitacional, ou seja, queremos mudar a cultura de que é o Estado que vai resolver isso. Então, esse aqui no Núcleo de Difusão nós vamos, temos uma programação exatamente de desenvolver essa idéia, de desenvolver esse caminho, demonstrado os caminhos institucionais, os caminhos tecnológicos, o caminho desburocratizado de construir a casa.

Ao redor desse núcleo se desenvolvem as várias quadras, em cada quadra nós temos uma tecnologia apropriada, uma tecnologia da região, logicamente que com as primeiras experiências nós observamos que normalmente cada região apresenta cinco, seis tecnologias que podemos dizer que conseguem competir no custo.

Nós temos aqui Curitiba, Brasília, Juiz de Fora, Cuiabá, Porto Alegre. Fortaleza começou, Salvador, São Paulo, Manaus e Bauru. A grande maioria já está negociada, já está em nível de desenvolvimento dos projetos específicos. Com Curitiba nós já assinamos o protocolo de alteração, eles já

tem o conselho local, já definiram as tecnologias, fizeram as licitações, a licitação necessária e eu vou distribuir no final um folder que foi do lançamento de Curitiba e eles já estão com o projeto e a implantação à caminho.

Isso aqui é um pouquinho para, eu acho que comunicar graficamente o que nós entendemos na descentralização.

Nós precisamos definir onde estão as diretrizes, quem é responsável? Quais são os segmentos responsáveis pelas diretrizes, pelas políticas, pelos planos globais? Aonde que estão os segmentos intermediários? E que papel que fica para cada um desses componentes desses parceiros? Porque são várias as esferas de interferência e de interface entre um segmento e outro, nós não vemos, acredito que todos nós aqui, essas ligações não são tão diretas, União, Estado e Município, nós temos uma série de interferências que estão intermediando essas parcerias todas.

Então, nós queremos mostrar que as vilas tecnológicas não representam de forma alguma a solução para o problema educacional, elas só indicam o caminho. Porque do momento em que se descobre que é possível fazer a casa, gastando menos, e nós já concluímos com a análise do Ministério da Ciência e Tecnologia que podemos economizar até 70%, então, nós não somos um país capaz de gastar mais ao construir um prédio, poderíamos fazer dois ou três.

Então, esse é o recado que eu estou dando pela Presidência da República.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Só uma dúvida aqui.

O SR. - Só duas perguntas. A primeira delas é quem financia esses projetos?

A segunda: Por que está vinculado a presidir a assessoria da Presidência?

Deixa eu explicar o porquê da pergunta. Porque inicialmente alguma parte do texto destituído dava uma idéia de todo gabinete de governo, tem um certo acompanhamento gerencial do conjunto do governo. O que é necessário para você ter um relacionamento qualificado com o seu Secretário, com os Srs. Ministros etc.?

Aqui me parece que a Presidência quer uma ação direta, ter um programa que disputa com o Ministério, ou seja, por que o Ministério não executa esse projeto? Você cria outro dentro do gabinete da Presidência uma avaliação, eu acho que a razão da pergunta é que eu acho que se multiplica e cria um problema.

A SRA. - Você quer que eu responda primeiro a dos recursos ou essa?

Como é um projeto pensado em parceria, o próprio Ministério do Bem-Estar Social faz parte do PROTEC. Ele não é um programa complicante com o Ministério, ele é complementar. E por que ele está na Presidência da República? Porque nós já sabemos que a questão do habitat não pode ser tratada dessa forma, sabemos que temos equívocos de estrutura administrativa.

Quando nós temos o PROTEC na Presidência da República nós temos uma facilidade de compreender e trazer os segmentos que participam da construção do habitat de forma mais rápida e como nós queríamos fazer

essa experiência nós acreditamos que não podemos mais deixar que o Estado venha sempre resolver o problema da habitação, mesmo porque ele nunca resolveu. nós resolvemos fazer essa experiência e essa experiência precisava de articular muitos outros segmentos, inclusive o da iniciativa privada, foi por isso que foi criado, o Presidente queria dentro da Presidência da República o PROTEC.

O financiamento. Como nós estamos ligados ao Ministério do Bem-Estar Social, estamos ligados ao Ministério da Educação, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e muitos outros, nós só queremos fazer uma articulação. Existem recursos e programas próprios desses Ministérios, nós queremos juntar algumas dessas coisas para realizar a experiência.

Então, um recurso que nós temos em vista tínhamos até era ligado ao Ministério do Bem-Estar Social do próprio habitat Brasil. Você sabe que com a retirada do IPMF ficaram os programas prejudicados, nós estamos vendo uma outra fonte possível, aliás, outras, uma delas é a utilização dos recursos da venda dos imóveis funcionais, que a própria Caixa Econômica também faz parte do programa, está vendo essa possibilidade e a outra são bancos privados que estão nos procurando com seus sistemas de financiamento.

O SR. - Eu tenho uma simpatia muito grande por projetos integrados que eu acho que eles tem realmente uma concepção, pega a saúde, pega a cultura, pega a educação, pega a parte urbana e tal. São por isso mesmo e num país com as características do nosso, não são projetos muito simples de execução, talvez por isso tem sido deferida a

Presidência da República com esse poder de coordenar etc., o acompanhamento do projeto.

Então, eu tinha uma pergunta a fazer: primeiro, no caso de Curitiba, que a área já foi definida, qual é a área por extensão?

A SRA. - Cinquenta mil metros quadrados. Nós distribuimos ao fazer a negociação que a gente primeiro reconhece o parceiro, vê se o parceiro quer jogar com a gente, vê se ele quer fazer essa experiência. Ele se aproxima já com alguma contrapartida, com alguma vantagem a oferecer. Então, o município entra sempre com a área, Curitiba 50.000m².

O SR. - A participação do município é a área?

A SRA. - É a área, o projeto, a partir das premências que nós oferecemos. E o projeto está sempre inserido na malha urbana, nunca é assim uma coisa isolada, porque esse é um dos princípios ue nós queremos demonstrar de possibilidades.

O SR. - Eu vejo aí, como disse com simpatia o projeto, o risco que eu digo é na sua implementação.

É o seguinte: eu já vi alguns projetos, começaram justamente na Presidência da República, dá força ao projeto, um deles eu me lembro bem, é na central de medicamentos quando o governo Médici criava a Central de Medicamentos, é o órgão da Presidência da República, depois foi passando por ministérios, depois para secretarias, não sei do quê e tal e hoje parece que estão acabando...

(Final do lado B - Fita 16 - Início do lado A - Fita 17)

... foram extinguidas agora.

Então, há o risco de maturação dos projetos, concorrendo contra o tempo, com uma tradição nossa do administrador que vem e joga tudo na lata do lixo como o anterior fez, sem saber se é bom, se é ruim, raramente a gente encontra alguém com essa capacidade de dar continuidade, de acompanhar a coisa toda, separar o que é bom e o que não é. Então, vocês precisam ter uma grande velocidade nisso para aumentar o número de parceiros, colocar realmente o projeto em andamento para tentar consolidar, senão do ponto de vista físico, mas pelo menos na mentalidade.

A SRA. MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS - Nós temos um cronograma que conseguimos até agora ficar com o cronograma em cima da lista, nós não perdemos nenhum minuto, temos tudo em cima da nossa idéia e até o final de 94 nós teremos de dez a doze vilas implantadas, elas estando implantadas elas vão ser absorvidas pelas sociedades, pelas comunidades locais senão absorvidas, assim o Presidente da República pode se retirar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu não sou especialista nessa área, portanto, não tenho muitas credenciais para falar, mas o que me agrada nesse projeto é que de certa maneira o simples fato de que ele já formulou a proposta e já diz que custa 70% menos para mim a sua missão já está cumprida porque, na verdade, você não tocou nisso aqui hoje, mas da outra vez que eu ouvi sua apresentação apareceu algo que me impressionou muito e que cola muito com a minha experiência de vida, com o que eu tenho observado na prática das populações de baixa renda desse País. É que na verdade o que é importante para a construção da casa popular é o preço do

materiais, porque fazer casa eles sabem fazer e quando você vai ver o custo desses BNHs da vida e dessas coisas todas, de caráter público, são custos gigantescos, porque na verdade não há estrutura para fazer casa popular, só há estrutura para fazer casa no mínimo casa de classe média.

Então, tem que ter o "play ground", tem que ter garagem, tem que ter uma quantidade de coisas caríssimas, o material é caríssimo, a gente sabe inclusive que o cimento que a gente está usando, que as pessoas comuns, simples usam é muito mais caro do que as empreiteiras usam, porque já é cimento importado. Então, você tem uma série de perversões na Constituição desse sistema que torna esse sistema muito caro, eu não sabia que era 70%, mas enfim, é uma coisa escandalosa.

A SRA. MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS - Ele chega a 70%, nós falávamos em 40%, aí fomos corrigidos pela própria orientação do Ministério da Ciência e Tecnologia que coloca outras perdas além do material.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Então, a idéia de você poder usar, primeiro, tecnologia local que eu acho muito importante, porque se você tem um determinado lugar já tem o "know how" de fazer aquilo, com madeira, agora estão usando bambu, bambu está na última moda, ver que é um projeto altamente ambientalista e muito barato, parece.

A idéia também que você não falou aqui, mas que eu acho que talvez seja a mais importante de todas, de abrir os bancos para financiamento de casas populares que as pessoas pagam, porque quem não paga a gente já discutiu esse problema ontem, quem não paga as dívidas em geral são os grandes, os municípios pequenos, o Zé Lino estava nos

ensinando ontem que paga as dívidas sempre e nos créditos também. o pequeno produtor rural ele paga as dívidas, quando ele tem acesso ao crédito, mas em geral, ele não tem.

Então, eu tenho a impressão de que esse problema está incluído aí, o financiamento da casa popular e as pessoas fazem as suas casas e o que seria então a contribuição do projeto, seria dar alternativas de modelos de casas e de comunidades.

A SRA. MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS - Do momento em que nós passamos o projeto, porque quando nós falamos no projeto urbanístico de parcelamento, o projeto da casa, já está repassado para o município, tem o projeto de gerenciamento, o projeto da ocupação.

Então, nós temos vários projetos que compõem, mas eles são feitos lá no município que conhece e sabe qual a tecnologia, qual a cultura local, não sei se nós podemos observar que as casas financiadas, os grandes conjuntos são todos iguais. Por quê?

Quando a casa é feita pelo dono, ela não é igual, porque ela é feita de madeira no Paraná, é feita de ardósia em Goiás, no interior ela é feita de taipa modulada, lá no Norte. Então, nós sabemos que existem tecnologias e não são tecnologias artesanais não, são tecnologias já próprias para consumo em grande escala. Nós não podemos perder essa oportunidade de deixar que a experiência negativa continue, no sentido dos grandes financiamentos sem retorno, a taxa de inadimplência é grande.

Outra coisa que nós podemos observar é que os grandes conjuntos, o dinheiro fica pelo meio, ele não é terminado, quando ele é terminado eu não tenho acesso, porque não tenho carteira assinada, porque

o nosso emprego nós não temos proteção nenhuma no emprego, alguém sai perdendo, normalmente é o Estado e quando é o Estado somos nós. Pode ver que as grandes empreiteiras jamais saíram perdendo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada, Maria Dalva.

Eu gostaria agora de passar a palavra ao Raul Milliet, para apresentar sua proposta sobre a ação social.

Só para lembrar que nós já tivemos um debate ontem sobre a lei orgânica, enfim, discutimos bastante, agora acho que vamos arrematar.

O SR. RAUL MILLIET - Eu não vou entrar na questão da descentralização, nas vantagens da descentralização, na defesa que tive a oportunidade de fazer, da desregulamentação das burocracias públicas, das necessidades evidentemente que com balizamentos próprios do município ter condições de criar os seus próprios tributos para fazer frente aos seus encargos, mas gostaria de entrar abordando um ponto que, por exemplo, eu comentava com o Deputado Eduardo Jorge, que me parece o ponto central que pode impedir uma descentralização eficaz que é o objeto central desse Seminário.

Eu me refiro à recessão e uma certa visão ortodoxa monetarista com o que se tenta combater o deficit fiscal do País hoje.

É comum, acho que todos nós temos consciência disso, que o primeiro termômetro da recessão no Brasil é medido pela arrecadação da Previdência Social, e que a crise de financiamento da Saúde, a própria crise de financiamento da Previdência tem como causa principal a redução do desempenho da economia, redução esta que vem ocorrendo desde 87, quando a partir desse ano, por exemplo, todo sistema previdenciário só

conseguiu segurar nas pernas através de um giro permanente e de malabarismos na aplicação de seus recursos. Sobre a questão específica da ação social alguns pontos me preocupam e eu gostaria de elencá-los.

Em primeiro lugar, seria a superposição de projetos e de atividades no âmbito do próprio governo Federal, no âmbito de alguns governos estaduais e no âmbito de grandes prefeituras, superposições perdulárias e superposições que impedem o planejamento mais eficaz e um planejamento mais voltado para as reais necessidades da população. Então, nós temos uma necessidade premente do que eu chamaria de ações integradas de política social ou de ações integradas de assistência social.

Outro aspecto se refere à descontinuidade de projetos que por ventura dêem certo. É com uma certa ponta de tristeza que eu vejo que alguns projetos executados no passado simplesmente mudam de nome, mas mantêm o mesmo conteúdo, ganham prêmios internacionais e são cópias de iniciativas anteriores.

Bom, não fosse somente uma desonestidade intelectual, uma apropriação indébita, mas também você perde um componente muito importante que é o componente da capacitação de recursos humanos, dos gerentes que participaram da etapa anterior e que por questões políticas são renegados a planos secundários e são substituídos à frente de determinados projetos. Isso eu poderia citar uma dezena de projetos e Estados de Sul a Norte do País, mas para não jogar lenha na fogueira só faço menção a este ponto.

Mas, basicamente, o que eu gostaria de abordar sobre a questão social estão anotadas aqui nestas linhas. A questão social não pode ser

discutida fora do quadro mais geral das políticas públicas, o limite de uma ação na área social deve compor o pano de fundo das preocupações dos seus formuladores, evitando na teoria e na prática a visão assistencialista tão combatida no discurso e tão presente no cotidiano dos gestores de programas no serviço público. Na verdade, analisar política públicas social, ação social, é uma tarefa que resultaria impossível se não nos dispuséssemos antes a discutir enquanto a ação de Estado no sentido mais amplo.

A política social pode ser entendida de formas mais variadas, conforme os modelos teóricos adotados desde aqueles que se opõem frontalmente a qualquer intervenção estatal como os não liberais conservadores, passando pelos que se degladiam entre uma atitude suspeita perante autoridades centralizadas e o reconhecimento da necessidade de planejamento econômico das reformas sociais até os que concordam quanto a efetividade da intervenção estatal e do coletivismo, em qualquer modelo teórico, contudo a ação social é encarada como intimamente vinculada à política econômica, seja de modo incorporado organicamente ao planejamento da ação ou intervenção do Estado, seja como pilar de sustentação de uma política econômica que precisa da planificação social enquanto elemento de pequeno plano.

Embora já tardiamente, é urgente reconhecermos que a formulação de uma política econômica tem implicações diretas sobre a qualidade de vida da população, objeto precípua da ação social do Estado democrático.

Quando a política econômica do Estado se distancia dessa consideração ou a coloque em segundo plano, induz a formulação de uma ação social tutelar que é o que assistimos em nosso País hoje.

Nesse sentido, diríamos que decisões em sua essência econômica como as referentes à salários e investimentos, quando não consideram reflexos nos índices de emprego, capacidade de satisfação de necessidades básicas da população, passam a contar com a ação social como tamponador dos efeitos perversos que geram.

Nesse modelo de planejamento a política social é chamada a opinar, entra no plano econômico unicamente como item despesa e uma despesa muito precária, só para citar um número, um percentual mais alto da Seguridade Social que a Assistência Social reconheceu nos últimos dez anos, atingiu a 2% no ano de 1986, seja do bojo da Seguridade Social, 2% em 1986.

Estados mais modernos tem considerado a política social como elemento constitutivo do plano de governo, evidentemente essa não é a panacéia para todos os males, mas trilha o caminho do reconhecimento da Seguridade Social como elemento constitutivo da ação do Estado.

Uma ou outra posição, evidentemente, tem implicações diretas na planificação econômica de governo.

O primeiro conjunto de medidas a ser analisado refere-se às fontes de financiamento da política de ação social ou assistente social, como queiram. E essas podem ou não ser orgânicas. E é preciso esclarecer que não está defendendo aplicação maciça nesta área de recursos, ao contrário, o que se deseja no Estado moderno é que a planificação econômica conceda

um tal peso ao propósito social que essa necessidade seja reduzida ao mínimo, porque comentava-se ontem que o objeto da assistência social é exatamente as minorias.

No Brasil isso se inverte, então, nós temos como objeto como quer, por exemplo, a lei de Suplicy, 37 milhões de habitantes. Então, ao invés de você priorizar uma política econômica eficaz você prioriza uma política compensatória em detrimento de uma política redistributiva.

Por outro lado, é urgente reconhecer que tal necessidade é constitutiva do modelo econômico, como tal financiamento deve ser orgânico do planejamento do governo, fazê-lo significa adotar a área social de um recurso para atender aos grupos que se encontrem desassistidos e sobretudo a tentar para os indicadores sociais que apontam as suas necessidades e dotar financeiramente os setores de governo encarregados dessas políticas específicas. Para tal não basta vontade política, é preciso vontade política férrea, porque há, reside exatamente aí o grande perigo do fisiologismo.

Já se diz que quando há escassez de recursos e abundância de necessidades, a satisfação dessas é uma enorme fonte de poder político e ao longo do tempo entidades como a LBA, como a antiga FUNABEM, o que nós estamos assistindo é exatamente esse fenômeno. Minorar a pobreza, reduzir a miséria, distribuir as rendas significa reverter um processo político longamente instaurado, significa reverter prioridades e administrar conseqüentes detrimientos e benefícios.

Quando a vontade política se alia ao reconhecimento da cidadania, o acompanhamento da execução de programas sociais de assistência é

entregue à população diretamente interessada, este é o caminho da descentralização. Entregar a ação ao poder público situado mais próximo da população que obviamente são os municípios, prefeituras ou entidades não governamentais.

Esta via vem restaurar o Estado democrático inserindo nele a cidadania integral, conceito que integra os direitos civis, políticos e sociais, estes compreendidos como o mínimo de bem-estar econômico e de segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilização de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. A participação popular nesses sentidos é fundamental.

Pensamos que esse mecanismo de controle só terá exequibilidade através do processo de redivisão e descentralização das execuções das políticas públicas que ainda hoje, apesar da Constituição estão distorcidas. União, Estados e Municípios concorrem irracionalmente, provocando superposições perdulárias que fora os pequenos e médios feudos políticos e que Estados do poder público não tem maior abrangência.

Uma redefinição na área das políticas sociais e mais precisamente na assistência social, deve atribuir às prefeituras ou entidades principalmente prefeituras, a execução da maior parte ou da totalidade dos seus programas, ficando o governo estadual com assessoramento técnico e o repasse de recursos além da execução em situações de caráter exemplar ou emergencial.

O planejamento de ações na área social que visa articular iniciativas públicas e privadas não podem deixar de lado essas questões. Em termos de sugestões eu diria o seguinte: até hoje não existe sequer um

centro de referência o que diria um banco de dados, para dimensionar as iniciativas e pelo menos cem principais, os cem maiores municípios brasileiros na área de assistência social. Isso dificulta o planejamento, isso estimula a superposição, um Centro de Referência que significaria conceitualmente um pré-banco de dados.

Eu acho que essa deveria ser uma atividade do Ministério, específico da área, por exemplo, seria um instrumento eficaz contra esse episódio lamentável que assistimos hoje no Congresso Nacional.

Esta proposta de você ter um Centro de Referência de projetos, possibilitaria que se acessasse em qualquer iniciativa estivesse tendo isso para um conhecimento mais específico e mais aprofundado das prefeituras, das entidades e dos recursos humanos envolvidos nesses projetos ou programas.

O outro aspecto que eu acho que é fundamental refere-se à radicalidade da municipalização, apesar dos 15 mil projetos que em 87 eram mais de 40 mil, fiquei me lembrando disso e que nós vemos hoje no âmbito do próprio Governo Federal um aspecto de um "pout courier" de programas e que nem uma simplificação de programas ocorre, dentro da própria LBA nós tínhamos, isso uma situação de uma certa forma perdura até hoje, desde creches até financiamentos de núcleos, empresas sociais, enfim, uma diluição de projetos como se os recursos fossem significativos.

Então, esses três pontos eu deixaria como sugestão. A necessidade de criação de um Centro de Referência de Programas e Projetos para evitar superposições e fraudes.

Dois, a fixação de um prazo para a transição de uma municipalização radical desses programas e projetos.

Três, a simplificação dos programas e projetos das entidades federais, estaduais e dos municípios de médio e grande porte.

Significação na doação, por exemplo, de creches, de programas para pessoas portadoras de deficiência, de programas para infância e adolescência e para terceira idade. Isso seria acno que mais do que suficiente, porque nós vemos é uma multiplicação de programas e projetos que acaba diluindo inclusive, a capacidade de recursos humanos nos técnicos existentes.

Eu sou plenamente a favor da extinção das entidades a nível do governo federal e a redistribuição dos seus funcionários para Estados e Municípios. Funcionários esses que diga-se de passagem, têm um acúmulo considerável de conhecimento, de experiência e poderão prestar serviços relevantes no âmbito da assistência social, nas pontas ou na capacitação de recursos humanos junto à programas estaduais e, principalmente, programas municipais.

Só isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada. Mares Guia.

O SR. WALDRIDO DOS MARES GUIA - Raul, eu estou ouvindo você falar aí e nessa questão de se concentrar escolher as experiências que são vitoriosas e simples.

Então, eu estava falando aqui com a Aspásia a respeito das APAES na medida em que você falou de crianças defeituosas, portadoras de necessidades especiais de atendimento. São experiências notáveis, lá em

Minas Gerais, por exemplo, nós temos 151 APAEs, elas funcionam com organizações não governamentais e nós agora adotamos um mecanismo muito simples, nós estamos passando para elas o mesmo "per capita" que nós passamos para as escolas estaduais, de dois em dois meses o mesmo valor que os alunos da rede estadual recebem, as APAEs recebem também. Além, são Associações de Pais e Amigos de Excepcionais e eles representam um atendimento de 75% da demanda de alunos portadores de necessidades sociais, na medida em que haja articulação de coisas que dão certo facilitariam muito a articulação do Estado, dos Municípios com a sociedade organizada através de organizações não governamentais de passar o dinheiro e dar o mínimo de acompanhamento importante e ele sabe pedir muito mais do que nós sabemos dar e a gente tem condições de fazer uma parceria espetacular nesse caso.

Sendo claro, acho que seria muito mais fácil você criar uma espécie de um SUDS para a Assistência Social pelo menos do ponto de vista do controle. Volto a dizer, vou ser chato em repetir, há necessidade da fixação de um prazo para a transição, visando a municipalização desses programas e projetos, senão daqui a dez anos nós estaremos na mesma mesa de trabalho discutindo essa mudança.

A SRA. - A questão que você coloca da assistência ao deficiente físico, é uma questão que me toca de perto no trabalho, embora aqui do Ministério, mas muito ligada a essa questão da política de definição das linhas gerais de diretrizes que tratam dos portadores de deficiência e com projetos também na área de arquitetura. Você acha que deve

centralizar? Nós não teremos nenhum problema na área de definição de política para o portador de deficiência?

O SR. WALDRIDO DOS MARES GUIA - Em primeiro lugar, é o seguinte: eu acho que em termos nacionais em que pese o esforço da CORDE, não há política para a pessoa portadora de deficiência, aliás, não há nem dados.

O IBGE no último censo iria incluir uma pesquisa por universo para chegarmos à conclusão se realmente temos dois milhões de deficientes auditivos e ao todo cerca de 15 milhões de pessoas portadoras de deficiências, mas na verdade não há uma política nacional a esse respeito.

Eu diria que a estadualização e municipalização dessas políticas para as pessoas portadoras de deficiência, melhorariam bastante esse atendimento.

Eu vou dar um pequeno exemplo: evidente que o Estado, o Governo Federal, a União, não precisaria se ausentar de atividades e projetos específicos.

Na DATAPREV nós abrimos um projeto de emprego e hoje a DATAPREV tem cerca de 140 pessoas portadoras de doenças sendo que 110 são deficientes auditivos.

Tentamos matricular os deficientes auditivos no INES, tentamos matricular numa escola para deficientes auditivos no Sambódromo. Não há vagas, há três anos não há vagas. A DATAPREV tem que montar as suas próprias classes de alfabetização para pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Na verdade, essa política mais global ela inexistiu e o papel do Governo Federal, no meu entender, de ser o de normatizar e no máximo apoiar Estados e Municípios na capacitação de recursos humanos, nesta política para pessoas portadoras de deficiência em todas as outras, como creches, atendimento à terceira idade, infância e adolescência etc.

Volto a citar o exemplo de Santos, o Ubiratan não estava quando eu cheguei a citar. Hoje eu digo que Santos, ele pode falar muito melhor do que eu, pelo simples ato de boa vontade entre o Governo Federal e Município, é hoje certamente por conta da municipalização de um próprio do INSS, nem da municipalização da cooperação técnica é hoje a cidade no País que atende melhor os acidentados de trabalho e que atende também melhor a pessoa portadora de deficiência, porque ao todo são 40 unidades que o INSS tem no Brasil para atender aos acidentados de trabalho, 19 Centros e 21 Núcleos de Reabilitação Profissional, sendo que todos, excluindo o de Santos, só atendem aos acidentados de trabalho.

Em Santos esse atendimento está universalizado, atende aos acidentados de trabalho e às pessoas portadoras de deficiência de uma maneira geral, inclusive desenvolver no programa pioneiro na área das pessoas com problemas mentais que é o famoso Projeto "Tan-Tan", em que diariamente numa rádio AM com índices razoáveis de audiência, os deficientes mentais fazem esse programa, mas ou menos dentro da linha pedagógica, digamos assim, da Dra. Nise da Silveira, que aproveitava a questão da pintura, Santos inovou aproveitando essas pessoas, digamos assim, na área das comunicações, ou seja, o exemplo de um município que cria sua própria política de atendimento com o apoio do Governo Federal que

simplesmente descentralizou um próprio que não funcionava de uma forma competente há mais de dez anos.

O SR. UBIRATAN - Eu não sei se é bem na área de ação social, mas de qualquer maneira essas coisas tem muita intersecção. Eu acho que essa questão da pessoa deficiente que o Raul levantou em Santos estão muito comunidade que reivindica bravamente.

No Congresso nós perdemos o recapeamento da avenida principal da cidade pelos "lobbies" dos deficientes, ou seja, foi nos grupos de discussões foram a volta vários itens, então, a montagem do Orçamento tinha um monte de coisa desde manutenção até investimento, então, é um pessoa bastante ativo.

Eu queria levantar uma outra questão que eu acho que tem um certo entulho legislativo para um problema, por exemplo, nós estamos fazendo um esforço muito grande na cidade, porque é uma das prioridades, a questão do desemprego.

Então, por exemplo, nós pegamos um empresário que tinha fechado uma confecção com 150 máquinas, estava fechado em Santos e montamos uma cooperativa de costureiras desempregadas, elas passam hoje a confeccionar todos os uniformes da prefeitura, da empresa de ônibus, da empresa de lixo e da prefeitura, então são 150 pessoas envolvidas nesse processo.

Fizemos uma cooperativa para a construção civil, estão construindo casas, não sei se os valores são esses, o projeto é outro, mas também são projetos, digamos, buscando alternativas de baixo custo, construindo com

tecnologia diferenciada também por uma cooperativa de construção civil montada nos bairros mais populares.

Para montar essa cooperativa, eles tem que entrar numa licitação pública, eles tem que participar, não basta gerar empregos, eles tem e as costureiras ganhar uma licitação para fazer uniforme.

Há uma legislação que se nós pudéssemos nessa fase de desemprego incentivar, mexer nisso com alguma velocidade, para nós é importante, está sendo, demora seis meses, eu não conheço...

O SR. - Para a pessoa portadora de deficiência?

O SR. UBIRATAN - Não, não. Por isso que eu estou falando, eu não sei se é uma questão apenas da ação social, eu estou entendendo isso que é uma questão, uma ação, um caso contra o desemprego, envolvendo pessoas de rua, por exemplo, sem moradia, formando cooperativas de carreiro, uma série de coisas e essas pessoas você tem que dar alternativas, porque cada 100 pessoas que você cria alternativas, 30 não voltam para onde estavam e 70 vão arrumando alternativas de sobrevivência de vida.

E num instrumento interessante, para algumas cidades pelo menos, é essa questão da formação de cooperativas de trabalhadores e tem uma legislação complicada para você montar isso e meio impeditiva que desestimula isso, por exemplo, questões de vínculo trabalhista, é uma complicação, eu acho que uma ação muito ligada à ação.

Há necessariamente intervenção, eu acho uma política nacional que facilite os mecanismos de associação de pessoas, está certo, é como se virasse uma pequena empresa, que é a cooperativa e isso é um problema enfrentado em São Paulo, por exemplo.

O SR. Ubiratan, não me parece que seja um problema de legislação. Eu vou lhe dar o exemplo de Olinda, que o Ricardo está aqui e conhece muito bem.

Em Olinda foram criados grupos de produção, duas olarias, dois grupos de artesanato produzindo coisas típicas da cultura pernambucana e a própria prefeitura, as próprias associações de moradores, das 6 favelas que compunham o projeto, pactuaram e a própria prefeitura comprava a produção dessas duas olarias e desses dois grupos de produção artesanais.

Um outro aspecto, foi montado um circo com meninos de rua. Esse circo hoje se apresenta, quem conhece Olinda e gosta de forró no "Noites Olidenses", da mesma maneira no Rio de Janeiro, um projeto de capoeira desenvolvido pelo "Circo Voador", formou em termos de meninos de rua cerca de 40 capoeiristas, dos quais 18 hoje se apresentam na noite do Rio de Janeiro.

É claro que são projetos compensatórios que não vão resolver a situação do menino na rua esse sim de número assustador diferente do menino de rua. Esse com o número que acredito que no País todo não ultrapassa a 50 mil, há uma diferenciação menino de rua e menino na rua. O menino na rua é aquele que está lá para complementar a renda familiar.

Mas, então, acho que com as prefeituras e governos estaduais tomando medidas simples e integradas, principalmente integradas, tudo ficaria extremamente mais fácil.

Uma das coisas que mais me impressionou e a Aspásia se lembra disso muito bem, foi quando eu assumi a Subsecretaria de Projetos Sociais do Estado do Rio de Janeiro, e vi que os projetos apareciam em "zig-zag", já

citei isso, fizemos um documento que aqui está por acaso de ações integradas de assistência ao menor. Chegamos à conclusão do número imenso de funcionários atuando nessa área e nada foi feito.

Então, eu acho que alguns passos informais e outros passos no âmbito do Legislativo precisam ser urgentemente tomados. É muito difícil porque a assistência social ainda é um campo fértil para o fisiologismo no nosso país, inclusive quando o próprio Ministério específico para a Assistência Social foi criado independente do seu Ministro, que é um cidadão de bem e que não tem uma prática política fisiológica, ficou evidente pela sua própria composição, pela sua própria estruturação iria acabar redundando num fisiologismo, porque a verdade hoje é que a Constituição integra a Seguridade Social e nós temos hoje quatro Ministérios vinculados à Seguridade Social, o que dificulta inclusive a administração desses recursos, se nós tivéssemos um Ministério só o trabalho da Seguridade Social ou o Ministério da Seguridade Social integrando a Assistência Social, Previdência, Saúde, basicamente esses três pontos, a gestão desses recursos seria muito mais fácil e nós não assistiríamos aquele episódio triste da briga entre o Ministro Antonio Brito e o Ministro Jamil que vimos há pouco tempo, ao contrário, um Ministro só teria o cuidado de sair em campo e lugar inclusive no âmbito do Orçamento para uma suplementação de recursos, como aconteceu inúmeras vezes anteriormente.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu vou pedir para você para a gente passar para o saneamento e depois a gente no final volta para discussão, porque a Dilma não pode ficar fora, já são 20 para às 7, eu queria que você já depois de toda essa discussão, Dilma, eu acho que você já

sintetizou aí este trabalho que todo mundo recebeu e que eu acho que traz um desafio especial, porque o saneamento a gente já entra na área da infraestrutura.

Eu gostaria imensamente de ter podido fazer aqui uma discussão mais forte sobre a questão da infra-estrutura que eu considero inclusive que é uma área que tomando um pouco as idéias do Marinho, que é a área para mim explica em 60%, em 70% a natureza da crise brasileira, que na verdade neste País nós não sabemos qual deve ser ainda o papel do Estado na infra-estrutura, essa é a verdade.

Então, a grande questão da privatização, enfim, do tamanho do Estado, da coisa neoliberal o da coisa mais intervencionista passa por uma definição mais clara do que deve fazer o Estado no País continental na sua infra-estrutura, basicamente é isso. Porque a idéia da segurança que deve tratar dos pobres, que deve educação e saúde isso ninguém discute, mas a gente vai discutir um bocado se o Estado tem que entrar na energia elétrica, enfim, na energia de um modo geral, se entra na área de infra-estrutura, saneamento, de transportes, eu acho que é isso que dá muito tom da crise do Estado brasileiro.

Então, eu acho que é um problema grande demais para um fim de tarde como esse, mas o saneamento não pode faltar aqui no nosso debate.

A SRA. DILMA SELI PENA PEREIRA - Aspásia, obrigada.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Aspásia, eu acho que em dois minutos eu poderia fazer apenas alguns registros, porque aí nós encerraríamos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Só se todo mundo se comprometer de ouvir a Dilma. Ninguém deixa ela sozinha. Então, dois minutos.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Eu só gostaria de fazer alguns registros.

Eu acho que o diagnóstico feito pelo Raul realmente é um diagnóstico que nós temos pouca coisa a acrescentar, porque é o diagnóstico que está aí a assistência.

Exatamente porque nunca foi encarada como uma política pública. Isso nada mais é do que o Estado que sempre se definiu como fazendo assistência, como se fosse esmola e todos agiram dessa forma até hoje com a assistência. Esta é a realidade, ela nunca foi encarada como a possibilidade de se prestar os verdadeiros serviços públicos nessa área. Então, na medida em que eu vou colocar isso como serviço público aí eu vou tirar o espaço do fisiologismo.

Quanto ao orçamento com os 400 milhões de dólares desses benefícios, mais os 213 milhões de dólares que é o que se gasta hoje na assistência a nível de orçamento, isso significará 1,37% do orçamento da Seguridade.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Quanto é o orçamento que você falou? Quatrocentos milhões de dólares para benefícios, não é?

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Com o novo benefício, porque sem o novo benefício, você excluindo o novo benefício vão custar 400 milhões de dólares, com quem já gasta muito mal com a assistência o

impacto vai ser de 0.6% ao orçamento. Não existe orçamento para Assistência Social.

As ações, claro, superposição de projetos, você não tem uma política definida em área nenhuma, você tem algumas políticas já nessas definidas, aliás, acho que exatamente na área da CORDE, que tem tentado fazer um trabalho exatamente de coordenar junto com as outras áreas, é o único segmento que está envolvido com a assistência, que está fazendo esse trabalho de uma forma a um trabalho junto com as outras políticas públicas na área da educação, na justiça, na agricultura, enfim, a única que tem começado a desenvolver um trabalho que seria do federal, a meta seria que todas aquelas outras áreas federais que estivessem vinculadas com a assistência já estivessem fazendo o que a CORDE está fazendo hoje, não é realidade, a LBA administra...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - André, eu vou pedir a você para encerrar, porque estão saindo a turma, a turma que tem que pegar o avião daqui à pouquinho estão saindo, se você pudesse, só encerrar.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Aspásia, então dois minutos. Eu só queria dizer o seguinte: com relação a CORDE, eu concordo...

(Debate paralelo - fora do microfone - inaudível)

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Veja bem, nós discutimos ontem, vocês falaram muito ontem, muito não é o problema, o problema é a Dilma. Como é que eu vou deixar o saneamento fora disso? Não, é um problema moral meu com você, eu não posso deixar você sem falar. Diga e a gente volta.

A SRA. DILMA SELI PENA PEREIRA - Aspásia, frente realmente ao adiantado da hora e o compromisso de todo mundo pegar avião, eu vou fazer um resumo muito sintético da forma como nós estamos estruturando dentro dos projetos de modernização do setor saneamento e juntamente com alguns núcleos de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, da FIPE de São Paulo, do IBAN, se tudo der certo, acho que vai dar e com outros setores, alguns institutos de pesquisa para repensar a questão específica do saneamento básico, mas naturalmente dentro de uma óptica de infra-estrutura.

O saneamento enquanto infra-estrutura não tem uma especificidade tão grande que demanda como uma forma única específica de intervenção. Os avanços que nós conseguimos poderão naturalmente serem reaproveitados e readaptados para outros setores infra-estruturais.

A questão central que a gente coloca é a seguinte: de um lado é preciso que haja a descentralização, eu preciso qualificar essa descentralização. Descentralização não significa o oposto do modelo que existia antes que era o PLANASA, o PLANASA foi um programa consentâneo com a sua época, ele foi um programa gestado na época do regime autoritário e, portanto, ele tinha uma estrutura verticalizada.

Foi um programa eficiente? Foi. Conseguiu num período curto de tempo levar o abastecimento de água urbana para níveis importantes.

Então, qual é o desafio de hoje? O desafio de hoje é criar-se uma *organização institucional em que fortaleça o poder de opção do município*, o município tenha condições de optar por uma forma de prestação de serviços

ou por outra aquela que os seus municipais e sus Câmaras de Vereadores e o seu prefeito assim desejar.

O que significa isso? Significa nos passarmos de duas formas prestação de serviços hoje existentes, hoje ou a concessionária estadual presta serviços ou o município presta autonomamente com sus forças econômicas, recursos humanos etc.

A idéia é você flexibilizar, se criar um ordenamento institucional que se possa flexibilizar essa prestação de serviços, em outras formas de prestação sejam minimamente, Ubiratan, para não te aborrecer muito, minimamente regras, institutos jurídicos que permita que os prestadores de serviços que poderiam ser, isso está em estudo, nós devemos colocar para debate a partir de janeiro do próximo ano, que poderiam ser consórcios de municípios, eu acredito que o desafio do planejamento regional metropolitano, o consórcio de municípios vinculados à bacias hidrográficas permanecem.

Embora tenha havido, como bem colocou Lúcio Alcântara, o insucesso do planejamento metropolitano eu acho que não é uma idéia para ser abandonada, nós temos que retomar isso dentro de um novo encontro.

E qual é o novo enfoque? Um enfoque de não tentar criar um quarto nível de poder, mas criar uma instância de prestação de serviços estritamente em que Estados e Municípios reservem o seu poder constitucional, o seu poder enquanto ente federativo.

É um desafio? É.

É possível? É, porque em outros países fazem, então, uma forma seria manter a concessionária estadual com outro papel, com um papel menos autoritário, com um papel menos centralizador, consórcio de

município seria outra forma, associações comunitárias especialmente para pequenas comunidades rurais, para pequenos municípios, empresas regionais especificamente, empresas municipais e a empresa privada.

Eu creio que há uma disposição do setor privado em contribuir nessa fase atual para a restauração da infra-estrutura do País.

Nesse sentido, o que caberia nesse ordenamento institucional? Caberiam e isso é uma proposta que está em discussão, as regras mínimas inerentes a cada forma de prestação de serviços de um lado e, de outro, as regras mínimas que permitam ao município migrar de uma forma para outra.

Se é um problema para a concessionária estadual e hoje há muito, qual é a regra que o município tem que cumprir e a concessionária para que ele migre para uma outra forma que melhor lhe convier.

Nesse sentido, a gente tem um desafio, que é zerar o que hoje existe. A concessão que foi feita há vinte anos, quando a criação do PLANASA estabeleceu regras muito rígidas e o município hoje se vê impossibilitado de sair da concessionária estadual quando ele chega ao Presidente na concessionária e diz que não está satisfeito, que gostaria de reaver a prestação de serviços do saneamento, na maioria dos casos o que tem se colocado é o seguinte: então, me pague os antigos. O que é impossível, não é por aí. Nós temos que identificar juridicamente uma regra que zere essa pendência e se começa de novo.

Alguns juristas estão trabalhando nessa questão, alguns dizem que além de sociedade anônima hoje existente permite, outros dizem que não. Está aí uma questão para ser resolvida e ser discutida.

Então, essa questão da migração é uma questão importante. O que esse sistema possibilitaria? Possibilitaria uma diversificação de organização para prestação de serviços de saneamento básico, isso de um lado.

De outro lado tem uma questão fundamental que é o papel do Estado, o principal papel do Estado na questão da infra-estrutura que é a regulação. Há que haver uma instância governamental que regule a prestação do serviço público. O que é regular? É proteger o usuário de abuso dos prestadores de serviços, seja ele uma empresa municipal, seja uma empresa privada, as regras valem para todos. E abusos tanto existem no setor privado quanto do setor público também.

Então, seria um sistema de regulação da prestação de serviços que protegeriam o usuário quanto a três aspectos básicos que estão identificados até agora: a qualidade da prestação de serviços, custos justos e a qualidade no caso específico do saneamento, a qualidade da água.

Teria que ter aí de novo - com o perdão do Ubiratan -, teria que ter um corpo jurídico e uma entidade reguladora da prestação desses serviços, isso é um aspecto que no Brasil está pouco discutido, mas nós temos que avançar nessa questão da regulação, que é o papel importante dos governos.

Eu creio que, só em termo de provocação, eu acredito que essa regulação especificamente da prestação de serviços de saneamento deve ser feito a nível estadual, não creio que deva se feito a nível federal, eu creio que deva ser e nesse momento a gente pode evoluir na discussão, mas eu creio que deva existir em cada Estado uma entidade, cada Estado determina a sua melhor forma, discute e descobre a melhor forma, uma entidade reguladora

da prestação de serviços, que faça esse intercâmbio entre os prestadores que é um conjunto de prestadores e o usuário.

O Estado também dentro desse ordenamento institucional a gente acha que deva ser o responsável pelo planejamento da infra-estrutura a nível local.

E a União, dentro desse processo, que papéis ela teria? Um de organizar um sistema de financiamento para o setor, esse sistema de financiamento a gente acha que deva ser autônomo o máximo possível, deve buscar incorporar às poupanças existentes e disponibilizá-las através de algumas engenharias financeiras para os prestadores de serviços.

Então, uma associação comunitária poderia legalmente constituída dentro das regras, teria condição de acesso a uma fonte de financiamento. Isso naturalmente vamos ter que estudar, vamos ter que discutir, estamos convocando alguns economistas importantes para ajudar a pensar nessa questão.

Eu acho que é uma questão impostergável.

Uma outra questão que eu não posso deixar de falar, Lamounier, embora a sua pressa, é a questão do subsídio, a questão especificamente do saneamento básico, exige um subsídio e aí nesse caso eu creio também que é uma tarefa de Estado que é garantir o acesso...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Estadual ou federal?

A SRA. DILMA SELI PENA PEREIRA - Eu acho que tem que ser compartilhado, porque é uma infra-estrutura cara e deve ser compartilhada entre os três níveis.

Fundamentalmente a União, eu creio que ela deva buscar a equidade entre regiões, ela deve fazer com que o investimento chegue mais acessíveis a Estados mais pobres do que em outros mais ricos. Isso já se faz de alguma forma dentro do FGTS, mas foi manipulado e quando você pega a lei e pega os recursos alocados uma não bate para outra, há que haver um mecanismo em que a União possa exercer efetivamente esse papel de equidade. E eu acho que a equidade entre as pessoas deva ser uma atribuição mais local mesmo, porque é aonde tem condição de identificar a família mais carente etc.

Em linhas gerais o que nós estamos pensando dentro do nosso grupo de trabalho sobre a questão do saneamento básico é isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Que lei é essa que você andou barrando por aí?

A SRA. DILMA SELI PENA PEREIRA - Não, eu não barrei, eu tenho uma discordância com a lei da política de saneamento que está no Senado Federal. É uma lei do meu ponto de vista, que não avança nas questões fundamentais, por exemplo, não avança na questão do financiamento do setor, não avança na questão do financiamento e não avança na questão da definição das competências.

A lei da política de saneamento que está no setor ela começou a se discutir e eu acho que vale a pena um retrospectozinho logo no início do governo Sarney, logo na extinção do BNH, então, estava naquele afã da descentralização e naquele momento a criação de conselho era uma coisa muito importante, e na verdade a lei não centraliza, ela não descentraliza, ela

é centralizadora, porque cria um conselho a nível federal enorme, com 300 participantes para definir a alocação de recursos de um Fundo Federal.

Então, quer dizer, esse é um arranjo que nós já vimos que tem dificuldades enormes de subsistir de um lado, de outro lado, essa lei não avança na questão fundamental, Aspásia, que é a questão da discussão das competências da União, Estados e Municípios na prestação de serviços públicos...

(Final do lado B - Fita 17 - Início do lado A - Fita 18)

Então, eu creio que a gente iria atrasar a discussão efetiva por no mínimo três anos, até que se provasse para os interessados, basicamente lobistas, que aquela lei não pegou, quer dizer, a gente levaria aí uns três anos patinando e discutindo a lei.

Então, eu creio que esse momento é um momento importante para que a gente consiga no Senado uns seis meses de prazo para colocar uma proposta concreta e creio e outras pessoas também que estão discutindo conosco, creio, que consentâneo com o momento atual, com toda essa revisão, com a questão da federação. Em linhas muito gerais e muito sintéticas, é essa a questão que eu queria colocar.

Obrigada.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Está aberta a discussão, Ação Social de Saneamento.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Mas Aspásia, a assistência está acostumada a esperar, você sabe disso, não é? Isso já é

prática da paciência, graças a essa paciência que nos estamos aqui hoje, você vê que naquela oportunidade que nós levamos o nosso espanhol lá a gente aproveitou uma casquinha da reunião para dar algumas informações para você e você com muita gentileza nos convidou a estar aqui e estamos com muito prazer realmente, porque é uma oportunidade rara de nós estarmos aqui francamente dizendo e ouvindo coisas que estamos tentando construir juntos.

Mas, como eu dizia, a análise que o Raul faz é uma análise que não tem o que acrescentar muito, porque realmente é essa constatação. Essa desorganização que está imposta pela sua própria estrutura.

Há dois meses, pela primeira vez nós colocamos juntos numa mesma mesa do Ministério, a Secretaria de Promoção Humana, a LBA, a CORDE, o CBIA e o CNSS. Foi criado o Ministério do Bem-Estar Social, da Ação Social, ainda está vinculada à Legião Brasileira de Assistência, foi criada ali uma Secretaria de Promoção social simples.

A Presidente da LBA que deveria estar subordinada ao SUDS, até porque por ser um órgão, era privilégio do Presidente da República, jamais tiveram entendimento entre Ministro e a Presidente da LBA, isso o País inteiro assistiu.

Então, é impossível você fazer qualquer tipo de ação razoável num quadro desse em que nós herdamos, porque Ministério da Ação Social e Ministério do Bem-Estar Social mudaram-se algumas peças para essa estrutura permanecer.

Então, quando veio a discussão da Lei Orgânica e nós tentamos trazer o princípio da descentralização, que o nosso Deputado Lúcio Alcântara

acona, nós também achamos que a lei prevê exatamente a descentralização, é a única solução possível, porque nós vamos ficar no nível federal, porque a Constituição diz: coordenar e normatizar, e só. Porque a execução direta não tem sentido nenhum nem capacidade de fazer.

Então, eu só vou propor algumas coisas com relação à superposição de projetos, é decorrente da superposição dos órgãos, a LBA cuida de infância e adolescência, a portadores de deficiência, normatiza e coordena ao portador de deficiência, a promoção humana, distribui verbas, subvenções para o idoso, é uma coisa que não dá para descrever, se vocês conhecessem mais por dentro vocês ficariam mais horrorizados do que conhecem por fora.

O quadro do Conselho Nacional de Serviço Social...

O SR. - André, só um instantinho, eu tive oportunidade de em 87, 88, ser Secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência e esse quadro não é de agora e eu infelizmente conheci esse quadro de dentro e não tive poder político para mexer o que eu gostaria de mexer.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Então, nós vamos mexer juntos agora.

O SR. - Evidentemente não posso abrir mão de ser veemente quando me é facultado o direito de ser.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Claro e acho que essa força de denúncia é que fazem com que as respostas a essas denúncias seja pelo menos tentadas. Nós não temos solução para o problema, acho que

nós estamos começando a encaminhar isso e num processo de muita discussão e com muita resistência.

Eu queria acrescentar só mais algumas coisas. As descontinuidades de projetos sem dúvida elas acontecem até pela mudança das pessoas e porque esses projetos também são concebidos por algumas cabeças e não estão vinculados às realidades que de fato ocorrem.

Então, muda-se as cabeças, os projetos nem chegaram às portas, então, eles morrem antes de chegar, quase todos, participação do orçamento, antes era melhor.

Dois, hoje é 0,60 e alguma coisa e se nós conseguirmos estes dois benefícios irão para 1.37.

A descentralização nós previmos, acho que a sua preocupação é efetiva, nós estabelecemos um prazo na proposta de projeto de lei de 36 meses para que o Estado atuasse supletivamente ainda o Congresso reduziu para 12 meses. Eu acho que 12 meses realmente é um prazo que nós vamos estabelecer como meta, mas acho difícil de se completar, porque é um prazo muito curto e isso depende bastante de um trabalho de parceria, de negociação, de fazer uma nova mentalidade, principalmente na ação dos municípios e dos Estados e mais, não só isso, com os nossos 10 mil funcionários que nós entendemos perfeitamente que tem que ser repassados, claro, mas de uma forma resguardar o que eles tem de história, de cultura, de conquistas dessa área que são as pessoas ue fizeram assistência e todo esse atendimento especial que é feito também. Critério de distribuição de recursos, nós atacamos fundo nisto.

Hoje ainda há um funcionário do Ministério que veio nos questionar, como é ue ficarão as subvenções para aquelas inscrições que não conseguem andar sozinhas. Isto não pode existir uma instituição que de vez em quando chega ao Ministério e pede o dinheiro para ela sobreviver, não pode existir esse tipo, é uma diferença, uma instituição que esteja estabelecida e que necessite de um convênio, porque tem tantas crianças e há um repasse, isso é outra história, se tem um convênio, mas muitas delas não acontecem isso, existem ou não existem a instituição chega-se aos órgãos do Ministério, o Congresso, consegue-se as subvenções e com as subvenções elas vão sobrevivendo. São figuras que nós não temos nem como caracterizar e são reais.

Quanto ao assessoramento técnico parece que seria um dos atos mais presentes que deve ficar por conta da União. Eu acho que nesse processo de repasse nós vamos ter que preparar os recursos humanos para que efetivamente os Estados e os municípios assumam aquilo que o Estado hoje executa diretamente, mas não é só isso, fazer com que os Conselhos realmente funcionem, com que eles sejam realmente paritários, com que eles possam ser o centro de decisão e definição de política também de controle social sobre essas ações, também na elaboração dos seus planos e programas a níveis locais, evitando exatamente, será que não é possível colocar numa mesma mesa na Rocinha as não governamentais, Estado, do Município, para que verifiquem como é que vão ser as ações, que serviços vão ser ali instituídos. Até porque você terá um recurso comum que poderá ser ali discutido, porque se tem instituições riquíssimas, instituições que não sobrevivem, essa discussão nós temos ue levar para as pontas.

Participamos recentemente de um Seminário com o FIBIEX. FIBIEX são aquelas instituições com fins lucrativos ou privados que também atuam na área de portadores de deficiência, preocupadíssimos, por quê? Mas nós somos algumas com fins lucrativo, o serviço vocês vão continuar prestando, só que o pólo de contratação com vocês não vai ser num gabinete de Brasília, vocês vão prestar serviços para um conselho municipal para a prefeitura municipal, ali é o seu lugar, onde se por ventura não existir instituições da sociedade que façam graciosamente esse trabalho tem que ser pago é o conselho municipal que vai indicar, nos não temos como decidir sem gabinete, porque é uma freqüência visitar gabinetes por conta das subvenções, por conta de convênios que não é possível se administrar por aqui.

Mas eu acho que o outro ponto que você ressaltou é prazo de transição, nós prevíamos 36 meses, mas foi reduzido para 12. Eu acho que isso poderá ser uma tentativa de início de trabalho e se no final dos 12 não der vai ter que ser prorrogado, infelizmente.

A definição de programas, claro, eu acho que a primeira coisa que esse Conselho tem que fazer, até porque compete ao Conselho a definição da política, é a política de assistência que não existe. Hoje nós não temos ela configurada em documento nenhum, algumas esparsas, mas você não tem.

E, mais ainda, você falou de um Centro de Referência. É bem isso que nós entenderíamos que deveria ser um órgão a nível federal, um Centro de Referência, um Centro de Pesquisa, um Centro de Dados, um centro que preparasse os agentes da assistência no País como um todo e nada mais do que isso.

Mais ainda, a simplificação de projetos, você falou isso?

O SR. - É.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRE - Eu acho que na área de idoso, na área de criança e adolescência, portadores de deficiência, enfim, realmente, enfim, deve ser poucos, de zero a seis, enfim.

Por último, nós estamos com um grupo formado há 60 dias para propor exatamente o reordenamento institucional das áreas para ver se conseguimos um consenso interno.

Foi exatamente a primeira vez que nós colocamos o Ministério na mesma mesa, nunca havia acontecido isso, o Ministério já de três anos. E o último dispositivo, a última sugestão eu só não estou distribuindo esse trabalho, porque nós vamos fechar amanhã e o Ministro deverá fazer o encaminhamento na segunda-feira, então na terça nós já poderemos até encaminhar e querer ter sugestões.

Mas o último dispositivo disse exatamente o seguinte: isso vai ser discutido, mas eu estou me permitindo responder a uma das suas questões.

Os servidores lotados e em exercício do INSS pode se emenhar à LBA, passarão de estudos referentes à sua locação ideal redistribuído o excedente para outros órgãos do Poder Executivo da União, ainda mediante autorização legal que nós vamos ter que fazer isso e através de convênio colocado à disposição de Estados, Municípios e Distrito Federal. Isso eu acho que responde aquela preocupação dos mais de 10 mil funcionários ue nós temos, que nós vamos ter que dar um tratamento razoável ou correto para essa situação.

O SR. RAUL MILLIET - Aspásia, só um instantinho. Eu fico contente, porque eu vejo que há um ponto de convergência em quase 100% dos assuntos levantados. Eu realmente fico muito contente. Quando eu me refiro ao prazo, não o prazo legal, eu até pensei que tivesse uns 36 meses. Mas só que a gente sabe que 36, 12 etc., são prazos no papel, 36, 12 etc. O que você tem que mais ou menos dimensionar é um prazo real do que será possível executar, porque nós sabemos que 36 talvez fosse pouco, 12 meses certamente é muito pouco, mas há que se pensar num prazo real, não num prazo formal.

O SR. ANTONIO MASSARIOLI ANDRÉ - Raul, tem alguns prazos nós tentamos colocar na legislação o mecanismo de prazo com a rápida implantação do Conselho, com a regulamentação de como deverão, isso vai forçar um pouco, até porque nós teremos as pressões das instituições, porque elas demandarão uma série de decisões do Conselho e se elas não tiverem organizadas acho que dá para se pensar nisso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada, eu queria te dar um cortezinho, porque tem três que vão sair e que querem falar.

O SR. RAUL MILLIET - Só um instantinho, Aspásia. Como sugestão uma forma que nós encontramos na época de simplificar um pouquinho foi trabalhar bastante junto com as Secretarias de Trabalho, Ação Social, congêneres dos governos estaduais, simplifica bastante e os resultados na época foram positivos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

José Lino.

O SR. JOSÉ LINO - O saneamento é o tipo de serviço que tradicionalmente é um serviço municipal, por tradição. Mas que aí há uns anos com a criação do PLANASA decidiu-se desmunicipalizar esse tipo de serviço.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Isso quando?

O SR. JOSÉ LINO - Isso foi com a criação do PLANASA, em 1968.

Então, o PLANASA que era o único Fundo do financiamento de saneamento, o único Fundo que financiava, estabeleceu como condição que município não participaria do financiamento, é uma política deliberada de centralizar.

O PLANASA realmente deu uma contribuição como falou a Dilma de progredir e aumentou o atendimento à população sobretudo no que respeito a água, o esgotamento sanitário nem tanto, mas de fato fez um progresso muito grande, mas de uns anos para cá tem havido muita queixa com relação ao serviço que as companhias prestam.

Então, o prefeito se queixa que as prioridades não são as prioridades do seu município, mas as prioridades do governo federal, se queixa também do governo estadual, mas também se queixa quanto ao preço do serviço, a qualidade do serviço, muitas vezes muitos prefeitos se queixam para perder uma determinada área do seu município, ele faz o investimento que tem que doar aquele investimento à companhia estadual, investimento esse que agora a companhia estadual, quando ele fala em deixar o sistema a companhia estadual quer que ele pare.

Então, são essas coisas que a centralização acaba provocando. Então, acho extremamente oportuno e esse acho que é um projeto importantíssimo de criar as alternativas para que os municípios que queiram, possam sair do sistema e sair bem, então, eu acho que esse é um projeto da maior significância, extremamente importante, só tem que encontrar os meios de um município se desligar bem do projeto. Acho que isso é importantíssimo.

Eu gostaria de voltar um pouquinho atrás também muito rapidamente sobre o sistema de descentralização da saúde. Acho que esse é um projeto belíssimo e eu acho que nós tivemos aqui três exposições primorosas.

O Solon que fez uma descrição do sistema, tivemos o Lúcio ue então complementou o quadro que ele pintou e de uma forma magistral o Deputado deu as orientações políticas do sistema. E o que eu acho mais importante nessas orientações políticas é a tentativa de promover a equidade, eu não acredito que nós vamos ser uma sociedade civilizada sem o elemento equidade.

Então, o Sistema de Saúde, o SUS, caminha para isso. E eu tenho acompanhado com o maior interesse o SUS, primeiro porque trabalho no IBAN, então, me interessa tudo que diz respeito à descentralização, à municipalização etc.

E também, porque o primeiro emprego ue eu tive depois que eu me formei, eu não sou da área médica, foi numa Secretaria Estadual de Saúde, então, sempre me interessei pelas questões de saúde. E o SUS, onde ele tem sido implantado, o testemunho que eu tenho tido é que ele é um

sucesso, um sucesso, não um sucesso absoluto, mas relativo em relação ao que nós tínhamos, um sucesso em racionalidade e melhoria do atendimento à população, é um projeto que tem poucos anos de prática. Então, nós teríamos que ter mais tempo para ir aprimorando, acho que as questões gerenciais que o Dr. Lúcio levantou são questões fundamentais, mas é com o tempo que nós podemos suplantarmos essas questões.

Um registro que eu faço, acho que a saúde e a municipalização, a descentralização da saúde é um projeto que está avançando muito mais rápido do que a municipalização da educação, quando eu comparo um e outro a saúde está indo muito mais rápido, e uma explicação que eu encontro para isso é porque o pessoal de saúde pública, não médico de consultório, mas o pessoal de saúde pública, tem o compromisso com a municipalização da saúde, há um compromisso muito forte e isso eu acho que tem levado à ganhos.

Eu vi um dado outro dia que já tem seiscentos e não sei quantos municípios com o SUS implantado, que é um número muito expressivo e eu tenho tido testemunho, testemunho inclusive de médicos que resistiram e que me disseram, não é um caso não, vários que dizem: olhe, para mim não foi muito bom não, mas para o paciente foi. Então, é extremamente interessante.

E a última palavra que eu diria, Professora, é que foi um grande prazer estar aqui ontem e hoje, eu senti muito que de manhã eu não pudesse estar aqui, a gente só foi extremamente feliz no momento de realizar esse encontro, extremamente feliz na escolha dos temas que vieram para debate e extremamente feliz nos expositores que a Sra. trouxe aqui, fiquei encantado com as exposições, com os debates que eu assisti aqui, eu lucrei muitíssimo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu fui extremamente feliz de ter você aqui com a agente, porque o IBAN é o nosso superego descentralizador.

O SR. - Eu como outros tenho que pegar o avião agora para Fortaleza, mas eu gostaria de fazer alguns comentários aqui sobre algumas coisas que foram ditas recentemente e outras mais anteriores.

Primeiro, falou-se aqui sobre a criação de município. Eu acho que é boa essa descentralização, mas eu acho que há muitos abusos na criação do município. Quando eu penso por exemplo, lá em São Paulo queriam fazer de Santo Amaro um município e queriam fazer da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, um município, eu não vejo sentido nenhum nisso. Eu acho que está até na Constituição como iniciativa do Dornelles, na época, quando ele fala em unidades políticas geográfica que era justamente para evitar o problema da Barra da Tijuca.

Então, lá no Ceará, acho que o Ceará é proporcionalmente o Estado que tem menos municípios, porque houve uma lei recente já do Governo Ciro, quando queriam um enorme número de município que introduziu um elemento novo para criar o município, que era a tal potencialidade econômica, e calculado pelo Instituto de Planejamento do Estado, uma média ponderada dos recursos naturais e da infra-estrutura econômica e social.

Então, o que acontece, essa criação do município obedece muitas vezes a uma lógica oligárquica local, quer ser dono do município e eu costumo dizer o dinheiro do Fundo de Participação só dá para comprar uma

caminhonete para o prefeito andar, pagar o ordenado do prefeito e dos vereadores e nada mais.

Então, não vejo sentido nenhum em estimular a criação irresponsável do município. O município que tem condições, a localidade tem condições, tudo bem, eu acho que é um bom caminho.

Então, é um comentário que eu queria fazer sobre isso.

Segundo, é essa observação que ele fez aí que já tinha me ocorrido, eu acho que pela primeira vez a saúde ultrapassou a educação, avançou na frente da educação, foi nesse processo de municipalização e que realmente a saúde adiantou-se, organizou-se melhor, teve uma boa estrutura na constituinte e avançou, passou na frente da educação que tradicionalmente tinha sido mais avançada nisso.

A outra coisa que quero fazer "mea culpa", quando houve a formação do SUDS eu era deputado federal, e eu achei que foi um processo extremamente quase que selvagem, que foi de passar isso de uma vez e sair distribuindo recursos e tal, e aquilo me chocou, talvez pela minha cultura burocrática eu fiquei meio chocado com aquilo, hoje eu faço "mea culpa", se não fosse daquele jeito não tinha sido nunca.

Houve desperdício, houve erro, houve uma capitalização de política enorme, naquela época por parte do PMDB, tudo isso logo, mas eu bato no peito, se não fosse daquele jeito não tinha acontecido.

Então, esse negócio de vamos devagar, 36 meses, 12, olha lá. Isso ou você faz ou não faz. E é o caso de determinados momentos você tem posto de saúde em Fortaleza, por exemplo, como tem em outros lugares tem funcionário do município, funcionário do Estado e funcionário do INAMPS do

governo federal, cada um ganhando um salário diferente, às vezes com cargas horárias diferentes e para fazer algumas coisas.

Então, administrar isso corporativismo defende muito a isonomia, que é uma palavra terrível e a formação de uma carreira do SUS, como se o SUS fosse um Ministério ou fosse uma coisa, foi uma coisa tremenda, quem já lidou com essa situação tem até "know how" para repassar agora para o pessoal da área de Seguridade Social.

Então, eu acho que isso amadureça, discuta, mas na hora é para fazer e se não fizer de uma vez não vai porque as resistências estão encostadas na burocracia e tem o medo do novo, não vai dar certo, no mínimo que tem boa vontade está receoso e o outro quer aprender poder, quer ficar lá.

Depois no saneamento, eu fui uma vítima do BNH como todo prefeito e no dia que acabaram o BNH eu chorei, chorei porque achei um crime acabar com aquilo. Afinal de contas se criou uma cultura e o BNH o Gustavo Krause sabe disso, o BNH matava a cidade. Porque ele chegava lá, fazia um conjunto de normas, sem nada, ia-se embora e deixava: "toma que o filho é teu", explodia no novo prefeito da cidade.

Depois, o Adolfo não está aqui, eu vou usar outra expressão dele, porque eu acho muito interessante: o PLANASA nem é plano nacional nem era de saneamento. Não é nacional, porque desprezava as pequenas comunidades e não era de saneamento, porque ele queria saber, por exemplo, do problema do lixo, não dizia respeito a ele. Ele acumulou a cultura, se você chegasse no BNH, o prefeito, uniu com a cidade, podia ser até de uma cidade grande, falando em chafariz, eles se enxotavam, porque a

lógica deles eram grandes sistemas, os mega sistemas, com tratamento de água, rede e com construções tarifárias e de remunerações de capital etc., que deu no que deu.

Uma grande parte do passivo dos Estados hoje com os agentes financeiros da União é do PLANASA, nosso companheiro de água e outros mais, mas muitas das companhias de água que não conseguiam remunerar o capital que foi aplicado ali.

A SRA. - (Fora do microfone - inaudível)

O SR. - É outra coisa, a tarifa era fixada pelo BNH, a tarifa vai ser tanto, a partir de tal mês, a partir de tal dia. Esses serviços foram historicamente nos municípios, não foi só a água não, por que saiu do município? Eu acho que em primeiro lugar foi uma questão de escala. Se tornou inviável com o município cada vez foi tendo menos recursos, ele não pode deitar com aquilo, um mega investimento e a cultura da descentralização, então, esse serviço saiu do município.

Essa coisa agora de voltar, eu acho que num sistema que funciona, inclusive a Fundação SESP foi um David contra o Goliath, que o BNH queria massacrar e destruir a Fundação SESP, mas os sistemas de ensaio, serviço autônomo de água e esgoto dos municípios funcionam muito bem ainda hoje em vários lugares do Brasil, principalmente em pequenos municípios, em pequenas cidades, é um modelo que pode ser novamente cogitado e que são autarquias municipais e que a Fundação Nacional de Saúde, gera e administra e tal. Porque esse negócio também, não sei, de entrar e sair, primeiro eu acho isso juridicamente meio complicado, porque essa concessão foi dada por um determinado tempo, e em alguns casos foram

feitos investimentos pesados de estações de tratamento d'água, de extensão de rede. então, eu vou sair porque já está feito, vão os 20 anos sem precisar investir, vou cair fora. Depois eu quero entrar de novo.

Então, eu não estou dizendo que seja assim, estou caricaturando. Mas é preciso ter muito cuidado com essas escalas dos investimentos que você tem que fazer para manter um sistema que realmente funcione.

Depois o Teodoro falou que uma coisa inclusive está nesse projeto SOMA, é que os municípios são, principalmente os menores, eles são sujeitos a reajustar tarifas, cobrar imposto predial etc., porque a proximidade do prefeito com ses munícipes é muito grande, ele termina meio querendo se desligar desse problema.

Então, eu acho que isso é uma coisa que tem que ser bem avaliado, muito bem pensado, se esse esquema financeiro do PLANASA falhou com essas companhias estaduais e o município acho que pode em alguns casos muitos municípios não passaram, não deram concessão. Às vezes é um município que tem uma fonte boa, próxima, com água bastante que tem condições, então, econômicas de gerir aquele sistema é ótimo, mas em alguns lugares são precisos investimentos pesados que nem sempre o município tem condição, eu não sei também de onde é que viria o dinheiro se seria do FGTS e tal, para alimentar esse Fundo e como é ue ia funcionar.

Finalmente, agora para terminar mesmo, você falou sobre uma questão de uma lei, alguma coisa que administrasse esses conflitos de tarifas, de qualidade, eu acho que é o quadro do consumidor, eu acho que ele deve resolver isso, senão vai ter que ter um para a água, vai ter que ter um para a energia, vai ter que ter outro para qualquer outro tipo de taxa e tributos

que a gente vai ter que pagar por serviço público. Acho que o quadro do consumidor, eu não conheço esse detalhe, mas eu tenho a impressão que ele já agasalha esse tipo de preocupação, talvez o que falta é a cidadania, e as pessoas que tem aquela discussão para usar, para se insurgir contra um abuso, não acho que seja o caso, claro, isso demanda profundamente, mas seja o caso de você ter uma nova coisa para ir, contestar a companhia, eu acho que eu tenho a impressão que talvez o Código do Consumidor já ajudasse nessa coisa.

O SR. - Quanto à questão que o Sr. citou a respeito do SUDS, que foi feito no "tapa" e essa foi a opção correta, mas na época existiam as condições políticas para que essa medida fosse feita. Essa medida e outras fizeram um verdadeiro "strike" em três Ministros do PMDB progressistas: da Previdência Social, que caíram e não tiveram o apoio devido no meu entender na época dos governadores.

Eu me lembro, por exemplo, que numa das várias viagens de implantação de assinatura do SUDS que eu tive a oportunidade de acompanhar e de fazer etc., foi exatamente quando o Tasso estava se candidatando ao governo do Ceará.

Naquele período, viu André, cogitava e fazia-se a mesma coisa com a Assistência Social, só que se fez tanta coisa ao mesmo tempo no Ministério da Previdência que os Ministros foram caindo um a um, porque os setores conservadores no Congresso perderam poder e começaram a levantar questões de várias naturezas que acabaram por derrubar três Ministros consecutivos.

O SR. - Foi um preço alto, mas se ele pagar esse preço...

O SR. - Eu só estou dizendo o seguinte: que há que se fazer no "tapa" sim, há que se fazer com rapidez, mas desde que se tenha condições políticas para tal.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que se não tiver condições políticas agora não vamos ter nunca mais. Porque estamos aqui, são 15 para as 7.35, ninguém se levanta, é porque isso aqui é melhor do que novela das oito, pelo menos para nós!

O SR. - Eu tenho certeza que o André municipalizaria no "tapa", não é André?

O SR. - Acho que os 12 meses para mim vai sobrar tempo, mas a questão é muito mais política.

Eu acredito Raul, eu acho que isso que a Aspásia coloca é muito importante, porque o momento desses fatos terríveis que estão vindo à público aí, está a nosso favor.

Então, isso pode inibir aquelas vozes que se levantarão contra. Por exemplo, eu fiz uma referência, mas não completei, foi o de recursos do Conselho. Quando nós estávamos lá discutindo a lei, alguns mais cuidadosos eu ouvi dizer o seguinte: vocês têm certeza que o Ministro leu esta lei? Claro! E outros parlamentares: vocês têm certeza que o Ministro leu esta lei? Claro, eles assinaram!

A SRA. - Eu sou radicalmente contra, principalmente quando é para a infra-estrutura local para saneamento, eu acho que tem que

ter um sistema mais autônomo e que o prestador de serviço tenha acesso direto.

Para dar um parecer no projeto e não uma agência vinculada tipo o BNH, porque o BNH todos nós sabemos que no final da existência dele ele estava um pouco capturado por algumas empresas etc., isso não está provado, mas todo mundo sabe disso.

Eu acho que a gente teria que tentar inovar, criar coisas assim até ambiciosas, isso é uma coisa.

A segunda coisa que eu queria te falar é o seguinte: essa questão da regulação da prestação de serviços públicos está bem avançada em diversos países e eu creio que o Código do Consumidor pela pulverização ele não dá conta dessa questão quando é serviço público coletivo, de natureza coletiva.

Então, eu acho que eu queria te convidar para a gente avançar nessa discussão. É muita lei que está aí no Congresso para essa pobre reunião.

Deixa eu só dar uma palavra aqui ao Ubiratan para fazer os seus comentários.

O SR. UBIRATAN - Eu queria, apesar da gentil provocação da Dilma e concordar com a sugestão que ela fez, porque veja o seguinte: Lúcio, que Santos, a SABESP é que opera os municípios.

A bacia hidrográfica que fornece água fica localizada no município, ela serve ao município e bombeia a água para cima. A SABESP, nós temos na cidade vários morros, na SABESP não considera morro como algo existente, ela não saneia o morro, ela não saneia porque o morro não existe,

porque na concepção da SABESP o morro não existe, é como o "Chico Boi", voar não pode, o morro não está ali? Não, aquele não existe.

É, além disso, cobra uma tarifa que é ponto nove de dólar, de Santos que está ali foi junto com a capital, são as duas mais caras do Estado. Então, o problema nosso não é nem municipalizar não seria, não é, é o seguinte: temos 25% de pessoas sem saneamento querendo resolver isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vamos terminando.

Muito obrigada a todos, aos sobreviventes desta grande maratona. Estamos muito felizes com a nossa discussão e vamos continuar discutindo até que a descentralização se resolva.

Muito obrigada.

